

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOÃO ALFREDO RAMOS PIRES

**INTERROMPENDO O CICLO?** A INFLUÊNCIA DO BACKGROUND FAMILIAR NA  
PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA INFRACIONAL DE ADOLESCENTES EGRESSOS DA FASE  
ATRAVÉS DO PROGRAMA POD – SOCIOEDUCATIVO.

Porto Alegre  
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

JOÃO ALFREDO RAMOS PIRES

**INTERROMPENDO O CICLO? A INFLUÊNCIA DO BACKGROUND FAMILIAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA INFRACIONAL DE ADOLESCENTES EGRESSOS DA FASE ATRAVÉS DO PROGRAMA POD – SOCIOEDUCATIVO.**

Projeto de Pesquisa de Dissertação apresentado para qualificação no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Orientador: Profº Dr. André Salata

Porto Alegre

2023

**Interrompendo o ciclo? A influência do background familiar na prevenção da reincidência infracional de adolescentes egressos da fase através do programa POD – socioeducativo.**

Dissertação de mestrado apresentado para banca examinadora constituída por:

---

**Prof<sup>o</sup> Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul

Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marília Patta Ramos**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

**Prof<sup>o</sup> Dr. Andre Salata (orientador)**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul

## Ficha Catalográfica

P667i Pires, João Alfredo Ramos

Interrompendo o ciclo? : A influência do background familiar na prevenção da reincidência infracional de adolescentes egressos da fase através do programa pod – socioeducativo / João Alfredo Ramos Pires. – 2022.

156.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. André Salata.

1. Adolescentes infratores. 2. Egressos do sistema socioeducativo. 3. Reincidência Infracional. 4. Família. 5. Prevenção Terciária. I. Salata, André. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

## RESUMO

O presente trabalho trata da prevenção da reincidência infracional de jovens egressos de medida socioeducativa de internação na FASE-RS através do programa POD – Socioeducativo, executado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O estudo busca, através de métodos quantitativos, analisar a influência do contexto familiar dos adolescentes egressos da FASE no processo de reinserção social através do POD-Socioeducativo. Mais precisamente, pretendeu-se analisar se as características do *background* familiar afetam as chances de reincidência e a influência dessas variáveis na efetividade do programa. Para tal, é utilizada uma base de dados cedida pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Governança do Rio Grande do Sul, que possui dados de todos os egressos da FASE nas unidades de Porto Alegre, no período de 2012 a 2013, bem como informações sobre a situação de vida destes mesmos jovens até 2018. No âmbito teórico, parte-se de uma perspectiva interacionista em diálogo com um debate mais estrutural, com uma intersecção entre os conceitos de “rótulo”, “estigma” e “Sujeição Criminal”, em conjunto com debate sobre desigualdade social, estrutura familiar, violência e a relação destas com a formação de subculturas de valorização do crime violento. Os resultados principais do estudo apontam para um papel importante do *background* familiar nas trajetórias delitivas e na questão da reincidência, cujos efeitos parecem se concentrar no início do ciclo delitivo. Para além do efeito da família, a medida de privação da liberdade em si tem importante influência nesse processo, de modo que o tempo que o jovem permanece dentro da FASE se mostrou como a principal variável para explicar a reincidência. Além disso, verificamos que a participação no POD – Socioeducativo se mostra capaz de reduzir as chances de reincidência mesmo quando controlamos por outras variáveis, mas que seus efeitos não variam de acordo com o *background* da família de origem. A fim de testar as hipóteses de pesquisa apresentadas foram utilizadas técnicas de análise multivariada, como análise de correspondência múltipla e análise de clusters para construção dos perfis de *background* familiar, e modelos de regressão logística para verificar a associação entre as variáveis analisadas e a reincidência infracional.

**Palavras-chave:** Adolescentes infratores; Egressos do sistema socioeducativo; Reincidência Infracional; Família; Prevenção Terciária.

## ABSTRACT

The present work deals with the issue of preventing the repeat offense of young people discharged from socio-educational measures at FASE-RS through the POD - Socioeducativo program, carried out by the State Government of Rio Grande do Sul. The study seeks, through quantitative methods, to analyze the influence of the family context of adolescents who graduated from FASE in the process of social reintegration through POD-Socioeducativo. More precisely, it was intended to analyze whether the characteristics of the family background affect the chances of recidivism and the influence of these variables on the effectiveness of the program. To this end, a database provided by the Rio Grande do Sul Department of Planning, Management and Governance is used, which has data on all FASE graduates in the Porto Alegre units, from 2012 to 2013, as well as information on the life situation of these same young people until 2018. In the theoretical scope, it starts from an interactionist perspective in dialogue with a more structural debate, with an intersection between the concepts of "label", "stigma" and "Criminal Subjection", in together with a debate on social inequality, family structure, violence and their relationship with the formation of subcultures that value violent crime. The main results of the study point to an important role of family background in criminal trajectories and in the issue of recidivism, whose effects seem to be concentrated at the beginning of the criminal cycle. In addition to the effect of the family, the measure of deprivation of liberty itself has an important influence on this process, so that the time that the young person remains within FASE proved to be the main variable to explain recidivism. In addition, we found that participation in POD – Socioeducativo can reduce the chances of recidivism even when controlling by other variables, but its effects do not vary according to the background of the family of origin. In order to test the research hypotheses presented, multivariate analysis techniques were used, such as multiple correspondence analysis and cluster analysis to build family background profiles, and logistic regression models to verify the association between the analyzed variables and recidivism.

**Key words:** Young Offenders; Egresses; Repeat Offense; Family; Tertiary Prevention.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a minha família, em especial àqueles que sempre estiveram comigo desde o dia em passei a existir neste mundo, meus pais. É importante reconhecer nossas conquistas, mas mais importante ainda é reconhecer o papel daqueles que tornam elas possíveis. O amor, apoio, suporte e o incentivo que tive em casa desde que me entendo por gente foram fundamentais para que hoje eu seja quem sou e tenha conquistado o que conquistei. Como diria minha mãe, uma das pessoas mais sensatas que conheço: “Rebeldia de verdade é estudar. Seja rebelde, meu filho!”.

Agradeço também à minha segunda família, a que eu escolhi, que são os amigos que sempre estão comigo nos momentos mais felizes e nos mais tristes também. Maria, Vitor, Vitória e Felipe, muito obrigado pelo privilégio que é fazer parte da vida de vocês e vocês da minha. Assim como eu vibro a cada conquista de vocês eu sei que vocês também estão vibrando por mim neste momento.

Agradeço também a minha parceira desde o primeiro semestre de graduação, Muna El Kadri, que foi minha dupla dinâmica para todas as atividades em todos estes anos de faculdade e mestrado, além de minha companheira oficial não apenas para debates teóricos, mas também para fofocar e reclamar da vida.

Agradeço a todo o corpo docente da área de Ciências Sociais da PUCRS por terem sido parte fundamental da minha trajetória acadêmica, em especial ao professor André Salata, meu orientador, que sempre esteve disponível para sanar minhas dúvidas e me guiar no processo de construção desta dissertação. Agradeço também aos professores Rodrigo Azevedo e Marília Ramos pela disponibilidade e por aceitarem o convite para fazer parte da banca de defesa.

Por fim agradeço a secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que sempre auxiliou em todos os processos acadêmicos. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

## **LISTA DE SIGLAS**

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FASE-RS – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio grande do Sul

FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

POD – Programa de Oportunidades o Direitos

RAIS/MT – Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho

SDSTJDH – Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul

SES/RS – Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUSEPE – Superintendência de Serviços Penitenciários

SPGG – Secretaria de Planejamento, Gestão e Governança do Rio Grande do Sul

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b> – Entidades executoras do POD Socioeducativo .....	19
<b>Quadro 2</b> – Variáveis da base de dados e fontes.....	28
<b>Quadro 3</b> – Variáveis da base de dados e fontes.....	31
<b>Tabela 1</b> – Adolescentes por sexo e cor/raça .....	76
<b>Tabela 2</b> – Substâncias psicoativas citadas pelos adolescentes.....	79
<b>Tabela 3</b> – Relato sobre a mãe, relato sobre o pai e responsável legal no desligamento.....	81
<b>Tabela 4</b> – Histórico de delitos na família .....	85
<b>Tabela 5</b> – Histórico de dependência química na família.....	86
<b>Tabela 6</b> – Uso de substância psicoativa x Histórico de dependência química na família.....	87
<b>Tabela 7</b> – Reincidência infracional .....	89
<b>Tabela 8</b> – Vínculo empregatício por ano .....	91
<b>Tabela 9</b> – Mortalidade e causa do óbito .....	92
<b>Tabela 10</b> – Tempo de permanência na FASE de acordo com a participação no programa .....	97
<b>Tabela 11</b> – Resumo da Análise de Correspondência Múltipla com 10 eixos ....	104
<b>Tabela 12</b> – Variáveis e categorias que compõe a MCA .....	106
<b>Tabela 13</b> – Medidas de discriminação .....	109
<b>Tabela 14</b> – Tabela de ANOVA da solução com três clusters .....	114
<b>Tabela 15</b> – Tipos de drogas citadas pelos adolescentes x Tipologia de background familiar. ....	122
<b>Tabela 16</b> – Variáveis inseridas na análise de regressão.....	129
<b>Tabela 17</b> – Modelos Logit: razões de chance [exp(b)] para reincidência infracional dos adolescentes egressos na FASE até 2018. ....	135

**Tabela 18** – Tempo de permanência na FASE de acordo com o tipo do ato infracional .....140

**Tabela 19** – Tempo de permanência na FASE de acordo com a tipologia de background familiar .....141

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Idade dos adolescentes no ano de desligamento da Fase.....	39
<b>Gráfico 1</b> – Idade dos adolescentes no ano de desligamento da Fase .....	76
<b>Gráfico 2</b> – Escolaridade em anos dos adolescentes no desligamento da FASE .....	77
<b>Gráfico 3</b> – Anos de atraso nos estudos entre os adolescentes egressos da FASE .....	78
<b>Gráfico 4</b> – Composição Familiar .....	82
<b>Gráfico 5</b> – Número de moradores no domicílio .....	84
<b>Gráfico 6</b> – Atos infracionais cometidos pelos adolescentes egressos .....	88
<b>Gráfico 7</b> – Composição familiar, segundo a participação do POD - Socioeducativo .....	94
<b>Gráfico 8</b> – Presença do pai, segundo a participação do POD - Socioeducativo.	95
<b>Gráfico 9</b> – Histórico de delitos e dependência química na família, segundo a participação no POD - Socioeducativo.....	96
<b>Gráfico 10</b> – Atraso escolar, segundo a participação no POD - Socioeducativo ..	98
<b>Gráfico 11</b> – Gravidade de ato infracional (ECA), segundo a participação no POD - Socioeducativo.....	97
<b>Gráfico 12</b> – Reincidência infracional, segundo a participação no POD - Socioeducativo .....	98
<b>Gráfico 13</b> – Nuvem de pontos de categoria MCA com dois eixos .....	107
<b>Gráfico 14</b> – Medidas de discriminação .....	109
<b>Gráfico 15</b> – Nuvem de pontos de categoria MCA com um eixo .....	111
<b>Gráfico 16</b> – Nuvem de pontos de objetos (indivíduos) .....	112
<b>Figura 2</b> – Tipologia de background familiar .....	115
<b>Gráfico 17</b> – Tipologia de background familiar, segundo a Composição familiar .....	116

<b>Gráfico 18</b> – Relato sobre a mãe, segundo a Tipologia de background familiar .....	117
<b>Gráfico 19</b> – Relato sobre o pai, segundo a Tipologia de background familiar .	118
<b>Gráfico 20</b> – Histórico de delitos na família, segundo a Tipologia de background familiar.....	119
<b>Gráfico 21</b> – Histórico de dependência química na família, segundo a Tipologia de background familiar .....	120
<b>Gráfico 22</b> – Uso de drogas por parte do adolescente, segundo a Tipologia de background familiar .....	121
<b>Gráfico 23</b> – Escolaridade ao sair da FASE, segundo a Tipologia de background familiar .....	123
<b>Gráfico 24</b> – Atraso escolar, segundo a Tipologia de background familiar .....	124
<b>Gráfico 25</b> – Reincidência infracional, segundo a Tipologia de background familiar .....	125
<b>Gráfico 26</b> – Participação no POD Socioeducativo, segundo a Tipologia de background familiar .....	126
<b>Gráfico 27</b> – Reincidência infracional, segundo o Interesse em participar do POD – Socioeducativo .....	133

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	14
2.	O CICLO DA REINCIDÊNCIA .....	37
2.1.	Introdução .....	37
2.2.	Desigualdade social, marginalização e ato infracional:.....	41
2.3.	A família como fator determinante: .....	50
2.4.	Desvio, estigma e sujeição criminal: .....	55
2.5.	Carreiras desviantes e Subcultura: .....	60
2.6.	Da privação da liberdade .....	65
2.7.	O egresso do sistema socioeducativo e internação como punição..	69
3.	O EGRESSO DA FASE: Perfil e percepções. ....	75
3.1.	Perfil individual e familiar .....	75
3.2.	Perfil infracional e de reincidência .....	87
3.3.	Participantes no POD - Socioeducativo x não participantes .....	93
4.	FAMÍLIA, REINCIDÊNCIA E POD - SOCIOEDUCATIVO .....	100
4.1.	Entendendo as categorias que formam o background familiar .....	100
4.2.	A tipologia de mensuração do background familiar .....	113
4.3.	Entendendo a reincidência .....	128
4.3.1.	Sobre o interesse em participar do POD – Socioeducativo.	128
4.3.2.	Modelos de regressão e interpretação.....	136
5.	CONCLUSÃO .....	145
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	150
7.	ANEXOS .....	154

## 1. INTRODUÇÃO

A violência urbana é uma questão que faz parte do dia a dia do brasileiro, recorrente na televisão, rádios, revistas, jornais, na internet e redes sociais. Para além dos julgamentos morais e análises rasas sobre o problema da criminalidade, é preciso compreendê-lo como um fenômeno complexo, que engloba diversos fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e até mesmo psicológicos, que levam indivíduos a ingressarem em uma trajetória delitiva.

Dentro deste tema, uma questão que ultimamente tem pautado muitas discussões, na sociedade e na academia (ABRAMOVAY, 2002; ADORNO, 1999; ALMEIDA, 2010; LIMA; RATTON; AZEVEDO, 2014; MISSE, 2010; NARDI e DELL'AGLIO, 2010; ROLIM, 2016; SILVA e GUARESI, 2003; entre outros), é a criminalidade na adolescência<sup>1</sup>. O assunto ficou em alta recentemente através dos debates em torno na Proposta de Emenda Constitucional 171, que visa reduzir a maioria penal para dezesseis anos, ou seja, diminuir a idade mínima para que alguém ingresse no sistema prisional adulto. A proposta gerou debates em diversos espaços da sociedade. Não cabe a este trabalho uma análise profunda da PEC, argumentando um posicionamento sobre a questão, porém é preciso reconhecer que a proposta mobilizou diversos setores, tanto contra quanto a favor da medida, trazendo a questão da criminalidade na adolescência à tona.

Independente das estratégias a serem utilizadas para o combate a este problema, os dados mostram que cada vez mais jovens de 12 a 17 anos vêm sendo privados da liberdade em função do envolvimento com atos infracionais. Estudos do Ministério de Direitos Humanos, em parceria com o IBGE, mostram que em 2016 o número de jovens em cumprimento de medida socioeducativa é quase sete vezes maior do que era há vinte anos: se em 1996 havia 4.225 jovens cumprindo medida, em 2016 esse número era de 26.450 privados de liberdade ou em meio aberto

---

<sup>1</sup> Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), considera-se adolescente o indivíduo com idade entre doze e dezoito anos.

(Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2018<sup>2</sup>), ou seja, um aumento de 626,04%.

O Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), em seu Artigo 121, prevê que medida de privação de liberdade de adolescentes deve estar “sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”, tendo uma duração máxima de três anos, com avaliações periódicas a cada seis meses, e de acordo com o Artigo 122 § 2º “Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada”. Ou seja, privar o indivíduo de sua liberdade, de acordo com o estatuto, deve ser sempre a última opção no que diz respeito ao atendimento socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei, e deve ser aplicado apenas em casos de infrações com “grave ameaça ou violência contra a pessoa”, de “reiteração no cometimento de outras infrações graves” ou de “descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (Art. 122 do ECA). Também é de responsabilidade da instituição socioeducativa promover a escolarização e a profissionalização dos adolescentes internos, além de garantir acesso ao lazer e cultura.

A oficialização do ECA em 1990 foi um marco que determinou um novo olhar do Estado para as questões da infância e juventude como um todo, o que inclui a questão dos atos infracionais. Até a oficialização do estatuto, era vigente no Brasil o Código de Menores, criado em 1927 e atualizado em 1979 (ALMEIDA, 2010), que determinava que menores de 18 anos não poderiam ser responsabilizados por delitos da mesma forma que adultos, deixando de lado o aspecto punitivo da justiça juvenil, e trazendo à tona uma visão pedagógica e recuperadora (ALMEIDA, 2010 apud ALVAREZ, 1990). Este código se preocupava não apenas em “tratar” os jovens que cometiam delitos, mas também em combater o que era entendido como as causas da delinquência, no caso, o abandono, a situação de rua que se encontravam muitas crianças e adolescentes e a pobreza extrema (ALVAREZ, 1990). Uma instituição nacionalmente conhecida do período pré-ECA era a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), que diferentemente do que

---

2 Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABblica-2018.pdf>> Acesso em: 20/05/2020.

acontece atualmente com a FASE e outras casas de internação, não atendia apenas jovens infratores, mas também crianças e adolescentes em situação de rua e abandono. De acordo com Alvarez, é neste período que surge o sujeito “menor”, uma nomenclatura que não diz respeito apenas à idade, mas se refere a este sujeito criança ou adolescente em situação de pobreza e marginalidade, que estaria mais sujeito à delinquência, aliando assim a pobreza e a vulnerabilidade à delinquência.

A partir da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o olhar do estado para esta parcela da população, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade, se modificou, trazendo a ideia de proteção integral e garantia de direitos, inclusive daqueles que venham a praticar atos infracionais. E é no ECA que está indicada a separação entre menores infratores e adolescentes em situação de vulnerabilidade, de acordo com o Artigo 123: “A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.” Ou seja, se antes crianças e adolescentes pobres e em situação de abandono recebiam o mesmo tratamento dado aos infratores, após o ECA a situação se modifica, onde o estado provê diferentes formas de intervenção de acordo com as necessidades de cada um. Essa separação culmina no encerramento das atividades da Febem e na inauguração das fundações socioeducativas, como a FASE no Rio Grande do Sul e a Fundação Casa em São Paulo e, mais tarde, em 2006, na lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), que regula o funcionamento de todas as medidas socioeducativas.

A internação é o tipo de medida mais severa prevista pela legislação atual. Anteriormente temos a advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade, sendo a internação aplicada em casos de infrações graves, reincidência ou descumprimento de uma medida anteriormente decretada. A medida socioeducativa de internação é o foco deste trabalho, uma vez que a pesquisa diz respeito à adolescentes egressos da FASE, ou seja, que passaram pela internação, que é um pré-requisito para o direito a uma vaga no POD-Socioeducativo.

O termo “Medida Socioeducativa” prevê mais do que correção ou punição, sendo um conceito amplo que visa a reinserção social e o oferecimento de oportunidades para que os adolescentes que cometem atos infracionais não voltem a fazê-lo. É obrigação das instituições socioeducativas garantir a educação e profissionalização dos adolescentes, dentre outras obrigações ligadas à cultura, esporte, lazer, entre outras, no período em que estão internados (Artigo 124 do ECA).

Ao mesmo tempo, uma medida socioeducativa não deixa de ser uma punição. A estrutura e rotina dentro da instituição socioeducativa de internação não são muito diferentes do que encontramos no sistema prisional adulto, o que faz a tarefa da socioeducação mais dificultosa, tornando a eficácia dessas medidas, no que diz respeito a reinserção social, educação e profissionalização, precária.

É neste cenário que se encontra o programa executado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, POD - Socioeducativo, objeto deste estudo, que é parte de uma política ampla de prevenção à violência denominada Programa de Oportunidade de Direitos. O POD - Socioeducativo visa mudar a trajetória de vida de jovens egressos da FASE RS (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul) através da reinserção social, oferecendo atendimento psicossocial e familiar, cursos profissionalizantes, oportunidades de estágio e trabalho, além de fornecer uma bolsa de meio salário mínimo para aqueles adolescentes que cumprirem os requisitos de frequência escolar e nas atividades do programa. Para participar do programa os jovens devem manifestar interesse durante a audiência de desligamento ou progressão de medida na FASE, sendo assim, se trata de um programa de participação voluntária, não fazendo parte da medida socioeducativa.

O programa acaba sendo uma importante alternativa para levar adiante a reinserção social prevista pelo ECA, num momento pós-internação do jovem, tendo em vista as dificuldades de se pôr em prática este ideal trazido pelo estatuto através da medida de internação. O que sustenta esta hipótese é o fato de que o processo de ressocialização realizado pelo programa está desvinculado do processo de

punição exercido pela FASE<sup>3</sup>. Isso ocorre pois o POD – Socioeducativo se trata de uma política à parte, que não faz parte da fundação, que tem como objetivo garantir oportunidades de educação e profissionalização, além de atendimento psicossocial aos adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

O POD – Socioeducativo é um programa de prevenção terciária à criminalidade, ou seja, voltada a adolescentes egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. O POD – Socioeducativo atua na reinserção social de adolescentes infratores, com o objetivo de livrar os jovens do rótulo de “criminosos” com passagem pela FASE, buscando fazê-los confrontar os valores adquiridos ao longo de seu desenvolvimento. Em casos de rompimento com a família, reatando os laços familiares deteriorados e buscando fazer com que o adolescente repense sua trajetória de vida, na tentativa de realizar a reinserção social através de oportunidades de estudo e trabalho, além de oferecer um auxílio financeiro para que ele consiga se manter frequente nas atividades do programa e escolares.

Em seus objetivos formais, o programa visa mais do que oferecer oportunidades para o jovem inserir-se socialmente, possibilitando que ele colabore com os gastos domésticos e obtenha seus bens de consumo de formas legais. Ele busca também trabalhar a autoestima desses jovens, através da criação de vínculos entre os adolescentes e a equipe técnica, bem como fortalecer os vínculos familiares através de um atendimento que engloba todos estes fatores. O objetivo é que o jovem mude a forma com enxerga a si e ao mundo, negando os valores desviantes aprendidos e aceitando os valores estabelecidos socialmente como “certos”.

O POD – Socioeducativo existe desde 2009, foi criado através da Lei estadual nº 13.122, de 9 de janeiro de 2009 durante o Governo de Ieda Crusius, do PSDB, e na época era chamado de RS Socioeducativo. Com o governo seguinte

---

<sup>3</sup> No capítulo que segue será tratada com mais detalhes a questão da internação na FASE como uma medida de punição, que apesar do discurso focado na educação e reinserção social baseado no ECA, na prática submete o jovem à uma rotina próxima com a de um detento do sistema prisional, tornando esse objetivo ideal da instituição quase impraticável.

de Tarso Genro, do PT, passou a se chamar POD – Socioeducativo, sendo parte de uma política mais abrangente de promoção dos direitos humanos em territórios de vulnerabilidade, o Programa de Oportunidade e Direitos (POD). O programa passou inalterado pela gestão de José Ivo Sartori do PMDB até o último ano do mandato (2018), quando foi ampliado para todo estado, pois até então atendia apenas os egressos de Porto Alegre e Santa Maria, além de ter passado por modificações no funcionamento do programa e por uma troca das entidades executoras. O programa continua ativo durante o primeiro mandato de Eduardo Leite, do PSDB, atual Governador do Rio Grande do Sul durante a produção deste trabalho. Segundo o art. 1º da Lei de 2009, o Programa tem como finalidade “auxiliar a inserção familiar, educacional, sanitária, profissional, cultural, esportiva e ocupacional do adolescente e do jovem adulto”.

O programa sempre foi executado por entidades do terceiro setor, que eram escolhidas através de editais anuais<sup>4</sup>. O Quadro a seguir mostra as entidades que executaram o programa ao longo dos últimos 10 anos.

Quadro 1 – Entidades executoras do POD – Socioeducativo.

<b>Entidade</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Regional</b>	<b>Nº vagas</b>
Instituto Pobres Servos da Divina Providência - CALABRIA	31/03/2009	29/06/2012	Porto Alegre	70
Assist. Social Arquidiocesana Leão XIII	31/12/2009	08/10/2012	Passo Fundo	20
O Pão dos Pobres de Santo Antônio	31/03/2009	13/09/2012	Porto Alegre	88
Sociedade Meridional de Educação - SOME	22/04/2010	07/01/2013	Santa Maria	25
Instituto Leonardo Murialdo - ILEM	10/09/2010	09/12/2011	Caxias do Sul	20
Associação do Bem Estar da Criança e do Adolescente - ASBEM	24/08/2010	24/05/2012	Novo Hamburgo	-
Instituto Pobres Servos da Divina Providência - CALABRIA	02/08/2012	09/01/2017	Porto Alegre	50
O Pão dos Pobres de Santo Antônio	20/08/2012	29/02/2016	Porto Alegre	50
Sociedade Meridional de Educação - SOME	03/12/2012	29/02/2016	Santa Maria	25
O Pão dos Pobres de Santo Antônio	17/05/2016	31/12/2017	Porto Alegre	65

4 A partir de 2018, com a reformulação, os editais passaram a ter duração de três anos.

Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração - RENAPSI	17/05/2016	31/12/2017	Porto Alegre/Santa Maria	115
Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)	01/01/2018	Atual	Todo o estado do RS	1100

Fonte: Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo (Secretaria de Planejamento Governança e Gestão, 2018).

Ao longo destes mais de 12 anos, cerca de dois mil adolescentes passaram pelo programa. No período de 2012 a 2013, recorte deste trabalho, o POD – Socioeducativo possuía 125 vagas e era executado em Porto Alegre pelo O Pão dos Pobres de Santo Antônio e pelo Instituto Pobres Servos da Divina Providência - CALABRIA. Em Santa Maria, a execução estava por conta da Sociedade Meridional de Educação - SOME.

De acordo com a Avaliação de Impacto<sup>5</sup> do POD – Socioeducativo (SPGG, 2018), estudo realizado pelo Estado do Rio Grande do Sul, que é a base para este trabalho, o programa atua simultaneamente em diversas frentes do que seriam os problemas enfrentados pelos adolescentes. No âmbito psicológico/identitário, o programa oferece atendimento de psicólogos(as) e assistentes sociais, na busca por reverter a deterioração da identidade causada a partir do processo que leva ao ato infracional e da internação na FASE, além de também promover a reaproximação com familiares e a reconstrução dos vínculos perdidos ao longo do tempo. No âmbito educacional e laboral, marcado por grandes índices de reprovação e evasão escolar, que culminam em um baixo nível de qualificação profissional, o programa oferece cursos profissionalizantes e um incentivo financeiro para que o jovem frequente a escola. Unindo estas frentes pretende-se chegar à ressocialização destes adolescentes, e através destas oportunidades prevenir a reincidência infracional.

O POD – Socioeducativo é um programa de prevenção à criminalidade. Na criminologia a ideia de prevenção do crime é relativamente nova, geralmente são

---

<sup>5</sup> Tipo de avaliação de políticas públicas que se utiliza de métodos quase experimentais, procurando identificar se os resultados obtidos são de fato creditados à intervenção promovida pelo poder público. Em geral se utiliza de métodos quantitativos e análise estatística para medir o impacto do programa analisado na realidade que ele pretende intervir, preferencialmente comparando um grupo que se beneficiaram da política analisada e outro que não (RAMOS e SCHABBACH, 2012).

ações voltadas à grupos considerados de risco, seguindo categorias parecidas com as da área da saúde sobre prevenção de doenças, que se divide em prevenção primária, secundária e terciária.

Políticas públicas de prevenção primária possuem uma dimensão universal e são comumente delineadas a partir de legislações que estabelecem regras a serem observadas por todos. A prevenção secundária diz respeito às iniciativas públicas focadas em grupos de risco, tanto para o cometimento de crimes quanto para vitimização. Emprega-se o conceito de prevenção terciária, por fim, para nomear projetos delineados para grupos que já se envolveram com o crime. Neste particular, se é verdade que o Brasil pouco investe em prevenção do crime e da violência, pode-se afirmar que a área mais negligenciada é exatamente a da prevenção terciária. (ROLIM, 2017, apud. BRANTINGHAM; FAUST, 1976)

Existem poucas iniciativas de prevenção à criminalidade no Brasil, principalmente do tipo terciária, isso pode ser atribuído ao fato de que a visão predominante no país no que diz respeito à criminalidade é de caráter punitivista, isso acaba se refletindo não apenas na visão de mundo da população como também no comportamento das instituições, que há anos vêm prendendo cada vez mais pessoas ao passo que as estatísticas sobre violência mostram que os níveis de criminalidade só aumentam. Cada vez mais emerge a necessidade de se rever esses valores, pois a política de punição e encarceramento em massa vêm se mostrando ineficiente ao longo das últimas décadas, talvez seja hora das políticas de segurança pública olharem mais para a prevenção e ressocialização, e programas como POD – Socioeducativo são um bom exemplo deste tipo de abordagem, estudar estas iniciativas não deixa de ser uma forma de fomentá-las através da produção de conhecimento.

Este trabalho visa analisar a influência do *background*<sup>6</sup> familiar dos adolescentes egressos da FASE no processo de reinserção social através do POD-Socioeducativo, mais precisamente, queremos saber como este contexto aumenta ou diminui as chances de reincidência infracional de jovens que passaram pelo programa e dos que não passaram, tendo em vista o importante papel da família no processo de desenvolvimento do indivíduo, que pode ser um fator de proteção

---

<sup>6</sup> *Background*: Termo utilizado na literatura norte-americana para se referir ao contexto social de origem. A opção por utilizá-lo se dá ao fato de que este conceito em inglês, sem tradução precisa, resume em apenas uma palavra todas as variáveis que compõe o que chamamos de “origem social”, neste caso, estrutura e histórico familiar principalmente. Optamos pela expressão para tornar o texto mais dinâmico.

ou de agravamento de uma situação de vulnerabilidade (NARDI et al., 2012 apud Ceolin, 2003; Feijó e Assis, 2004). Entendemos por *background* familiar a estrutura e o histórico familiar, mensurados através de variáveis como composição familiar, presença do pai, presença da mãe, com quem o jovem reside, quem é o responsável legal, histórico de dependência química na família, as substâncias utilizadas e o grau de parentesco dos dependentes, histórico de delitos na família e o grau de parentesco destes. Dessa forma, pretende-se analisar se as características do *background* familiar aumentam ou diminuem as chances de reincidência e a influência dessas variáveis na efetividade do programa, o que pode auxiliar a tomada de decisões por parte do poder público no que diz respeito à ações direcionadas que visem a adesão de dos adolescentes ao programa.

A questão que norteia este estudo é representada pelo seguinte problema de pesquisa: Qual a influência do *background* familiar dos jovens egressos da FASE sobre as chances de reincidência infracional e como ele afeta a efetividade do programa POD – Socioeducativo na interrupção de trajetórias delitivas?

O POD - Socioeducativo é um programa relativamente novo, criado em 2009, inicialmente com o nome de RS Socioeducativo. Mesmo sendo o único programa do tipo no Brasil executado pelo governo estadual, ainda carece de estudos sobre ele, que, apesar de existirem, em quase todos os casos trazem uma análise qualitativa, (FOPPA, 2011; BRAGA, 2016; WINKELMANN, 2014), em geral através de entrevistas com jovens que participaram do programa. Apesar destes estudos pretéritos se mostrarem uma fonte riquíssima de dados sobre a experiência dos jovens no programa, é difícil estabelecer algumas generalizações ou mesmo medir a eficácia do programa por meio das técnicas utilizadas por eles, tendo em vista o número limitado de casos a serem analisados. Ao se utilizar uma análise estatística que engloba a totalidade de jovens egressos do sistema socioeducativo em um recorte de tempo, é possível analisar os resultados da política como um todo, sob pena de se perder a profundidade de análise que se obtém através de técnicas qualitativas.

O diferencial da presente pesquisa é mensurar, através de métodos quantitativos, o *background* familiar desses jovens e compreender melhor os

fatores de risco que podem influenciar na reincidência ou no abandono da trajetória delitiva, mais do que mostrar a taxa de sucesso do programa e seus efeitos já comprovadamente positivos, medidos através da Avaliação de Impacto do POD – Socioeducativo, feita pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Governança do Rio Grande do Sul em 2018. De acordo com a avaliação de impacto, as chances de reincidência dos participantes do programa é 53,2% menor em comparação com os não participantes, a chance de óbito é 41,3% menor entre os participantes, enquanto as chances de conseguir emprego formal são 58% maiores entre aqueles que participaram do programa. Para chegar a estes resultados as pesquisadoras responsáveis pelo estudo utilizaram a seguinte metodologia: foram selecionados, dentre todos os egressos da FASE em 2012 e 2013, duzentos e oitenta e dois casos de jovens que informaram ter interesse em Participar do POD – Socioeducativo ao serem desligados, separando entre dois grupos de cento e quarenta e um casos, um com jovens que participaram do programa (tratamento), e outro de jovens que não participaram (controle).

Para formar estes dois grupos para comparação inicialmente foi utilizada a técnica de escores de propensão, que visou encontrar entre os jovens que demonstraram interesse pelo programa, mas não participaram, aqueles mais parecidos com o grupo que participou. Em seguida foi realizado um processo de pareamento que visava tornar o grupo de tratamento e de controle o mais parecidos possível e com o mesmo número de casos, utilizando o método do vizinho mais próximo, gerando dois grupos do mesmo tamanho. Através destas técnicas as pesquisadoras tiveram como objetivo diminuir o efeito do confundimento e de um possível viés de seleção do programa, por se tratar de um estudo não experimental e não aleatório, no qual não há controle dos pesquisadores sobre quem sofrerá a intervenção analisada (SPGG. Avaliação de Impacto do POD – Socioeducativo, 2018, pág. 21).

O viés de seleção, ou problema de seleção, em avaliações de programas sociais, diz respeito à fatores não observáveis que influenciam na dinâmica de quem participa ou não da intervenção proposta (MENEZES FILHO e PINTO, 2017). Neste caso em específico, por exemplo, não há como controlar os fatores que levam o adolescente a ter interesse ou não pelo programa, assim como os motivos

pelos quais aqueles que demonstram interesse, mas não participam do programa, o fazem. Fatores como a motivação para abandonar a trajetória delitiva e a vontade de mudar de vida, por exemplo, não podem ser controlados pelo estudo, mas podem ter um efeito nos resultados.

Neste trabalho pretendeu-se aprofundar esta análise, levando em consideração os efeitos do *background* familiar sobre as chances de reincidência, assim como sua influência na efetividade do programa para cada perfil de adolescente. Desta forma foi possível encontrar quais características tornam maiores ou menores as chances de os adolescentes voltarem acometer delitos após o período de internação na FASE, o que pode possibilitar ações específicas para diferentes perfis de adolescentes egressos do sistema socioeducativo, visando uma atuação mais abrangente do programa.

A presente pesquisa não deixa de ser uma avaliação de política pública, na medida em que tenta mensurar a eficácia de um programa governamental, tendo como base uma avaliação de impacto já realizada, porém analisando a base de dados do estudo mencionado de forma distinta e complementar. Uma das formas de se distinguir diferentes tipos de avaliação de políticas públicas é quanto aos agentes que participam do processo de avaliação (RAMOS e SCHABBACH, 2012, apud. CUNHA, 2006), que podem ser divididos em avaliações internas e externas. Estudos internos seriam aqueles realizados dentro do poder público, ou seja, da instituição que executa o programa a ser avaliado, enquanto a avaliação externa seria aquela realizada por terceiros, vindos de outras instituições. As duas apresentam vantagens e desvantagens, a interna tem vantagem quanto a obtenção de dados e a ausência de resistência a um ator externo (por se tratar de agentes já dentro da burocracia estatal), porém pode perder em objetividade pelo mesmo motivo. Já a avaliação externa é mais resguardada quanto a objetividade e neutralidade de análise, mas perde em ocasionais desconfianças ou resistência por parte dos avaliados e no acesso limitado aos dados, especialmente se envolvem informações confidenciais, como é o caso de políticas direcionadas à menores de idade como a aqui analisada.

Este trabalho acaba reunindo vantagens dos dois tipos de avaliação, pois se trata de uma avaliação externa, que carrega a vantagem da neutralidade, mas que utiliza dados obtidos através de uma avaliação interna, ou seja, se aproveitando da principal vantagem desta. A construção da base de dados utilizada na avaliação de impacto do POD - Socioeducativo exigiu uma articulação entre as duas secretarias de estado responsáveis pelo estudo (SDSTJDH e SPGG), Secretaria de Saúde, Sistema Prisional e Ministério do Trabalho, onde informações pessoais dos adolescentes como nome, CPF, RG e nome da mãe (dados altamente confidenciais) eram necessários para obtenção das informações; um trabalho, em termos de burocracia, quase impossível de ser realizado por qualquer agente externo.

Apesar dos números positivos mostrados pelo programa, o índice de reincidência infracional de egressos do sistema socioeducativo continua alto no Rio grande do Sul, de acordo com o estudo da SPGG, 71,7%. Mesmo que a lei que institui o POD – Socioeducativo não estipule nenhuma meta de redução de reincidência, o sentimento nos bastidores da secretaria de Estado responsável pela execução do programa na época em que estive presente como estagiário era de que os resultados apesar de positivos, ainda não eram ideais. A reincidência entre o grupo de adolescentes analisados pela Avaliação de Impacto que participou do POD ainda era de 70%, enquanto no grupo de controle, que não participou do programa a reincidência era de 82%. Além disso, o programa também apresentava altos índices de desistência e evasão, o que também era motivo de preocupação. Estes foram alguns dos motivos que me instigaram a analisar mais a fundo a base de dados utilizada no estudo que apresentou estes resultados, para compreender melhor os mecanismos que facilitam e dificultam a ação do programa e podendo contribuir concretamente em futuras ações do poder público em relação ao POD - Socioeducativo.

Sendo assim, através da metodologia proposta, pretende-se compreender o efeito do contexto familiar dos adolescentes no abandono da trajetória delitiva, além de verificar se o background familiar tem influência sobre quem participa ou não do programa, quais as características que facilitam o sucesso no programa e quais as características mais ligadas à reincidência em relação ao background familiar, e até

mesmo se o “sucesso” do programa depende ou não de determinados “pré-requisitos” de origem social (familiar). Compreender o que faz os jovens progredirem ou não (seja por abandono ou por desinteresse no ingresso) diante da oportunidade oferecida pelo Estado através do programa é fundamental para o aprimoramento da política, tendo em vista sua relevância.

Além do problema de pesquisa que norteia o trabalho, outras questões complementam o quadro de ideias que conduzem nossa curiosidade sobre o objeto de pesquisa, dentre elas: O POD - Socioeducativo consegue atingir todos os jovens egressos da FASE? O viés de seleção inicial (facultativo) elimina *a priori* os adolescentes em posições mais vulneráveis? É possível estabelecer perfis de jovens que “prosperam” no programa e jovens que não o fazem? Existem “pré-requisitos” familiares e educacionais para que o programa seja efetivo? A permanência no programa tende a interromper o ciclo de reincidência, oportunizando uma mudança de trajetória de vida? Como funciona o “Ciclo da Reincidência” em que se encontram adolescentes em conflito com a lei? Qual a eficácia do programa em interromper este ciclo e qual o papel das questões familiares neste processo?

Destarte, este trabalho possui como objetivo geral compreender a influência do *background* familiar dos adolescentes egressos da FASE nas chances de reincidência infracional e na efetividade do programa POD - Socioeducativo na prevenção da mesma. Como objetivos específicos, temos: 1. Compreender os fatores e variáveis que influenciam o comportamento desviante (BECKER. 2018) de adolescentes em conflito com a lei; 2. Comparar as características familiares dos jovens egressos do sistema socioeducativo em Porto Alegre nos anos de 2012 e 2013; 3. Mensurar o efeito do *background* familiar dos adolescentes egressos da FASE sobre as chances de reincidência infracional; 4. Analisar o efeito do *background* familiar sobre as chances de o adolescente participar ou não do programa; 5. Avaliar se a efetividade do programa POD – Socioeducativo na redução das chances de reincidência interage com o *background* familiar dos jovens; 6. Compreender os fatores que influenciam os casos de sucesso no programa e os que o fazem nos casos de reincidência; 7. Contribuir de forma teórica e empírica para o debate da prevenção criminal e para o aprimoramento do POD -

Socioeducativo por parte do poder público. Para alcançar os objetivos citados, na etapa de análise estatística, faremos uso de regressões logísticas multivariadas, que nos permitem mensurar os efeitos líquidos das variáveis independentes sobre as chances de um evento ocorrer (POWERS, XIE, 2008).

Como possíveis respostas para o problema de pesquisa traçamos três hipóteses que virão a ser testadas através da análise estatística da base de dados cedida para realização da pesquisa. A primeira é de que há uma relação entre *background* familiar e as chances de reincidência infracional por parte dos adolescentes. A segunda é a de que jovens que participam do POD – Socioeducativo tem menos chances de reincidir do que os que não o fazem. A terceira é a de que há uma interação entre o *background* familiar e a participação no programa, o que faz com que ele atinja de forma diferente jovens de diferentes perfis.

Para alcançar os objetivos deste trabalho e testar as hipóteses de pesquisa, como já mencionado, foi utilizada uma base de dados cedida pela SPGG (Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão), com autorização da FASE, que contém informações sociais, demográficas, familiares e educacionais de todos os jovens desligados da fundação em 2012 e 2013, além de dados daqueles que passaram pelo POD – Socioeducativo no mesmo período e a situação em que todos os egressos se encontravam no ano de 2018<sup>7</sup>. A base possui 757 casos (N), que é a totalidade de jovens egressos da FASE nos anos de 2012 e 2013 na regional de Porto Alegre.

A base de dados apresenta uma grande riqueza de dados, obtidos através da análise dos prontuários dos adolescentes na FASE e dos outros entes governamentais que colaboraram na sua construção. Por uma questão de tempo e dos próprios objetivos da análise em si, a avaliação de impacto realizada pela SPGG se ateve a uma análise mais objetiva, comparando os dados de reincidência, mortalidade e acesso ao mercado de trabalho entre um grupo de egressos que participou do programa (grupo de experimento) e outro que não passou pelo

---

<sup>7</sup> Tive a oportunidade de participar na pesquisa que deu origem a estes dados como estagiário do Departamento de Justiça da SDSTJDH (Secretaria de Desenvolvimento Social Trabalho e Justiça).

programa (grupo de controle), obtendo os resultados do programa nas áreas analisadas.

Apesar do estudo já finalizado e publicado, a base de dados que possibilitou esta avaliação possui uma riqueza e variedade de informações que permitem uma análise mais aprofundada e complementar, o que foi a principal motivação para tê-la como fonte de dados para construção desta dissertação. Dispondo de mais tempo, e partindo dos resultados encontrados pelas pesquisadoras e pesquisadores responsáveis pela avaliação de impacto, foi possível tirar mais proveito de dados já existentes na base, que anteriormente foram utilizados de forma descritiva para traçar o perfil dos jovens egressos e como variáveis de controle no processo de pareamento dos grupos de controle e tratamento utilizados para avaliar o impacto do programa.

As variáveis contidas na base de dados se encontram nos quadros a seguir, bem como as categorias de resposta para cada uma e as fontes das quais foram obtidas. Os dados pessoais dos egressos não serão utilizados - portanto as variáveis Nome, RG, CPF e Nome da mãe podem ser desconsideradas pois foram retiradas da base.

Quadro 2 – Variáveis da base de dados e fontes.

<b>Variáveis</b>	<b>Alternativas de Resposta</b>	<b>Fonte de Dados</b>
Nome	Desconsiderar	FASE
RG	Desconsiderar	
CPF	Desconsiderar	
Sexo	0 - Masculino 1 - Feminino	
Data de Nascimento	Data	
Nome da mãe	Desconsiderar	
Cidade	Aberta	
Bairro	Aberta	

Data entrada na FASE	Data	
Data desligamento FASE	Data	
Medida socioeducativa no desligamento	0 - Extinção 1 - Liberdade Assistida 2 - Prest. Serv. Comun. 3 - LA e PSC	
Tipo de ato ilícito praticado	0 - Porte ilegal de armas 1 - Descump. de medida 2 - Estupro 3 - Furto 4 - Homicídio 5 - Latrocínio 6 - Lesão corporal 7 - Apreensão pós-fuga 8 - Roubo 9 - Tentativa de Estupro 10 - Tent. de Homicídio 11 - Tent. De Latrocínio 12 - Violação de domicílio 13 - Tráfico de drogas	
Escolaridade no desligamento da FASE	Intervalar	FASE
Uso de substâncias psicoativas	0 - Não 1 - Sim	
Tipo de substância utilizada	Múltipla escolha: Álcool Cigarro Cocaína Crack Ecstasy Inalantes Loló Outras Não utilizou	
Histórico de dependência química na família	0 - Não 1 - Sim	
Parentesco do dependente químico	Múltipla escolha: Pai Mãe Irmão(ã) Outros Não possui	
Substância utilizada	Múltipla escolha: Álcool	

	Cigarro Cocaína Crack Injetáveis Inalantes Maconha Loló Outras Não possui	FASE
Histórico de delitos na família	0 - Não 1 - Sim	
Família recebe benefício governamental	Aberta	
Data Nascimento da Mãe	Data	
Relato sobre o pai	0 - Conhecido e Presente 1 - Conhecido e Ausente 2 - Desconhecido 3 - Falecido	
Relato sobre a Mãe	0 - Conhecida e Presente 1 - Conhecida e Ausente 2 - Desconhecida 3 - Falecida	
Número pessoas na casa	Intervalar	
Com quem reside	Múltipla escolha: Pai Mãe Avó(ô) Padrasto/Madrasta Tio/Tia Amigo Instituição de Acolhimento Cônjuje Rua Só Outros	
Quem é o responsável	0 - Mãe 1 - Pai 2 - Mãe e Pai 3 - Cônjuje 4 - Avó(ô) 5 - Tio(a) 6 - Irmão(ã) 7 - Primo(a)	

	8 - Cunhado(a) 9 - Sogro 10 - Outro	
Interesse em participar do POD	0 - Não 1 - Sim	FASE e SDSTJDH
Data de ingresso no POD (Data da adesão ou círculo de compromisso)	Data	Planilha de Gestão do POD(SDS TJDH)
Ano ingresso POD	Ano	
Instituição que operacionalizou o POD	0 - Instituto Calábria 1 - Pão dos Pobres	
Data de desligamento do POD	Data	
Bolsa (nº de parcelas recebidas)	Intervalar	

Fonte: Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo (Secretaria de Planejamento Governança e Gestão, 2018).

Quadro 3 – Indicadores de resultado do programa.

<b>Indicador</b>	<b>Alternativas de resposta</b>	<b>Fonte de Dados</b>	<b>Período de referência</b>
Mortalidade	0 – Não 1 - Sim	SES/RS	Julho de 2018
Causa de Morte	1 - HIV 2 - Meningite 3 - Transt. Vasculares Agudos do Intestino 4 - Não especificado 5 - Acidente de trânsito 6 - Queda de ou em andaime (Constr. Civil) 7 - Suicídio 8 - Agressão por arma de fogo 9 - Agressão por objeto cortante 10 - Agressão por objeto contundente 11 - Intervenção legal envolvendo arma de fogo		
Ingresso no Sistema Prisional	0 - Não 1 - Sim	SUSEPE	Outubro de 2018

Nº de entradas no Sistema Prisional	Intervalar		
Reingresso na FASE	0 - Não 1 - Sim	FASE	Julho de 2018
Reingresso na FASE ou no Sistema Prisional	0 - Não 1 - Sim	SUSEPE /FASE	Julho/outubro de 2018
Emprego formal	0 - Não 1 - Sim	RAIS/MT	Dezembro de 2016

Fonte: Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo (Secretaria de Planejamento Governança e Gestão, 2018).

Para a análise estatística dos dados foi utilizado o software IBM SPSS (*Statistical package for the Social Sciences*). Nossa variável dependente é o reingresso na FASE ou no sistema prisional (reincidência). A análise é composta pelas seguintes etapas, iniciadas após a preparação dos dados:

**Etapa 1:** análise dos dados a partir de estatísticas descritivas e cruzamentos bivariados;

**Etapa 2:** criação de “tipos” de *background* familiar através de análise de correspondência múltipla e análise de *clusters*, a fim de distinguir diferentes tipos de contextos familiares. Para tanto, seguimos o seguinte procedimento:

*I. Realizamos uma Análise de Correspondência Múltipla (LE ROUX, ROUANET, 2010) com as variáveis selecionadas, incluindo categorias de composição familiar, da presença do pai, presença da mãe, uso de drogas por parte do adolescente e histórico de delitos e/ou histórico de dependência química na família;*

*II. As coordenadas dos indivíduos no eixo principal foram salvas e então utilizadas como input para análise hierárquica de cluster, que dividiu os indivíduos em três grupos de acordo com o background familiar, um grupo de maior vulnerabilidade, um grupo médio e um grupo de menor vulnerabilidade;*

**Etapa 3:** a terceira etapa é de interpretação dos resultados dos modelos de regressão logística<sup>8</sup> (LONG, FREESE, 2006) e teste das hipóteses. A pesquisa tem

---

<sup>8</sup> A regressão é uma técnica estatística que visa mensurar o efeito de uma ou mais variáveis independentes sob a variável dependente estudada. No caso da regressão logística o objetivo é, a partir de variáveis previsoras, medir as chances de um evento ocorrer em uma variável categórica (FIED, 2009, págs. 156, 157, 221 e 222).

como principal variável dependente a reincidência infracional até 2018. As variáveis independentes incluem, entre outros controles, a tipologia de *background* familiar, *dummy* indicadora de passagem pelo programa POD-Socioeducativo e variáveis a respeito da medida socioeducativa como tempo de permanência na instituição e ato infracional cometido, além dos termos de interação as categorias de *background* e a passagem pelo POD-Socioeducativo. Nesta etapa, seguimos o seguinte procedimento:

*I. Rodamos um primeiro modelo tendo a dummy indicativa de reincidência infracional como variável dependente, e a tipologia de background familiar como variável independente;*

*II. Em um segundo modelo, adicionamos variáveis de controle de caráter individual (ex: sexo, cor e idade);*

*III. Em um terceiro modelo, adicionamos as variáveis a respeito do POD – Socioeducativo, sendo elas a demonstração de interesse em participar do programa e a participação de fato no POD;*

*IV. Em seguida adicionamos em um quarto modelo variáveis que dizem respeito à medida socioeducativa, como o tempo de permanência da FASE e o ato infracional cometido de acordo com a gravidade estipulada pelo ECA.*

*V. Finalmente, em um quinto modelo, incluímos os termos interativos do background familiar com a dummy indicadora de passagem pelo POD-Socioeducativo;*

Para a primeira hipótese, de que o *background* familiar tem um papel importante na questão da reincidência infracional, analisamos o primeiro e segundo modelos, com o objetivo de verificar variação das probabilidades da variável dependente para jovens que diferentes contextos familiares, tendo como variável independente os tipos criados através da análise de cluster e descontando os efeitos das variáveis de controle, visando verificar se fazer parte de um dos perfis estudados têm relação com as chances de reincidência. Para a segunda hipótese, de que a participação no POD – Socioeducativo diminui as chances de reincidência, foi feita uma análise a partir do terceiro e quarto modelos, para determinar a variação das probabilidades na variável dependente tendo a o interesse no POD e a participação efetiva no programa como variáveis independentes, aqui o objetivo foi analisar a efetividade do programa através de uma metodologia distinta da

usada na avaliação de impacto, a fim de comparar os resultados. Já o modelo 4, traz controles adicionais com as variáveis de tempo de permanência na FASE e ato infracional cometido, a fim de aumentar o ajuste do modelo aos dados. Para a terceira hipótese - de que existe um efeito interativo entre *background* familiar e passagem pelo POD - Socioeducativo, no qual o programa atinge de forma distinta os diferentes perfis de jovens que passam por ele - fizemos uso do quinto modelo, em especial dos coeficientes dos termos interativos. A partir da análise dos modelos e das contribuições das variáveis adicionadas buscamos o modelo que melhor se ajustasse aos dados e garantisse uma maior capacidade de apontar associações entre o *background* familiar, a participação no POD - Socioeducativo e a reincidência infracional.

Desta forma, foi possível analisar de forma mais aprofundada os resultados do programa já trazidos pela avaliação de impacto feita pelo Estado, compreendendo de uma forma mais abrangente os resultados observados - que indicavam um efeito positivo do programa, diminuindo as chances de reincidência entre aqueles que participavam do mesmo, porém, com números ainda longe do ideal nos anos em que o estudo se refere. Além disso, entendendo melhor a dinâmica da reincidência e os fatores que mais aumentam ou diminuem as chances dela acontecer, esta pesquisa pode ser uma ferramenta útil ao poder público para o aprimoramento do programa, criando ações específicas para os diferentes perfis de adolescentes que fazem parte da FASE.

A dissertação é composta por três capítulos, sendo o primeiro uma revisão teórica, com o objetivo de contextualizar a questão dos adolescentes infratores e construir, através da bibliografia estudada, uma argumentação teórica que sustente as hipóteses da pesquisa. Na construção do referencial teórico que embasa a investigação busca-se desenvolver a ideia de ciclo trazida pelo título do trabalho, que se trata de uma construção abstrata, fundamentada nos(as) diversos(as) autores(as) e teorias trazidas ao longo do texto. O chamado "ciclo da reincidência" é uma tentativa de compreender, de forma teórica, a complexidade da realidade social que envolve a questão da criminalidade na adolescência, tendo em vista os altos índices de reincidência infracional dos jovens que passam pelo sistema socioeducativo. O argumento é de que o contexto social e familiar onde estão

inseridos os adolescentes que cometem crimes violentos (e são sentenciados ao cumprimento de medida de internação) é um fator importante de agravamento deste comportamento. Questões como a baixa renda, condições precárias de moradia, dificuldade no acesso às políticas públicas, baixa escolaridade, fragilidades na estrutura familiar, dentre outras, criariam um ambiente propício ao desenvolvimento de condutas violentas e de uma subcultura que valoriza este tipo de comportamento. O ciclo aconteceria à medida que após cometimento do ato infracional e da internação, o jovem é solto e retorna para este mesmo contexto, com o agravante do rótulo deixado pela passagem na FASE, o que tornaria o abandono dessa trajetória desviante mais difícil a cada internação. O POD – Socioeducativo seria uma tentativa do Estado de intervir neste processo, interrompendo tal ciclo.

Para construção deste esquema teórico são utilizados autores ligados à fenomenologia e o interacionismo simbólico como Goffman (1988) e Becker (2008), através de conceitos como “estigma” e “rótulo”, além de Misse (2010), que amplia tais conceitos para a realidade brasileira com a ideia de “sujeição criminal”. Também são trazidas as contribuições de Cano (2007) no que diz respeito à relação entre violência e desigualdade social, além de Merton (1968) e Cohen (1955) para compreender a relação entre as estruturas sociais e a formação de subculturas que valorizam a violência e o desvio. Também é trabalhada a questão do papel da família na formação do adolescente infrator, durante a internação e após a soltura dos jovens, com base em estudos recentes sobre o tema. Além disso trabalha-se o encarceramento e seus efeitos sobre os indivíduos, tendo como base a noção de “instituição total” de Goffman (2005), finalizando com uma reflexão sobre o caráter punitivo da medida socioeducativa de internação, apesar do discurso de educação e reinserção social trazido pelo ECA, e a impossibilidade de ressocializar retirando o indivíduo da sociedade.

O segundo capítulo, diferentemente do primeiro que se trata de construções e especulações teóricas, é dedicado ao estudo dos dados e à formação de um perfil dos jovens egressos da FASE entre 2012 e 2013, utilizando principalmente a estatística descritiva e cruzamentos bivariados. São utilizados ao longo do texto gráficos e tabelas para compreender, de forma empírica, o perfil dos jovens

egressos do sistema socioeducativo no Rio grande do Sul no que diz respeito a características individuais, moradia, escolaridade, estrutura e histórico familiar, uso de drogas, dentre outras variáveis importantes para a compreensão do público alvo do programa e deste trabalho.

O terceiro capítulo é destinado à análise em si, apresentando os modelos de regressão que serão aplicados para testar as hipóteses de pesquisa e os resultados obtidos através deles, além de expor de forma detalhada o processo de análise de correspondência múltipla seguida de análise de *clusters* que definiu a variável independente de “tipos” de *background* familiar que compõe os modelos de regressão que são utilizados para testar a segunda e terceira hipóteses da pesquisa, sendo assim, se trata da parte mais central (e mais complexa) do trabalho. A partir dos resultados aqui obtidos fomos capazes de inferir sobre as variáveis que melhor explicam a reincidência infracional, sobre a efetividade do programa POD – Socioeducativo, se ele interage com o *background* familiar dos egressos e quais são os fatores que aumentam ou diminuem as chances de um adolescente egresso da FASE reincidir.

## 2. O CICLO DA REINCIDÊNCIA

### 2.1. Introdução

O título deste trabalho sugere a existência de um ciclo que envolve os adolescentes egressos da FASE que reincidem no ato infracional após a internação na instituição. Este primeiro capítulo tem como principal missão responder à pergunta: “Que ciclo é esse?” Para isso trabalharemos com uma intersecção entre a teoria interacionista, como os estudos da sociologia do desvio (BECKER, 2009) e a teoria do estigma social (GOFFMAN, 1988), em conjunto com teorias estruturalistas, em especial a visão de crime como desvio social (MERTON, 1968) e a teoria da subcultura delinvente (COHEN, 1968). Essas diferentes perspectivas podem ser utilizadas de forma complementar, à medida que juntas explicam diferentes fatores que podem influenciar adolescentes a iniciarem e se manterem em uma trajetória delitiva, unindo aspectos subjetivos, sociais e culturais. Além da literatura estrangeira que forma a base teórica deste trabalho, é preciso levar em consideração as particularidades da realidade brasileira no processo aqui analisado, e é aí que entra o conceito de Sujeição Criminal de Misse (2010), que pensa as questões trazidas por Becker e Goffman a respeito de desvio e estigma, e vai além, indicando que o processo histórico e a dinâmica das desigualdades sociais no Brasil, produziram uma realidade diferenciada, onde o estigma do criminoso (ou “bandido”) acaba extrapolando o indivíduo e por vezes “contaminando” comunidades inteiras.

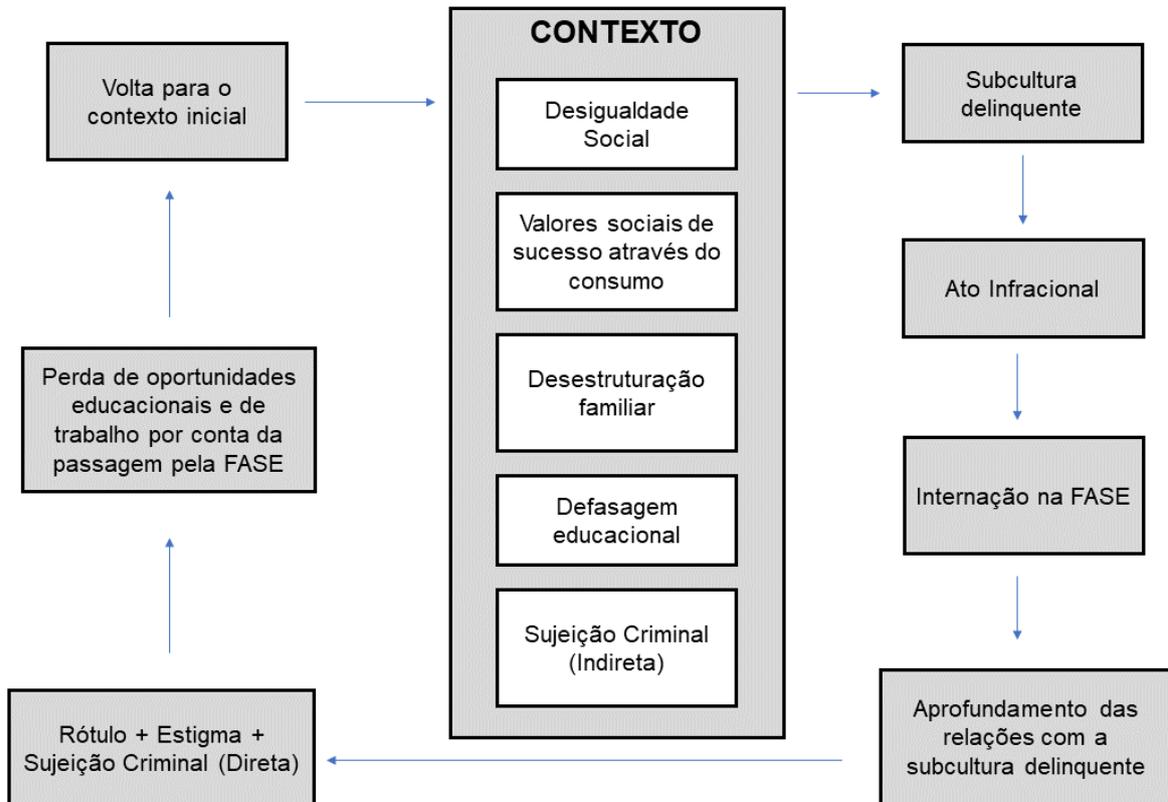
Além destes, também são trazidos para discussão questões referentes às desigualdades sociais e a relação destas com a criminalidade de forma geral e na adolescência. Visando a compreensão da relação entre família e ato infracional são trabalhados estudos recentes acerca do tema, compreender o papel do *background* familiar é fundamental tendo em vista a relativa homogeneidade da população estudada em termos socioeconômicos, em geral jovens do sexo masculino, pobres e oriundos de periferia (GUARESI e SILVA, 2003). Dentro desta perspectiva, compreende-se a família como um fator determinante que pode ter uma função de proteção do adolescente ou as vezes de agravamento das vulnerabilidades que atingem este público, dependendo das características deste contexto familiar.

Também é feita uma reflexão a respeito do encarceramento no que Goffman (2005) define como “Instituição Total”, conceito utilizado para nortear a análise do papel da internação na FASE na trajetória delitiva dos adolescentes. Tudo isso visando compreender, de forma teórica, os processos que formam o ciclo sugerido no título desta dissertação, que diz respeito ao processo de infração, internação, retorno ao contexto social e reincidência, ciclo este que o programa POD-Socioeducativo tenta romper através de uma intervenção no momento de desligamento da FASE, visando garantir oportunidades para o jovem não volte a reincidir.

Em primeiro lugar é preciso explicitar que aqui a criminalidade na adolescência não é tomada a partir um olhar individualista, ou seja, atribuindo o ato criminoso simplesmente à índole do praticante ou supostas características inatas ao indivíduo. A criminalidade no geral, e principalmente na adolescência é vista aqui como um fenômeno social complexo com diversas variáveis a serem analisadas. Este trabalho, assim como qualquer outro, não visa (e nem o conseguiria se visasse) abordar todas estas variáveis na tentativa de elaborar uma explicação da totalidade da realidade ou definir uma solução final para o problema, mas sim, colaborar para o debate científico em torno do assunto, analisando uma experiência real de uma política pública que trabalha na prevenção da reincidência infracional de adolescentes no Rio grande do Sul, mais especificamente na cidade de Porto Alegre.

Formando um esquema que ilustre todo o processo do ciclo da reincidência que o POD – Socioeducativo tenta interromper, construído com base em todo o referencial teórico do trabalho, temos a seguinte estrutura:

Figura 1 – Ilustração do Ciclo da Reincidência



Fonte: Elaboração própria.

Em resumo, esta construção teórica argumenta, com base no referencial teórico da dissertação, que o adolescente se encontraria em um contexto social marcado pela desigualdade e pela marginalização, em uma sociedade que tem como ideal de “sucesso” o enriquecimento e o consumo, sucesso este dificultado por suas condições socioeconômicas e por altos índices de atraso escolar<sup>9</sup>. Com um contexto familiar marcado por conflitos e diversos problemas de organização, a família acabaria não conseguindo fornecer suporte emocional e psicológico necessário, deixando o adolescente em uma situação mais vulnerável ainda. Para piorar, a sujeição criminal o atingiria mesmo antes do cometimento de um ato infracional, por ele morar em um território marginalizado, em geral ser negro ou

<sup>9</sup> A média de atraso escolar entre os egressos da FASE no momento do desligamento em 2012 e 2013 foi de 6,34 anos. Sendo que 82,3% dos jovens estavam 5 ou mais anos atrasados nos estudos. Fonte: Base de dados da Avaliação de Impacto do POD – Socioeducativo.

pardo, possuir uma determinada forma de se vestir, agir e falar, ou acumulando todas estas características. Dentro de uma sociedade que o lê como infrator antes mesmo de se tornar um, e com aspirações de consumo acima de suas condições materiais ele entraria em contato com outros jovens nas mesmas condições que ele, que veem na atividade criminosa (em geral roubo ou tráfico de drogas)<sup>10</sup> uma oportunidade para ganho de dinheiro e status, ideias que ganham sustentação através de uma subcultura com valores próprios que tem como principal característica a valorização da violência, o que acabaria culminando no ingresso em atividade ilegais e no cometimento de um ato infracional, ou vários, até que seja apreendido e condenado ao cumprimento de uma medida socioeducativa na FASE.

Uma vez dentro da FASE, ele entraria em contato com centenas de outros jovens na mesma situação que ele, com experiências e valores adquiridos semelhantes, o que pode aprofundar sua relação com a subcultura delincente. Além disso, sofreria todos os efeitos negativos do encarceramento em uma instituição total e suas rotinas extremamente degradantes para o *self* do indivíduo. Ao sair o adolescente passaria a sofrer com a estigmatização da passagem registrada em sua ficha criminal, o rótulo de criminoso devido a seu ato desviante e como agravante disso, a sujeição criminal faria com que ele seja lido como alguém que tem o crime e a violência ligados à sua essência, o que lhe dá o status de “bandido”. Tudo isso faria qualquer tipo de reinserção social um objetivo difícil de ser alcançado, pois a volta aos estudos e a permanência na escola é dificultada, bem como as oportunidades de trabalho são escassas. Este jovem, então, retornaria ao seu contexto inicial, agora em uma situação ainda mais vulnerável. Assim não é difícil imaginar que o caminho mais provável a ser tomado seja o da reincidência, não apenas por conta da sociedade a sua volta, que não o veria como cidadão de direitos, mas também por conta das consequências de todo esse processo na deterioração de sua própria identidade.

---

<sup>10</sup> De acordo com o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, roubo e tráfico de drogas somam 69,1 de todos os atos infracionais julgados cometidos por adolescentes (Dados de 2016). Pensando localmente, acordo com os dados da pesquisa, roubo e tráfico somavam 75,1% de todos os atos infracionais cometidos pelos jovens que passaram pela FASE entre 2012 e 2013 no Rio Grande do Sul.

Ao longo deste capítulo serão trabalhados os diversos autores e teorias que sustentam esta construção teórica do ciclo da reincidência, que se trata de uma tentativa de compreensão da complexa realidade que envolve a questão da criminalidade na adolescência e o comportamento reincidente, unindo diferentes perspectivas como o interacionismo simbólico e do funcionalismo (muitas vezes apontados como opostos, mas aqui vistos como complementares) em busca de uma visão mais abrangente dos fenômenos.

## **2.2. Desigualdade social, marginalização e ato infracional:**

A proposta teórica principal do presente trabalho é existência de um ciclo de envolve os adolescentes reincidentes no cometimento de ato infracional, argumentando que o contexto social em que estão inseridos estes jovens tem um papel importante neste ciclo de infração, internação na FASE, desligamento e reincidência, que gera nova internação e assim por diante. Mas que contexto é esse? Responder a esta pergunta não é uma tarefa fácil, certamente renderia uma pesquisa completa para fazê-lo, como não é o caso deste trabalho, a tentativa é compreender melhor a questão através de diferentes referenciais teóricos e da literatura disponível sobre o tema. Levando isso em conta, uma característica que chama atenção quando se falar de criminalidade na adolescência é a ligação desta com a questão da vulnerabilidade social, compreendida como “[...] a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade.” (ABRAMOVAY, 2002, apud. VIGNOLI, 2001).

Consideram-se fatores que caracterizam a vulnerabilidade social a pobreza, condições precárias de moradia, dificuldade no acesso as políticas públicas em diversas áreas como saúde, educação, saneamento e segurança, exposição a violência dentro e fora de casa, dentre outros fatores. Características estas que se fazem presentes principalmente em centros urbanos marcados pela desigualdade social e marginalização dos territórios de periferia, como acontece nas principais metrópoles brasileiras, sendo assim, trazer a questão da relação entre

desigualdade social e violência como ponto de discussão na tentativa de compreender o contexto dos adolescentes egressos FASE acaba sendo fundamental.

A relação entre pobreza, desigualdade social e criminalidade já faz parte do senso comum no debate a respeito da questão da segurança pública, mas dentro da academia não há consenso em torno do assunto. Intuitivamente é possível enxergar a correlação entre estas variáveis, porém apontar uma relação causal entre desigualdade e criminalidade pode acabar se tornando uma armadilha argumentativa, especialmente se forem negligenciando outros fatores como valores sociais, cultura, percepções sobre o sistema legal, dentre outros.

A desigualdade por si só não necessariamente produz violência, há países com níveis de desigualdade próximos e até maiores que o Brasil, e os indicadores de violência nestes países variam muito, não sendo possível estabelecer uma correlação positiva entre desigualdade e violência com um grau de certeza considerável. Por exemplo, Brasil e Índia são dois países ricos que ocupam posições semelhantes na geopolítica mundial, que nas últimas décadas conseguiram alcançar um ritmo alto de desenvolvimento. Ou seja, podemos considerá-los como dois países “parecidos” em termos de estrutura socioeconômica. Em 2017 os índices de Gini<sup>11</sup> de Brasil e Índia eram respectivamente 0,533 e 0,479, o que indica níveis de desigualdade relativamente próximos, apesar da vantagem indiana. O Relatório Sobre a Desigualdade Global<sup>12</sup>, feito pelo Laboratório da Desigualdade Mundial aponta que os 10% mais ricos ficavam com cerca de 55% da riqueza nos dois países. Porém, ao comparar a taxa de homicídios intencionais por cem mil habitantes no ano de 2016, utilizando dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime<sup>13</sup>, temos 30,5 no Brasil e 3,2 na Índia. Este é um exemplo mais apelativo para esclarecer o porquê de afirmar

---

11 Índice amplamente utilizado em estudos acadêmicos que mede a concentração de renda nos países para determinar um valor que varia de 0 a 1, onde quanto mais próximo de 0 menos desigual é o país e quanto mais próximo de 1 mais desigual é o país.

12 Disponível em: <<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/145153/brasil-tem-mesma-posicao-que-india-no-ranking-de-d.htm>> Acesso em: 20/04/2020.

13 Disponível em: <<https://dataunodc.un.org/content/data/homicide/homicide-rate>> Acesso em: 20/04/2020.

que desigualdade gera violência acaba sendo problemático. Apesar da proximidade em termos de desigualdade de renda o Brasil possui uma taxa de homicídios intencionais quase dez vezes maior que a Índia, indicando que existem outras variáveis que influenciam nessa dinâmica, nesse caso em específico a diferença cultural gigantesca entre os dois países parece ser um fator determinante.

Para defender a tese de que a desigualdade social e a pobreza estão relacionadas aos índices de criminalidade é preciso levar em consideração outros aspectos que fazem com que a desigualdade seja um plano de fundo que, aliada a outros fatores, acaba influenciando não apenas nos índices de criminalidade, mas também, e principalmente, quem são os indivíduos que se envolvem com o crime. Fatores como valores sociais de realização individual através do consumo e a condição de vulnerabilidade social, falta de estrutura e políticas públicas que as populações mais marginalizadas estão submetidas dificultam a obtenção deste sucesso individual através de meios considerados como legítimos, gerando assim, condições que facilitam ou dificultam as chances de jovens se envolverem em atividades criminosas dependendo do lugar em que se encontram na estrutura social.

A preocupação com a relação entre desigualdade e violência não é novidade na sociologia e criminologia, e está longe de ser um consenso, gerando posições controversas sobre o tema. De acordo com Cano (2007), o que causa a contradição entre os que acreditam na existência desta relação (que tendem a defender investimentos na área social para diminuição da criminalidade) e os que não o fazem (que tendem a defender um aprimoramento do sistema jurídico e das forças de repressão), é a dificuldade de se estudar esta relação de forma objetiva, tendo em vista que os resultados das testagens de hipóteses se mostram contraditórios e variam muito de população para população, além disso, os dados coletados em geral não são os mais ideais para atender a pretensão de medir esta relação, o que resulta em modelos teóricos imprecisos. O pesquisador geralmente trabalha com dados populacionais e taxas de violência e criminalidade, e a partir disso constrói sua análise e inferências, o que permite uma explicação das taxas de homicídios ou roubos, por exemplo, mas diz pouco sobre os que cometem estes atos. Infelizmente ainda não possuímos um grande banco de dados com

informações detalhadas sobre todos os que cometem crimes, o que tornaria a análise da relação entre origem social e criminalidade mais precisa e objetiva, dada esta limitação empírica se faz necessário reconhecer a importância da teoria social para se compreender estes processos.

Ribeiro e Cano (2016) analisam a questão da desigualdade e pobreza, e sua relação com a violência letal nos municípios brasileiros, chegando a conclusão de que dependendo do nível de análise, desigualdade ou pobreza possuem diferentes potenciais de explicação da violência letal. Enquanto em análises maiores, comparando países, por exemplo, a variável desigualdade explica melhor as taxas de homicídio, quando aproxima-se a lupa para analisar municípios, é a renda dos mais pobres que tem um potencial explicativo maior, porém, este efeito de renda tende a ser significativo em um prazo de vinte anos, ou seja, a renda dos mais pobres em 1991 tinha efeito sobre as taxas de homicídio em 2010, pois seria quando os nascidos em 1991 alcançariam faixa etária com mais risco de morte no Brasil, o que indicaria que o abandono de uma parcela população tem efeito sobre as taxas de violência letal a longo prazo. Os autores destacam um perfil “preferencial” de vítimas de homicídio no Brasil amplamente conhecido pela literatura, homens, jovens, não-brancos e de pouca escolaridade, concluindo que:

“A incidência da violência letal parece fortemente associada a elementos estruturais, demográficos e socioeconômicos. Neste último caso, distribuição de renda e acesso à educação foram características fundamentais para entender o comportamento das taxas.” (RIBEIRO, CANO, 2016).

Uma perspectiva diferente é trazida por Reis e Beato (2000), que apontam a contradição observada no Brasil ao final dos anos noventa, na qual o país apresentava uma melhoria dos indicadores sociais como expectativa de vida, mortalidade infantil e escolarização da população, ao mesmo tempo em que as taxas de criminalidade só faziam aumentar, em especial nos centros urbanos<sup>14</sup>. Para os autores, perspectivas tradicionais em torno da questão da criminalidade como a relação pobreza e violência, falta de presença do Estado em regiões

---

<sup>14</sup> Mesmo após no período que sucede o estudo um fenômeno parecido pode ser observado, além do crescimento econômico, nem as iniciativas de redistribuição de renda e diminuição da pobreza e desigualdade ocorridas no Brasil a partir dos anos 2000 foram capazes de deterem a criminalidade no país, em especial nos grandes centros urbanos.

periféricas e aumento do desemprego, podem até ter um papel importante da dinâmica da violência urbana, porém é difícil comprovar essa relação empiricamente, pelo contrário, os que os dados analisados pelos autores demonstram é uma insignificância destas variáveis sobre os índices de criminalidade.

Reis e Beato (2000) destacam a importância de separar “incidência de crimes” das “características sociais dos criminosos”, e não descartam a importância de se considerar questões de *background* como elementos que podem contribuir para o envolvimento de indivíduos com a atividade criminosa, mas que este seria apenas mais um dos elementos a serem considerados. Os autores apresentam uma proposta diferente para a questão, uma análise ecológica da criminalidade, na qual o espaço é uma categoria fundamental, criando ambientes que propiciam ou dificultam a atividade criminosa. Enquanto os centros e áreas comerciais acabam sendo um atrativo para crimes contra propriedade e homicídios ligados a estes, nas regiões mais pobres e periféricas os homicídios estariam mais ligados ao tráfico de drogas. Apontam também a importância de elementos que tem a ver com a disponibilidade de alvos e oportunidades para cometimento de crimes e a ausência ou enfraquecimentos de mecanismos de controle e vigilância. Sendo assim, a manifestação espacial das desigualdades nos centros urbanos criaria diferentes ambientes que propiciam a atividade criminosa, deixando os indivíduos que vivem ou circulam por estes espaços mais suscetíveis à criminalidade, tanto como vítimas como quanto autores.

Praticar ou não um ato infracional é sempre uma escolha individual, porém quanto menos o indivíduo tem “a perder”, maiores tendem a ser as chances de que ao analisar os riscos versus os possíveis ganhos, ele opte pelo caminho que aparenta ser mais vantajoso no momento. Esta hipótese é sustentada pela teoria da escolha racional, como trazida por CANO (2007, pág. 11), que explica relação entre renda e violência argumentando que o indivíduo escolhe o comportamento ilegal (ou violento) por perceber uma possibilidade de ganhos superior ao que conseguiria sem recorrer a tais métodos, mesmo considerando o risco de uma eventual captura pela polícia. “[...] o crime violento seria escolhido a fim de obter um lucro que de outro modo seria intangível. Assim, quanto menos uma pessoa

espera do emprego legal, mais esta pessoa estaria propensa ao comportamento criminoso e vice-versa”. Além disso, essa teoria aponta que em geral indivíduos de maior renda e capital cultural teriam acesso tipos de crimes que não exigem violência e que em geral são muito mais lucrativos, o que seria uma das hipóteses de explicação para o maior envolvimento de indivíduos de menor renda em crimes violentos, tendo em vista que o texto de Cano é focado na relação entre desigualdade de renda e taxa de homicídios.

Outro fator importante nessa dinâmica é a expectativa dos indivíduos quanto ao seu futuro, de acordo com o apontado por Pierre Bourdieu (1992) em “A Reprodução”, obra na qual analisa a manutenção das desigualdades sociais através do sistema de ensino francês, jovens de classes periféricas tendem a ter aspirações menos “otimistas” do que jovens oriundos das classes mais privilegiadas em relação ao futuro acadêmico e profissional, ou seja, desde a infância o valor dado à educação formal e a trajetória que se espera destes jovens é diferente.

Se, no caso particular das relações entre a Escola e as classes sociais a harmonia parece perfeita, é que as estruturas objetivas produzem os *habitus* de classe, e em particular as disposições e as predisposições que, gerando as práticas adaptadas a essas estruturas, permitem o funcionamento e a perpetuação das estruturas: por exemplo, a disposição para utilizar a Escola e as predisposições para ter êxito nela dependem, como já se viu, das probabilidades objetivas de alcançá-lo que estão ligadas às diferentes classes sociais, essas disposições e predisposições constituindo por sua vez um dos fatores mais importantes da perpetuação da estrutura das oportunidades escolares como manifestação objetivamente perceptível das relações entre o sistema de ensino e a estrutura das relações de classe. (BOURDIEU, PASSERON, 1992, Pág. 213)

Isso ocorre, segundo Bourdieu, pois os indivíduos moldam suas expectativas de acordo com o contexto em que estão inseridos, de acordo com seu *habitus* de classe. Por exemplo, criando dois casos hipotéticos, um jovem nascido em uma família de classe média, com pai e mãe tendo cursado ensino superior que sempre teve estímulos para valorizar o estudo tenderia a ver o ingresso na faculdade como algo certo, tendo como preocupação a escolha da carreira que pretende seguir. Um jovem nascido em uma família de classe popular, vindo de um território marginalizado, cujo os pais não completaram o ensino fundamental ou médio tenderia a ser menos estimulado a uma carreira acadêmica, muitas vezes a

faculdade acaba sendo vista como algo inalcançável e sua principal preocupação seria conseguir um emprego para ajudar com os gastos domésticos.

Bourdieu se refere às desigualdades educacionais e como elas acabam reproduzindo a estrutura social de classes, e apesar de não estar se referindo à questão da criminalidade é possível trazer o conceito de “horizonte de expectativas” para somar à discussão das diferenças sociais entre jovens de classes populares e privilegiadas e a influência dessas diferenças na questão da criminalidade. Seguindo esta perspectiva teórica, um jovem de classe baixa, morador de periferia tenderia a ter mais chances de se envolver em uma carreira delitiva do que um jovem que mora em um território privilegiado, com um padrão de vida confortável, que apenas estuda e não precisa de uma fonte de renda para si ou para ajudar em casa. Com base em sua experiência empírica observando amigos, familiares e conhecidos que vivem em um contexto próximo ao seu, o jovem da periferia tenderia a moldar suas expectativas em relação ao seu futuro de acordo com este contexto, tendo a ascensão social através do estudo e trabalho como algo muito distante, por vezes inalcançável, o que faria com que ele esteja mais vulnerável para escolher métodos alternativos para obtenção deste sucesso. Um dos objetivos do programa POD – Socioeducativo aqui analisado é justamente ampliar este horizonte de expectativas, na tentativa de fazer o adolescente mudar sua visão em relação a si mesmo e suas possibilidades de futuro.

É importante destacar que o foco deste trabalho não são os adolescentes que entram na FASE e os fatores que os levaram a cometer o ato infracional, mas sim os adolescentes egressos do sistema e a diferença entre aqueles que tiveram algum acompanhamento e aqueles que não o tiveram. Porém, ao mesmo tempo, o argumento central desenvolvido aqui é o de que existe um contexto que facilita o envolvimento de um perfil específico de jovens com a criminalidade que antecede a internação na FASE, e que se ao sair da instituição o jovem simplesmente voltar para o mesmo contexto, com o agravante de ter passado pelo processo de internação, a tendência, então, é de que o ciclo se repita, gerando a reincidência. Por isso é importante também falar sobre o processo de envolvimento com a criminalidade e, principalmente, sobre este contexto marcado por diversos fatores

que acabam sendo relevantes em todo o processo aqui analisado, ainda que de forma teórica.

Como visto até aqui, desigualdade social e pobreza são duas variáveis importantes ao se analisar a questão da criminalidade, em especial na adolescência. Não como a causa direta de todos os problemas, mas no sentido de que fatores como a exclusão social, marginalização, falta de estrutura e políticas públicas, dentre outras carências que atingem a parcela mais pobre da população, que são derivadas desta estrutura social desigual, acabam criando um ambiente em que indivíduos em situação de vulnerabilidade estariam mais expostos à fatores que podem ser determinantes na escolha de uma trajetória delitiva.

Em função disso, encontramos uma relativa homogeneidade em termos de origem social e renda da população de adolescentes que cumprem medida de internação no Brasil, o que também se manifesta em Porto Alegre. Informações específicas sobre os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação são mais difíceis de ser encontradas, em especial a nível nacional, tendo em vista a dificuldade que o estado brasileiro tem em integrar os dados sobre medidas socioeducativas no país, por ser uma questão administrada pelos governos estaduais (internação) e municipais (meio aberto). Por isso utilizaremos como base o estudo de Guaresi e Silva (2003), que fez parte de um mapeamento da situação das unidades de execução de medida socioeducativa de internação no Brasil conduzido pelo IPEA e Ministério da Justiça, apesar de relativamente antigo, o estudo ainda não foi replicado para atualização das informações, em especial sobre a situação socioeconômica dos adolescentes.

De acordo com as autoras, 66% dos adolescentes internos em 2002 viviam em famílias extremamente pobres, que sobreviviam com renda de menos de um até dois salários mínimos da época. Em valores absolutos, somando os indicados como "Sem renda", 79,6% dos adolescentes viviam em famílias com renda de zero a R\$400,00, o que em valores atualizados de acordo com a inflação para o ano de

2013<sup>15</sup> seria o equivalente a R\$893,31<sup>16</sup>, ou seja, na falta do dado de renda *per capita*, se considerarmos um domicílio composto por quatro pessoas como padrão (que é a média de quantidade de moradores por residência encontradas nos nossos dados), podemos estimar uma renda *per capita* de até cerca de R\$100,00 (R\$223,33 em valores atualizados para 2013) para a grande maioria dos adolescentes privados de liberdade no Brasil, o que indica uma dificuldade não apenas para adquirir bens de consumo e status, que são muitas vezes considerados como motivações para o cometimento de atos infracionais, mas principalmente que se tratavam de jovens oriundos de famílias de tinham dificuldade para adquirir o básico para manter uma qualidade de vida mínima.

Além da renda familiar, as autoras também trazem informações sobre a situação dos jovens no que diz respeito a ocupação no momento da apreensão, quanto à educação, 51% deles não estavam frequentando a escola no momento anterior à internação, além disso, 49% deles não trabalhava, e outros 40% trabalhavam no mercado informal, apenas 3% possuíam ocupação com carteira assinada. Esses dados evidenciam alguns pontos importantes em relação ao público que cumpre medida de internação: primeiramente que os grandes índices de distorção atraso escolar podem ser interpretados como indício de que boa parte desses adolescentes na verdade abandonou os estudos, em geral ainda no ensino fundamental. Além disso, entre aqueles que trabalham, a maioria consegue se encaixar apenas no mercado informal, conhecido por piores condições de trabalho e menor rendimento, o que vai de encontro com a proposta teórica da escolha racional, onde a atividade ilegal acaba sendo uma alternativa altamente rentável para estes jovens em comparação com as opções dentro da legalidade, o que acaba sendo um atrativo.

Levando em conta os dados disponíveis e a literatura sobre o tema, observamos que não há uma grande variabilidade em relação a origem

---

<sup>15</sup> Foi utilizado o ano de 2013 por ser o último ano de referência dos dados sobre os egressos da FASE que baseiam o trabalho.

<sup>16</sup> Calculado através da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice#>> Acesso em: 07/10/2020.

socioeconômica dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Brasil. Sendo assim, é necessário olhar para outros fatores buscando uma diferenciação do público estudado, fatores estes que podem influenciar não apenas o ingresso do adolescente na trajetória delitiva, mas também o futuro do jovem durante e após a internação. É pensando nisso que voltamos nosso olhar para a questão familiar, que pode ser um fator de agravamento do comportamento desviante ou de acolhimento e proteção do jovem, e que pode facilitar ou dificultar o processo de reinserção social. É pela importância do papel da família na questão da criminalidade na adolescência e no cumprimento de medidas socioeducativas que ela acaba tendo um papel central em nossa análise.

### **2.3. A família como fator determinante:**

A adolescência é um momento singular na vida dos indivíduos, sendo um período de transição entre a infância e a fase adulta, marcado por mudanças não apenas físicas, através da puberdade, quanto também sociais e identitárias. Apesar de a adolescência ser um período de maior amadurecimento e busca por independência, o papel da família no desenvolvimento do indivíduo é tão importante nesta fase da vida quanto é na infância, no qual o apoio emocional e psicológico e o exercício de algum nível de autoridade e hierarquia acabam sendo cruciais para que se evite o surgimento e reincidência de comportamentos “antissociais”<sup>17</sup>, incluindo a delinquência. Quando se fala em “estrutura familiar” é importante destacar que o viés imaginado é o da capacidade da instituição família de prover o necessário para o bom desenvolvimento do indivíduo, não tendo a ver com o modelo de família quadrangular tradicional, mas sim esta estrutura de apoio, cuidado, educação e proteção, em especial se tratando de famílias de classes populares onde é comum o conceito de “família ampliada”, no qual para além dos pais, é comum que outros parentes como avós, irmãos, tios e até vizinhos façam

---

<sup>17</sup> Definido como “um padrão de respostas cuja consequência é maximizar gratificações imediatas e evitar, ou neutralizar, as exigências do ambiente social; sua ocorrência estaria diretamente relacionada à ação de uma outra pessoa” (PACHECO, 2009 apud Deater-Deckard & Plomin, 1999; Patterson, Reid & Dishion, 1992; Pettit, Laird, Dodge, Bates & Criss, 2001), que pode ou não envolver atos ilegais.

parte desta estrutura e assumam papéis de tutores ou responsáveis (DIAS et al. 2011 apud FONSECA, 2002).

Por muito tempo no Brasil a delinquência na infância e adolescência foi atrelada ao abandono familiar, no período anterior ao ECA e ao sistema socioeducativo, acreditava-se que delinquência infanto-juvenil estava ligada à ausência da família e a extrema pobreza (ALVAREZ,1990). Como visto anteriormente, nos tempos de Febem, crianças e adolescentes em situação de rua e menores infratores recebiam o mesmo tratamento do Estado, diferentemente dos tempos atuais, nos quais temos a separação entre o sistema socioeducativo e os abrigos e instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade.

A nível nacional, de acordo com Guaresi e Silva (2003), 81% dos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa no Brasil de internação viviam com familiares no momento do cometimento de ato infracional. Os dados sobre os egressos da FASE entre 2012 e 2013 mostram que 87,4% dos adolescentes residiam com familiares (12,6% afirmavam residir em abrigo, sozinhos, na rua, com amigos, ou se encaixavam na categoria “outros”). Tanto os dados nacionais referentes ao ano de 2002 quanto dados mais recentes específicos para região metropolitana de Porto Alegre mostram números próximos, indicando que a grande maioria dos adolescentes infratores que cumprem medida de internação residem com suas famílias, ou seja, a questão principal não é presença ou ausência da família, mas sim a qualidade dos vínculos familiares e a estrutura familiar em que estes jovens estão inseridos.

O *background* familiar acaba tendo uma importância maior na nossa análise, tendo em vista a relativa homogeneidade em termos de contexto socioeconômico dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação; ou seja, a partir da literatura e dos dados disponíveis sobre adolescentes privados de liberdade no Brasil, chega-se à conclusão de que em geral se tratam de jovens com pouca instrução, pobres e oriundos de territórios marginalizados. Sendo assim, para além do contexto socioeconômico, a estrutura e histórico familiar dos adolescentes acaba sendo um fator importante de diferenciação entre eles, e acaba

sendo determinante durante o cumprimento da medida e principalmente após a internação e fundamental durante o processo de reinserção social promovido por um programa como o POD – Socioeducativo.

A família, como a instituição responsável pelos primeiros estágios de socialização dos indivíduos, acaba tendo um papel fundamental durante a vida de qualquer pessoa. No que diz respeito a criminalidade, a família pode ser um fator importante de risco ou de proteção do adolescente (NARDI et al., 2012 apud Ceolin, 2003; Feijó e Assis, 2004), dependendo das dinâmicas existentes na mesma. Diversos autores chamam atenção para a questão da família durante a formação do adolescente infrator e durante o processo de cumprimento de medida socioeducativa (AVELAR, 2007; DIAS et al. 2011; NARDI, 2012; NUNES, 2013; PACHECO e HUTZ, 2009; PAULA e ASSUMPÇÃO JR, 2013; TELLES, 2008). Questões recorrentes destacadas pelos(as) os autores(as) são a baixa coesão das famílias dos adolescentes infratores, problemas de hierarquia (que pode se expressar através da falta de controle e limites para o adolescentes ou excesso de rigorosidade), figura paterna em geral distante ou inexistente, falta de apoio e suporte emocional e psicológico por parte dos pais, pouca disponibilidade de tempo de convivência em virtude do trabalho, falta de diálogo, dentre outras características que prejudicam o desenvolvimento dos adolescentes e exacerbam as vulnerabilidades já sofridas por este público devido a questões sociais, econômicas e educacionais.

Em estudo que comparou grupos de adolescentes que cometeram ato infracional (internos da FASE) e adolescentes que não cometeram, analisando variáveis familiares preditores de comportamento antissocial, Pacheco e Hutz (2009) apontaram variáveis importantes de diferenciação entre os dois grupos. De acordo com os autores, as variáveis familiares com maior poder de explicação do comportamento infrator foram o uso de drogas pelo adolescente, o número de irmãos, o cometimento de delitos por familiares, o uso de drogas por familiares e as práticas educativas utilizadas pelos pais, indicando que práticas coercitivas, porém não violentas, como o castigo e a privação material são mais comuns entre os adolescentes não-infratores, o que indica um efeito positivo de tais práticas no desenvolvimento do adolescente, enquanto a não-interferência no comportamento

dos jovens (negligência), o aconselhamento (apenas conversa sem atitudes punitivas ou de enfrentamento de consequências) e uso de violência física eram mais comuns entre os adolescentes infratores, indicando ter um efeito negativo no desenvolvimento do indivíduo. Importante destacar que o grupo de controle, dos jovens não-infratores, foi selecionado de forma a ser o mais próximo possível do grupo de internos da FASE, sendo formado por jovens da mesma faixa etária, escolaridade, nível socioeconômico e local de moradia, na tentativa de atenuar a influência destas variáveis entre os dois grupos. O estudo mostra que mesmo entre jovens pobres, de baixa escolaridade e oriundos de periferia, público majoritários nas casas de internação, o desvio não é uma regra, evidenciando a relevância do papel da família na proteção ou no agravamento do comportamento delinquente de adolescentes, indicando que variáveis familiares podem ter um papel tão determinante quanto (talvez até maior que) as variáveis sociais e econômicas na questão da criminalidade na adolescência.

Os estudos também destacam um padrão de sobrecarga das mães na tarefa de criar os filhos, especialmente entre as classes populares. Como apontado por Dias et al. (2011), em virtude da ausência paterna, ou uma presença irregular e conturbada, as mulheres acabam sendo responsáveis por garantir o sustento do lar e também pelo desenvolvimento educacional, psicológico, social e afetivo dos filhos, tarefa que é dificultada por longas jornadas de trabalho, que tornam o tempo de convivência em família mais escasso, prejudicando o desenvolvimento das crianças e adolescentes tanto na questão dos vínculos afetivos como na questão da supervisão dos filhos. Neste mesmo estudo, Dias et al. (2011) entrevistam quatro familiares de adolescentes recentemente egressos de medida socioeducativa de internação, sendo uma avó e três mães, os depoimentos fortalecem a ideia de que em virtude do trabalho, o tempo de convivência entre os adolescentes e a família era escasso, o que tinha como um dos resultados a falta de supervisão, na qual constantemente os responsáveis não sabiam do paradeiro do jovem, que sumiam por dias em algumas ocasiões. Ao mesmo tempo todas relataram surpresa ao receber a notícia da internação dos adolescentes, pois afirmavam contar com uma suposta “maturidade” dos mesmos em virtude da idade. Em geral as famílias relataram uma melhora no comportamento dos adolescentes

durante o cumprimento da medida e após a liberação, mas, ao mesmo tempo, também expressaram certo receio ou medo do futuro em relação aos adolescentes, por não saberem se as mudanças seriam permanentes. Também reconheciam o estigma deixado pela internação e tinham medo de que isso pudesse influenciar os adolescentes negativamente.

A adolescência é uma fase da vida onde o desenvolvimento biopsicossocial ainda está acontecendo, e a personalidade ainda se encontra em fase de construção. Sendo assim, por pior que seja a situação familiar do jovem e os estragos frutos desta desorganização, contando com o fato de que o indivíduo ainda não está plenamente desenvolvido, ainda é possível intervir nestas dinâmicas e corrigir o curso dos acontecimentos. Dentre os estudos que abordam a questão familiar em relação com a criminalidade e o cumprimento de medidas socioeducativas, todos chamam a atenção para o fato de que qualquer programa ou intervenção que vise recuperar este adolescente e reinseri-lo socialmente precisa também ter seu olhar voltado para as famílias, pois sem o suporte familiar a recuperação do adolescente se torna ainda mais difícil. Um dos eixos de atuação do programa POD – Socioeducativo é justamente o atendimento familiar e a busca pela reconstrução dos vínculos, tanto em termos afetivos quanto de autoridade.

Como mencionado anteriormente, uma das preocupações que assolavam os familiares de egressos de medida de internação participantes do estudo de Dias et al. (2011), era o efeito negativo que a passagem pela FASE deixaria na “ficha” dos adolescentes. Em outros termos, as mães entrevistadas tinham medo de que o estigma deixado pela passagem da fase, e o rótulo de delinquente, acabassem atrapalhando a reinserção social dos adolescentes, a medida poderia afetar tanto a forma com que outras pessoas e instituições agiriam em relação a ele, como a forma do próprio adolescente agir em relação a “sociedade”. Na prática, este estigma pode se traduzir em dificuldade para se inserir na escola, dificuldade em conseguir trabalho, ser maltratado por parentes e vizinhos, ser visto com desconfiança por estes atores, dentre outros possíveis efeitos que acabam tendo um efeito negativo até na própria identidade do jovem. Compreender como essas relações de rotulação e estigmatização operam em sociedade e como isso pode

afetar os adolescentes egressos de medida socioeducativa acaba sendo fundamental.

#### **2.4. Desvio, estigma e sujeição criminal:**

No livro “Outsiders: Estudos da Sociologia do Desvio” (2008), Howard Becker argumenta que o comportamento desviante (não apenas no viés criminal, mas de forma geral) é um fenômeno social de duas faces. O desvio é uma não-adequação do comportamento de uma ou mais pessoas às normas sociais estabelecidas, porém não é uma ação apenas individual, mas sim um fenômeno que se estabelece na relação entre o que desvia e aquele que se comporta de acordo com a normas sociais, que julga as ações do desviante, rotulando-o como um *outsider*, alguém fora da ordem social estabelecida.

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como "certas" e proibindo outras como "erradas". Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider (BECKER, 2009, p. 15).

Becker analisa vários tipos diferentes de comportamentos que na época eram considerados como desviantes, como o uso de maconha e a vida boêmia de músicos da noite; porém, para além dos casos concretos estudados pelo autor, a questão central que se torna relevante a este trabalho é a visão do desvio, aqui visto pela ótica infracional, como um fenômeno que se estabelece entre o adolescente que comete um crime, ou uma série deles, e aqueles que o julgam e o rotulam na condição de criminoso - nisso se incluem os indivíduos que vivem de acordo com as regras (vizinhos, conhecidos, parentes, amigos, etc.), o sistema judiciário, a escola, o mercado de trabalho, a mídia, entre outros atores que entram nessa relação de rotulação dos indivíduos também fazem parte da conduta desviante, na medida que o desvio só existe em relação às regras sociais (neste caso as leis) e àqueles que são a maioria e que agem de acordo com essas regras. É aí que se estabelece o estigma social, definido por Erving Goffman, em seu livro “Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” como “[...] a

situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 4). A palavra estigma é de origem grega, e era usada para se referir a marcas feitas em pessoas através de cortes ou queimaduras que serviam para alertar a população sobre quem portava a marca, que poderia ser “um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos” (GOFFMAN, 1988, p. 5).

Na Grécia antiga o estigma era literalmente uma marca feita em alguém para diferenciá-lo, colocando-o numa condição de inferioridade. Hoje o estigma, em muitas situações, não é uma marca física, mas sim social, utilizada por um grupo para se diferenciar de outro. A partir do momento em que um jovem comete um crime ele é julgado como delinquente ou criminoso, e recebe sua “marca” não apenas pelo processo legal responsável pela execução da medida de internação na FASE, mas também por aqueles que nada têm a ver com o processo, mas que o reconhecem como tal. O estigma de delinquente o acompanhará deste momento em diante, e a partir daí o jovem será visto como alguém perigoso, não confiável, uma pessoa ruim. Reverter este quadro é um processo complexo, pois não é só o julgamento de terceiros que está em jogo, mas a própria identidade do jovem.

De acordo com Goffman, existem três tipos de estigma social:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 1988, p. 7).

Aqui trabalharemos com o segundo tipo, culpas de caráter individual, ou seja, todas as características negativas atribuídas ao indivíduo devido a uma suposta falha de caráter atribuída a ele, que é inferida por terceiros a partir do fato conhecido de que aquele jovem já tenha praticado ato infracional. Um exemplo claro deste tipo de estigma que os jovens egressos da FASE sofrem é um fato que obtive conhecimento quando ainda estagiava na Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, e era responsável por fazer a relatoria das

reuniões Fórum de Medidas Socioeducativas<sup>18</sup>. No ato de desligamento da FASE é obrigatória a realização da matrícula do adolescente em alguma instituição de ensino, porém, muitas vezes são negadas vagas para estes adolescentes. De acordo com o relato de um representante da Secretaria de Educação, o argumento das direções dos colégios seria o de que estes jovens seriam um problema, ou que a escola não possuiria estrutura para lidar com “este tipo de adolescente”. Nesta situação é evidente como o estigma opera na construção de estereótipos, e como uma pessoa, a partir de uma informação (passagem pela FASE), sem a necessidade de conhecer o adolescente já atribui as características do estigma de um delinquente ao jovem, de alguém que só causaria problemas na escola, julgando o indivíduo como alguém indesejável, afastando-o do convívio social. Neste caso é ainda mais grave, pois a escola estaria negando um direito básico que é a educação a um cidadão.

Esse fenômeno também explicita a diferença que Goffman estabelece entre a identidade social virtual e a identidade social real. Sendo a primeira o conjunto de expectativas ao redor do indivíduo estigmatizado, ou seja, formas de agir ou pensar que são atribuídas ao indivíduo com base no estigma que ele carrega, a segunda diz respeito às características que ele realmente possui, quem ele realmente é, o que é desconhecido e/ou ignorado pelos “normais”. O estigma faz com que o estigmatizado seja reduzido à identidade social virtual atribuída a ele.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1988, p. 6).

---

18 Fórum coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos de caráter consultivo, que reúne diversos representantes de órgãos dos poderes executivos e judiciário, além de organizações da sociedade civil. O fórum tem a finalidade de “aperfeiçoar a execução das medidas socioeducativas de acordo com Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE” (Assembleia Legislativa. Decreto N° 52.736).

A lógica do estigma de Goffman, por também ser uma teoria interacionista, assim como os estudos do desvio de Becker, é uma via de mão dupla, entre o indivíduo ou grupo estigmatizado e o indivíduo ou grupo dos “normais”. Trazendo para o tema em questão desta pesquisa, poderíamos dizer que o estigma acontece entre o adolescente que comete um ato infracional e aqueles que não possuem divergências com a lei. Uma característica que se pode apontar nas duas teorias é a de que este processo de desvio e estigmatização possui efeito na identidade daquele que comete o desvio, muitas vezes fazendo-o “abraçar” a condição que lhe é imposta pelo grupo que o julga. Isto ocorre principalmente pois, ao serem rotulados como tal, os *outsiders* (BECKER, 2009) acabam formando o seu próprio grupo, sua própria ordem social e suas próprias regras, como uma forma de contestar a ordem social vigente.

Membros de grupos desviantes organizados têm, claro, algo em comum: o desvio. Ele lhes dá um sentimento de destino comum, de estar no mesmo barco. A partir deste sentimento de destino comum, da necessidade de enfrentar os mesmos problemas, desenvolve-se uma cultura desviante: um conjunto de perspectivas e entendimentos sobre como é o mundo e como se deve lidar com ele – e um conjunto de atividades rotineiras baseadas nessas perspectivas. O pertencimento a um grupo desse tipo solidifica a identidade desviante (BECKER, 2009, p. 47-48).

É nesse processo de identificação e internalização do rótulo que se desenvolvem as carreiras desviantes; ou seja, aqueles que fazem do desvio sua forma de viver, e organizam sua vida a partir dele, geralmente em companhia de outros desviantes. Segundo Becker (2009, pág. 44), “Tratar uma pessoa como se ela fosse em geral, e não em particular desviante produz uma profecia auto realizadora”, ou seja, a partir do momento em que um adolescente é rotulado como “bandido” e passa a ser reconhecido socialmente como tal, mesmo que ele tenha cometido apenas um ato isolado pelo qual já cumpriu uma medida socioeducativa, o fato de ser socialmente conhecido e tratado como tal pode fazer com que ele se identifique com o rótulo, assumindo o desvio como seu modo de vida. O que poderia ser apenas um ato desviante acaba se tornando uma carreira.

Esta dinâmica descrita por Becker, assim como as contribuições de Goffman, quando analisadas a partir da realidade brasileira acabam sendo amplificadas pelo que Michel Misse (2010) chama de sujeição criminal. Segundo o autor, para se

analisar a criminalidade no Brasil as categorias e conceitos de Goffman e Becker acabam não sendo suficientes por si só, pois aqui há algo diferente, uma dinâmica particular, a sujeição criminal, que tem relação com nosso processo histórico e da dinâmica particular das nossas desigualdades sociais, que atribui a criminalidade à essência do indivíduo, e que rotula de “perigosos” grupos sociais inteiros, independente de presença ou ausência de desvio, pois, de acordo com Misse, a sujeição criminal se territorializa, e atinge os sujeitos que vivem em comunidade consideradas como “perigosas” e até mesmo crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada por viverem onde vivem. Nas palavras de Misse:

Na sujeição criminal encontramos esses mesmos processos [rótulo e estigma], mas potencializados por um ambiente de profunda desigualdade social, forte privação relativa de recursos de resistência (ou ocultação social) à estigmatização e pela dominação (mais que apenas pelo predomínio) da identidade degradada sobre todos os demais papéis sociais do indivíduo. O rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada. Assim, o conceito de sujeição criminal engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social, especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um caso particular de desvio. Entre esse *self* socialmente degradado e subjugado pelo horizonte de risco de uma morte iminente, sem sentença e sem qualquer glória, e a emergência de um sujeito criminal inteiramente egoísta e indiferente ao destino dos outros, reificado em seu próprio atributo social, estende-se o continuum de dimensões do conceito (MISSE, 2010, pág. 23)

A sujeição criminal não liga a categoria de “bandido” ao cometimento de atos criminosos, mas à essência do indivíduo ao crime, gerando um sujeito conhecido socialmente como criminoso, mau-caráter, irrecuperável, que sempre irá fazer o mal por onde quer que passe, alguém cuja morte acaba sendo considerada aceitável ou justificável, pois o rótulo de “bandido” acaba sendo maior até do que a condição de ser humano. De acordo com Misse, “Esquadrões e grupos de extermínio não poderiam existir durante tanto tempo se não existisse algum tipo de ambientação social em busca de sua legitimação.” (Misse, 2010, pág. 19). A frase “bandido bom é bandido morto” é um dos jargões populares que mais expressam a ideia de sujeição criminal.

A sujeição criminal não é presente em todo e qualquer sujeito que pratica qualquer ato criminoso, ela diz respeito a um tipo social específico. Políticos corruptos, empresários que sonégam impostos e motoristas que dirigem sob efeito

de álcool são exemplos de sujeitos que infringem leis, portanto, praticam crimes, porém não são alvos de sujeição criminal; E até mesmo os membros de esquadrões de extermínio citados acima, que punem “bandidos” através da prática de homicídio doloso, não sofrem sujeição. O sujeito do crime, então, se enquadra em um certo estereótipo, possui um endereço específico, é visualmente identificável através de características étnicas e formas de se vestir e participa de certos grupos e subculturas e, desta forma, todos que possuem algumas dessas características em comum com o “bandido” acabam sendo afetados pela sujeição criminal.

Como dito anteriormente, todos estes processos, de estigmatização, rotulação e sujeição, vias de mão dupla, eles acabam também influenciando o *self* dos indivíduos, que acabam se identificando e assumindo as características atribuídas a eles, assumindo o desvio como carreira (BECKER, 2009), gerando assim grupos unidos pela identificação com o desvio, é a partir da união de diversos indivíduos que são lidos e “se leem” como desviantes que a formação de subculturas e grupos violentos é possível.

## **2.5. Carreiras desviantes e Subcultura:**

Uma importante visão dentro da sociologia sobre a questão da criminalidade é a perspectiva estrutural/funcionalista, que parte das contribuições de Durkheim em Regras do Método Sociológico (1995), que afirma que a criminalidade seria um fato social normal, que possuiria sua função social, assim como diversas outras dinâmicas da sociedade. Para Durkheim o fato social crime não só é presente em todas as sociedades do passado, presente e futuro como exerce uma função social importante na manutenção dos valores e regras sociais, tendo em vista que a sanção negativa a quem descumpra as regras é importante para manter a coesão social, afastando aqueles que pensam em desviar de fazê-lo. Logo, para Durkheim não apenas o crime é um fato social, como não possui caráter patológico, pelo contrário, possui um papel fundamental na organização da sociedade.

Não há, portanto, um fenômeno que apresente de maneira tão irrefutável como a criminalidade todos os sintomas da normalidade, dado que surge como estreitamente ligada às condições da vida coletiva. Transformar o crime numa doença social seria o mesmo que admitir que

a doença não é uma coisa acidental, mas que, pelo contrário, deriva em certos casos da constituição fundamental do ser vivo. (DURKHEIM, 1995, pág. 82)

O crime, para Durkheim é uma ação que vai contra a consciência coletiva da sociedade (no caso das sociedades ocidentais modernas estas regras sociais são expressas pelas leis), e por isso o indivíduo que o comete deve ser penalizado pelos atos cometidos, o que faz necessário que haja um sistema responsável por julgar e punir aqueles que desrespeitam as regras. Sendo assim, o crime, desde que em índices controlados acaba sendo fundamental para o funcionamento da sociedade, tendo em vista que a tendência ao desvio das normas é mais comum em sociedades de solidariedade orgânica, devido à maior autonomia que os indivíduos possuem para pensarem e agirem. Índices de criminalidade descontrolada, acima de níveis “aceitáveis”, no entanto, se apresentariam como um risco à coesão social, aproximando a sociedade de um estado de anomia, no qual as regras e normas sociais perdem o valor, o que ameaçaria a consciência coletiva, que para Durkheim é o que mantém a sociedade coesa e funcional.

Com o desenvolvimento desta perspectiva teórica outros autores e teorias surgiram, sendo uma das principais referências neste tema a obra de Robert Merton, em especial o livro Sociologia: Teoria e Estrutura (1968). Merton argumenta que a criminalidade seria um fruto das diferentes formas de adaptação dos indivíduos à estrutura social e aos códigos morais da sociedade, o autor aponta uma tensão (*strain*) entre os ideais da sociedade capitalista contemporânea e as condições materiais dos indivíduos de diversos estratos sociais.

Para Merton a sociedade possui o que ele chama de “aspirações culturalmente prescritas”, que estabelecem metas a serem alcançadas como êxito econômico e ascensão social e um “caminho socialmente estruturado para a realização dessas aspirações”. Porém, ao mesmo tempo, possui uma estrutura social desigual que limita o acesso aos recursos necessários para se chegar à essa meta. Para lidar com esse problema, algumas pessoas acabam recorrendo ao crime como estratégia para se adaptar a este limite imposto pela estrutura social. Neste ponto é possível traçar uma aproximação entre a sociologia de Merton com a perspectiva teórica da escolha racional. Enquanto Merton argumenta que os

indivíduos cometem crimes como uma forma de adaptar os meios para alcançarem um fim ao qual todos os membros da sociedade são estimulados a buscarem mas nem todos tem as condições materiais para consegui-los, a teoria da escolha racional afirma que os indivíduos escolhem o cometimento de um crime ao fazer um “cálculo” entre os possíveis ganhos da atividade ilegal em detrimento dos ganhos esperados de uma atividade legal que esteja a seu alcance, adicionando a este cálculo o risco de ser pego e preso pelas forças de repressão estatal.

São duas perspectivas que partem de pontos diferentes e com olhares distintos, mas que se aproximam, na medida em que as duas visões acabam vendo a criminalidade como algo ligado às condições materiais dos indivíduos e as estratégias utilizadas pelos mesmos na tentativa de superação das dificuldades impostas pela estrutura social. Tendo em vista que se falando em egressos do sistema socioeducativo, estamos falando em geral de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica e social, oriundos de territórios periféricos dos grandes centros urbanos, as contribuições das duas perspectivas acabam sendo úteis na tentativa de compreender o fenômeno da criminalidade na adolescência e da reincidência infracional.

De acordo com Albert Cohen (1955), criminologista que estudou o envolvimento de jovens adolescentes em gangues nos Estados Unidos, um fator importante para se compreender a delinquência seria a identificação desses adolescentes e jovens com uma subcultura delinquente existente principalmente entre jovens de classes populares, oriundos de comunidades marginalizadas. Esta subcultura seria um fenômeno fruto da inadequação entre os padrões de consumo incentivados socialmente e a realidade socioeconômica de jovens de classe baixa, como trazido por Merton. Para Cohen (1955, p. 49-72), o comportamento delinquente de uma parte dos jovens de classes populares seria uma oposição às normas e valores da cultura da classe média, pois o contexto socioeconômico onde estes jovens estariam inseridos dificultaria a utilização de meios legítimos para saciar suas necessidades (e desejos) de consumo, a obtenção do sucesso ou ascensão social. Para Cohen, esta situação provocaria um estado de frustração nesses jovens, que reunir-se-iam em grupos, denominados gangues, que

cometeriam diversos atos infracionais, fosse por razões utilitárias ou atos simbólicos para o ganho de respeito no grupo.

No Brasil, esta subcultura que valoriza a violência e o crime de forma geral é expressa pelas gangues e facções que marcam presença forte na periferia dos grandes centros urbanos. Zilli (2015, pág. 467), considera que os coletivos criminais podem ser analisados como mais do que apenas grupos de criminosos, mas também como “verdadeiras instâncias de socialização juvenil”, apontando a existência do que chama de “mundo do crime” e “lei da favela”, ao analisar a questão da violência letal na região metropolitana de Belo Horizonte através de entrevistas com membros de gangues locais. Ao analisar os relatos dos entrevistados, o autor percebe a existência de um código moral a parte e de uma complexa rede de significados onde a violência é a forma usual de resolução de conflitos e manutenção do status daqueles que entram para o “mundo do crime”, e que para além de uma questão utilitária, a violência acaba por exercer um papel importante na formação da identidade daqueles inseridos neste contexto. A preferência pela utilização da violência para resolução de qualquer problema, a disposição para matar, a valorização e posse de armas de fogo, o “*ethos* guerreiro” baseado numa noção de masculinidade e virilidade são características apontadas por Zaluar (1996, apud. ZILLI, 2015) como comuns entre os indivíduos inseridos em gangues e facções no Rio de Janeiro, formadas em sua maioria por jovens adultos e com uma grande participação de adolescentes. A formação destes coletivos criminais e a forte presença deles nas periferias é um dos fatores que retroalimentam a sujeição criminal e a ideia de que o indivíduo da periferia é perigoso.

Até o momento venho me referindo aos adolescentes de classe baixa como os que cometem atos infracionais. No entanto, é preciso deixar claro que não são apenas adolescentes em situação de precariedade socioeconômica que entram em conflito com a lei, porém, este é o perfil dos adolescentes que são condenados ao cumprimento de medida socioeducativa de internação, o que poderia indicar um comportamento seletivo do sistema legal no que diz respeito ao encarceramento de adolescentes. É importante ressaltar que sendo o desvio uma categoria social criada, ele não funciona igualmente para todos os indivíduos e grupos de uma

sociedade, pois o que é considerado desvio - e o julgamento e estigma ligado a ele - depende de quem estiver praticando o desvio, como observa Becker:

O grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado pelo desvio. Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas do que a outras. Estudos da delinquência juvenil deixam isso muito claro. Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal quanto meninos de bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia; menos probabilidade, quando levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado (BECKER, 2009, p. 25).

Seguindo essa linha de pensamento, o menino de classe média não carrega o estigma que o menino pobre do bairro “violento” carrega, não carrega a sujeição criminal, portanto não é visto como “bandido” ou “perigoso”, seu desvio acaba sendo relevado ou considerado como um ato de rebeldia contra os pais, mas não como um ato criminoso, feito por um *outsider* com intencionalidade maldosa.

A subcultura delinvente se encaixa no que Becker chama de grupo desviante, ou seja, *outsiders*, que compartilham das mesmas perspectivas e visões de mundo. Dentro deste grupo as regras sociais dominantes da sociedade são sobrepostas pelas regras do grupo, onde o desvio é a regra, e ao contrário de estigmatização, a atividade criminosa gera prestígio. De acordo com Misse:

O desenvolvimento de subculturas que vinculam indivíduos que ocupam posições demarcadas pela sujeição criminal com os demais pode ser interpretado como uma “ampliação” ou uma “generalização” da sujeição criminal, primeiramente para o grupo que vivencia a sujeição e posteriormente para indivíduos e grupos que circulam em seu entorno ou que mantêm relações relativamente regulares com os que se encontram socialmente (ou são representados como) sob “exclusão criminal”, mas que não são “bandidos”. (MISSE, 2010, pág. 31)

Esta é uma das razões para a defesa de uma intervenção externa ao final da medida de internação, tendo em vista que ao ter sua medida extinta, o adolescente voltará para sua casa e comunidade. Se considerarmos a existência desta subcultura e a ligação dela com o espaço, voltar para casa significa voltar também para o contexto que facilitou seu envolvimento com esta subcultura e com os atos infracionais. Sem esta intervenção (que o POD – Socioeducativo tenta fazer) são grandes as chances de que o jovem não consiga se desvincular do ciclo de internação e reincidência, pois, para além de oferecer meios legítimos para que

o jovem alcance seus objetivos, é preciso mudar toda a visão de mundo e de si mesmo, na qual seu processo de socialização e suas experiências no contato com a subcultura delinquente tem um papel determinante.

## **2.6. Da privação da liberdade:**

Uma etapa importante na construção dessa trajetória delitiva presa no ciclo da reincidência trazido anteriormente é a privação da liberdade em razão de internação na instituição socioeducativa, neste caso, a FASE-RS. O tempo que um jovem fica internado em regime fechado pode variar de seis meses a três anos, dependendo da gravidade do ato infracional cometido e do comportamento do adolescente dentro da instituição. À cada seis meses há uma audiência onde o juiz responsável pelo caso reavalia o processo de cada adolescente, que pode resultar em manutenção (determinar que o jovem continue internado), progressão da medida (diminuir o agravamento da medida socioeducativa, permitindo que o adolescente possa exercer atividades fora da instituição, através de liberdade assistida ou semiliberdade, na qual ele deve dormir na instituição, por exemplo) ou até mesmo a extinção da medida, decretando a liberdade do adolescente (Artigos 112 a 128 do ECA). O POD - Socioeducativo atende tanto os jovens que têm sua medida extinta quanto àqueles que vêm de progressão e ainda precisam dormir na FASE (semiliberdade) ou prestar contas regularmente (Liberdade Assistida).

Apesar de o sistema socioeducativo possuir uma proposta diferente, de proteção integral e garantia de direitos, que visa educar, ressocializar e reinserir o adolescente infrator na sociedade, a rotina dentro da instituição é muito semelhante com a de um presídio. Grades para todos os lados, cadeados, celas, horários definidos para todas as atividades, regras de comportamento e deferência em relação aos servidores, dentre outras dinâmicas que aproximam a rotina de um interno do sistema socioeducativo com a de um preso adulto. Os efeitos psicológicos e sociais da privação de liberdade e da vida encarcerada são muitos, e entendê-los é fundamental para analisar o papel deste processo nas vidas dos jovens que passam por lá. Pensando nisso um conceito que acaba sendo útil para pensar as particularidades da instituição socioeducativa é o de “Instituição Total”.

Em “Manicômios, Prisões e Conventos”, Goffman desenvolve a ideia de Instituição Total, caracterizada como um tipo de instituição em que todos os aspectos da vida dos internos ocorrem no mesmo local, com a mesmas pessoas, sob a mesma autoridade e apartados da sociedade. Nas palavras de Goffman:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 2005, Pág. 17 – 18)

O conceito de instituição total é útil para classificar a FASE como um tipo específico de instituição que possui dinâmicas particulares ligadas ao fato de que todos os internos vivem sob o mesmo teto e regras vinte e quatro horas por dia, tendo uma autoridade única, responsável por determinar todos os aspectos de suas vidas durante o tempo que estarão na instituição. Essa dinâmica afeta profundamente a vida dos internos, tendo efeitos imediatos e de longo prazo para o *self* dos indivíduos.

Uma característica comum a todas as instituições totais, na visão de Goffman é um processo de “mortificação do eu” (GOFFMAN, 2005, Pág. 24) que ocorre desde o momento que um “novato” ingressa nessa instituição, que não é necessariamente intencional, e que visa padronizar os internos e adequá-los ao estilo de vida que estarão sujeitos a partir daquele momento, o que inclui procedimentos humilhantes, abuso de autoridade e a retirada de bens pessoais (que não acontece em medidas socioeducativa, pois o ECA determina que o adolescente tem o direito de manter seus bens pessoais). Sem dúvidas este é um processo que ocorre de forma muito mais intensa e degradante no sistema prisional adulto, mas não deixa de ser uma realidade também nas instituições de socioeducação, na medida que toda a “concepção de si mesmo” do jovem baseada

nas relações que construiu antes da internação precisam ficar do “lado de fora”, forçando um processo de adaptação onde a própria identidade do adolescente seria posta em cheque devido à separação total daquele indivíduo do mundo exterior, na qual ele não pode mais exercer os diversos papéis que exercia antes, tendo que se adaptar a novos, padronizados e determinados por uma autoridade superior comum à todos os internos.

“A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo exterior assinala a primeira mutilação do eu. Na vida civil, a sequência de horários dos papéis do indivíduo, tanto no Ciclo vital quanto nas repetidas rotinas diárias, assegura que um papel que desempenhe não impeça sua realização e suas ligações em outro. Nas instituições totais, ao contrário, a participação automaticamente perturba a sequência de papéis, pois a separação entre o internado e o mundo mais amplo dura o tempo todo e pode continuar por vários anos. Por isso ocorre o despojamento do papel. Em muitas instituições totais, inicialmente se proíbem as visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação de perda de papel.” (GOFFMAN, 2005, Pág. 24)

Outra questão importante para as dinâmicas presentes dentro de uma instituição é a segregação social presente dentro das mesmas, entre dois grupos que em geral possuem uma relação conflituosa, os internos (grupo majoritário) e o *staff* (grupo minoritário), funcionários da instituição que têm como função organizar a vida dos internos e garantir que as regras e atividades promovidas pela administração da instituição se cumpram de acordo com o esperado.

Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis - a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados”. (GOFFMAN, 2005, Pág. 19)

O conflito resultante dessa segregação entre o grupo de internos e do *staff* pode ser um dos fatores que acabam interferindo na proposta de reeducação e reinserção que as instituições socioeducativas de internação carregam, pois os professores e educadores fazem parte deste *staff*, o que os torna mais próximos dos servidores responsável pela disciplina e segurança do que dos adolescentes (internos), o que pode gerar um clima de desconfiança e dificuldade de criação de vínculos com estes profissionais. Em tese, essa seria uma das vantagens de um programa de acompanhamento de egressos como o POD – Socioeducativo, pois

sendo o programa algo separado da medida de internação, a relação entre os adolescentes e a equipe de atendimento acaba não tendo como plano de fundo o conflito gerado pela instituição total entre os grupos “antagonistas”, possibilitando assim um ambiente mais propício à criação de vínculos, etapa fundamental no processo de reinserção social que o programa tenta produzir.

Como visto anteriormente, uma característica importante da identidade desse público específico é a identificação com o que Cohen chama de subcultura delincente, surgida a partir do processo de anomia social que Merton atribui à incompatibilidade entre as “aspirações culturalmente prescritas” e o “caminho socialmente estruturado para a realização dessas aspirações”. Durante todo o período em que o adolescente passa internado ele entra em contato com diversos outros indivíduos em uma situação semelhante à dele, que também possuiriam relação com essa subcultura, por mais que sejam indivíduos que não se conheçam.

O processo de “mortificação do eu” retira boa parte das coisas com as quais o jovem possui uma relação de identificação, mas, ao mesmo tempo, a internação na instituição o coloca forçadamente em convívio com outros indivíduos que dividem a identificação com a subcultura delincente. Nisso se incluem grupos que se formam dentro da instituição ou que reproduzem a lógica do mundo exterior, como a rivalidade entre membros de gangues ou facções diferentes, por exemplo. Cipriani (2019), em trabalho que analisa os coletivos criminais de Porto Alegre e as relações sociais que se estabelecem a partir delas aponta a existência de uma relativa “paz” dentro dos centros de internação da FASE (em especial aqueles em que os jovens são obrigados a conviver com os “contras<sup>19</sup>” nos mesmos espaços), em uma lógica próxima ao que ocorre no sistema prisional adulto, na qual a guerra entre estes coletivos criminais ficaria restrita ao “lado de fora”. Apesar desta relativa paz, os relatos dos adolescentes entrevistados pela autora revelam que a ligação identitária com o grupo ao qual faziam parte se mantinha, e, por consequência, a relação de antagonismo com aqueles do coletivo rival também (CIPRIANI, 2019, pág. 169). Este é um processo que dificulta o trabalho da instituição de desvincular o jovem dos fatores externos que o levaram ao cometimento do ato infracional, pois

---

<sup>19</sup> Termo utilizado para definir aqueles que fazem parte de um coletivo rival.

esta relação com a subcultura ou um grupo específico que acaba se tornando uma âncora entre o adolescente enclausurado e o mundo exterior.

Somando as questões de rótulo, estigma e sujeição criminal que atinge o adolescente egresso da FASE, processos que antecedem a internação que contribuem para o comportamento desviante (derivadas da profunda desigualdade encontrada na sociedade brasileira que “empurra” jovens pobres de periferia para a criminalidade) e o aprofundamento das relações com a subcultura, derivada do processo de encarceramento e isolamento da sociedade na instituição de socioeducação, e tendo como evidência os dados sobre reincidência infracional de adolescentes egressos - que mostram que mais de 70% deles reincidem no crime<sup>20</sup> -, pode-se dizer que a tendência entre aqueles que cumprem medida de internação é a reincidência. O objetivo de “recuperar” os adolescentes e reinseri-los não consegue ser efetivo através da medida socioeducativa de internação, que cada vez mais vem se tornando uma “cadeia para adolescentes”, fazendo com que uma ação pós-internação seja cada vez mais necessária se o objetivo é evitar que os jovens que cometem atos infracionais voltem a cometê-los ao voltarem para a vida em sociedade, tornando o acompanhamento de egressos do sistema socioeducativo uma alternativa importante na prevenção da violência.

## **2.7. O egresso do sistema socioeducativo e internação como punição:**

O interesse sobre os rumos da vida de adolescentes que passam por medida socioeducativa de internação no Brasil não são uma exclusividade deste trabalho. Recentemente outros autores e autoras se dedicaram a estudar os

---

20 De acordo com os dados da Avaliação de Impacto, que engloba não apenas o reingresso na FASE, mas também o ingresso no sistema prisional adulto, 71,7% dos egressos da FASE entre 2012 e 2013 reincidiram no crime. Dados reais de reincidência infracional (que englobem reinternação no sistema socioeducativo e ingresso no sistema penal adulto) de egressos são difíceis de serem obtidos a nível nacional, pois não há integração entre os dados dos sistemas de socioeducação e o sistema prisional. Quando se fala em cerca de 25 a 30% de reincidência de egressos do sistema socioeducativo para justificar sua eficiência em relação os sistema prisional adulto são considerados apenas casos reincidência antes dos 18 anos completos, que ficam registrados nas fundações de atendimento, quando é levado em consideração jovens que saem da internação com 18 anos ou mais e voltam a cometer crimes, indo para o sistema prisional adulto, os números são muito maiores.

desdobramentos do fim de uma medida de privação de liberdade no sistema socioeducativo (ANDRADE, 2018; BAQUERO, 2011; BOFF, 2018; FOPPA, 2011; MARINHO, 2013; ROLIM, 2018; dentre outros). Algumas das principais preocupações expressas pelos autores são a questão da educação formal (marcada por altos índices de atraso escolar, o que dificulta a reinserção social), a marginalização social, o estigma, as dificuldades para fazer com que os adolescentes egressos não voltem a cometer infrações e a ilusão e contradições de um sistema que visa a ressocialização de adolescentes infratores através do encarceramento em instituições totais.

Como apontado por Andrade e Barros (2018), o sistema socioeducativo, apesar do discurso embasado pelo ECA de cuidado e garantia de direitos, na prática funciona como um sistema de punição, com diversas semelhanças com o sistema prisional adulto, o que torna a ideia de ressocialização através da segregação da sociedade impraticável. Ainda de acordo com Andrade e Barros (2028), o acesso à educação, profissionalização, reconstrução dos laços familiares, atendimento psicossocial e tratamento para o abandono do uso abusivo de drogas não justificam o encarceramento de adolescentes, uma vez que todas essas ações poderiam ocorrer de forma integrada à sociedade. Sendo assim, a internação acaba trazendo muito mais prejuízos do que vantagens tanto para o adolescente quanto para a sociedade, na medida que tem todos os efeitos negativos do encarceramento somados a uma falha no cumprimento dos objetivos de reeducação, ressocialização e reinserção social.

Esta contradição presente dentro das instituições socioeducativas de internação dificulta o papel ressocializador atribuído a elas pelo ECA, o que torna essa tarefa inalcançável para estas instituições. Talvez seja essa uma das variáveis que contribuem para os altos índices de reincidência de adolescentes em conflito com a lei. Marinho (2019) aponta a existência de um impasse, entre uma justiça punitiva e assistencial, pois a internação na instituição socioeducativa tem o objetivo de educar e facilitar o processo de ressocialização, ao mesmo tempo, para tal, se retira o jovem do convívio social, submetendo-o à rotina degradante do encarceramento em uma instituição total, o que dificulta o cumprimento desse

objetivo, pois ressocializar um indivíduo fora da sociedade é uma ideia um tanto quanto contraditória.

Aceitando que a internação é uma medida de punição para jovens que cometem crimes e reconhecendo a contradição da ressocialização por meio do encarceramento, fica difícil imaginar que as instituições socioeducativas consigam ser efetivas no processo de “recuperação” de adolescentes em conflito com a lei. Ainda assim, reconhecendo a necessidade de ressocializar e reinserir aqueles que cometem crimes, o momento de desligamento do jovem da medida socioeducativa de internação acaba sendo ideal para uma intervenção que vise fazer o que essa internação em geral não é capaz, devido às características mencionadas anteriormente. Tanto Andrade (2018) quanto Marinho (2019), chamam a atenção para a necessidade do que Rolim (2017) aponta como políticas de prevenção terciária à criminalidade, ou seja, programas voltados a fazer com os egressos do sistema socioeducativo a tarefa de ressocialização que não é possível durante a internação. Este tipo de alternativa é justamente a proposta do programa POD – Socioeducativo aqui analisado.

Como é possível perceber nas palavras de um jovem que participou do programa, a proposta de ressocialização, acolhimento e educação se torna muito mais palpável, tendo em vista que a participação no programa não faz parte da pena atribuída ao ato infracional, apesar de ser uma consequência dele. Com a ideia de punição deixada para trás, no período de internação já cumprido, o espaço para ações que visem a reinserção social é mais propício.

*“[...] E, aqui [no POD], tu vem e eles [equipe técnica] sabem o que tu fez, mas sempre te dão um “acolho”. Isso aí que tu fez não é nada pra eles, o que eles querem saber é como tu é hoje. Tu vai ganhar um abraço e vai saber “ah que bom que tu tá assim”, “como tu tá mais moreno, como tu tá mudado.” (ROLIM, 2017, apud WINKELMANN, 2014).*

O trecho destacado explicita a relação entre adolescente e equipe técnica e o ambiente favorável a criação de vínculos citados anteriormente. Como o POD – Socioeducativo não faz parte da medida socioeducativa e não faz parte da FASE, o aspecto punitivo fica para trás, assim como os conflitos presentes dentro da instituição entre adolescentes e servidores da instituição. O programa aposta na

criação de vínculos entre os adolescentes e a equipe do programa, na tentativa de motivar os adolescentes a permanecerem no programa, além disso, o fato dos jovens saberem que não são julgados por conta de suas fichas criminais é um fator importante para a superação dos efeitos do rótulo e do estigma sobre suas identidades.

Como exposto através do ciclo da reincidência elaborado anteriormente com base no referencial teórico do trabalho, um momento importante na trajetória delitiva do adolescente é o desligamento da FASE, onde ele abandona a rotina dentro da instituição total e retorna para a sociedade, para o mesmo contexto em que estava inserido antes do ato infracional e da internação, contexto este que tem um papel importante no envolvimento dos adolescentes com a criminalidade. O agravante é que ainda acumulam em sua identidade, e na forma com que são lidos pela sociedade, o rótulo (BECKER, 2008) e o estigma (GOFFMAN, 1988) deixados pela passagem pela FASE, que se somam a sujeição criminal (MISSE, 2010), que dificulta com que eles sejam vistos como algo além de “bandidos”, indivíduos que carregam a maldade e o crime em si; ou seja, o contexto acaba sendo ainda mais suscetível para o cometimento de outros atos infracionais, tendo como tendência a continuação do ciclo.

O egresso do sistema socioeducativo se encontra numa posição de extrema vulnerabilidade, que somada ao atraso e abandono escolar, à pouca ou nula formação profissional, às relações familiares desgastadas, ao uso abusivo e/ou vício em drogas, à identidade deteriorada pelo processo de encarceramento, dentre outros fatores, tornam a volta para a sociedade após a internação um momento crítico, o que faz com que um programa como o POD – Socioeducativo que vise acolher, dar oportunidades de estudo e trabalho e oferecer um atendimento psicossocial qualificado tenha a potencialidade de fazer uma real diferença na trajetória destes adolescentes. Tendo em vista o objetivo final de ressocialização, este tipo de programa acaba se tornando uma alternativa mais eficiente que própria medida de internação em si, podendo indicar um caminho para um futuro onde o encarceramento de jovens seja cada vez menos comum, e projetos deste tipo possam atingir mais do que apenas os egressos de medidas socioeducativas de internação, se tornando talvez a própria medida socioeducativa.

Através das diversas referências trabalhadas ao longo do texto desenvolvemos a ideia do “Ciclo da Reincidência”, em referência ao título do trabalho. O momento de volta para a sociedade após a internação é o fim deste ciclo, e para mais de 70% dos egressos da FASE é também o começo, que leva a repetição de todo o processo estudado até aqui, ou de um processo ainda pior, pois caso o jovem saia da instituição com dezoito anos ou mais, a reincidência significa a entrada no sistema prisional adulto, que tem um potencial de agravamento das vulnerabilidades e aprofundamento do indivíduo no “mundo do crime” muito maior que a internação na FASE.

Este ciclo, construído ao longo deste capítulo e ilustrado através da Figura 1 (Pág. 29) se trata de um modelo abstrato, ideal, no sentido weberiano do termo. Como apontado por Weber (2004, pág. 106) “[...] o conceito do tipo ideal propõe-se formar o juízo de atribuição. Não é uma “hipótese”, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos.” Sendo assim, o “ciclo da reincidência” não pode ser interpretado literalmente, sendo este modelo apenas uma tentativa de organizar de forma didática os conceitos e teorias trabalhados no que seria a trajetória de um adolescente reincidente ideal. Indo ao encontro de Weber, não é uma explicação da realidade, mas sim uma tentativa de compreendê-la.

Ao trabalhar desde relação entre desigualdade social, pobreza e violência, até a situação de extrema vulnerabilidade do egresso de medida de internação, passando pelos processos de rotulação, formação de subculturas e pela incapacidade de se atingir o objetivo da reinserção social através da medida de internação, buscamos compreender a complexa realidade que envolve os egressos da FASE, seu contexto social, os fatores que influenciam no cometimento de atos infracionais, os efeitos do encarceramento e da passagem pela instituição como um todo e, principalmente, como tudo isso acaba criando um ambiente propício à reincidência infracional daqueles que recebem medida socioeducativa de internação. Interromper este ciclo em que se encontra boa parte dos adolescentes que cumprem medida na FASE é a tarefa do POD – Socioeducativo desde 2009, este trabalho visa compreender os fatores que podem facilitar ou dificultar esta

tarefa, em especial, como o *background* familiar dos egressos e a passagem pelo programa interagem influenciando as chances de reincidência infracional.

### **3. O EGRESSO DA FASE: Perfil e percepções.**

No capítulo anterior trabalhamos com a questão da criminalidade e da violência através das referências teóricas que embasam o trabalho, desenvolvendo através desse referencial a ideia de “ciclo da reincidência”, que é uma forma de pensar as contribuições destes(as) diversos(as) autores(as) citados(as) de forma conjunta, em busca de uma compreensão mais abrangente do complexo universo do adolescente infrator e do fenômeno da reincidência infracional de jovens egressos de medida socioeducativa de internação. Neste capítulo trabalharemos diretamente com os dados sobre os egressos da FASE entre os anos de 2012 e 2013, a fim de verificar as principais características dos adolescentes egressos com base nos dados disponíveis.

#### **3.1. Perfil individual e familiar**

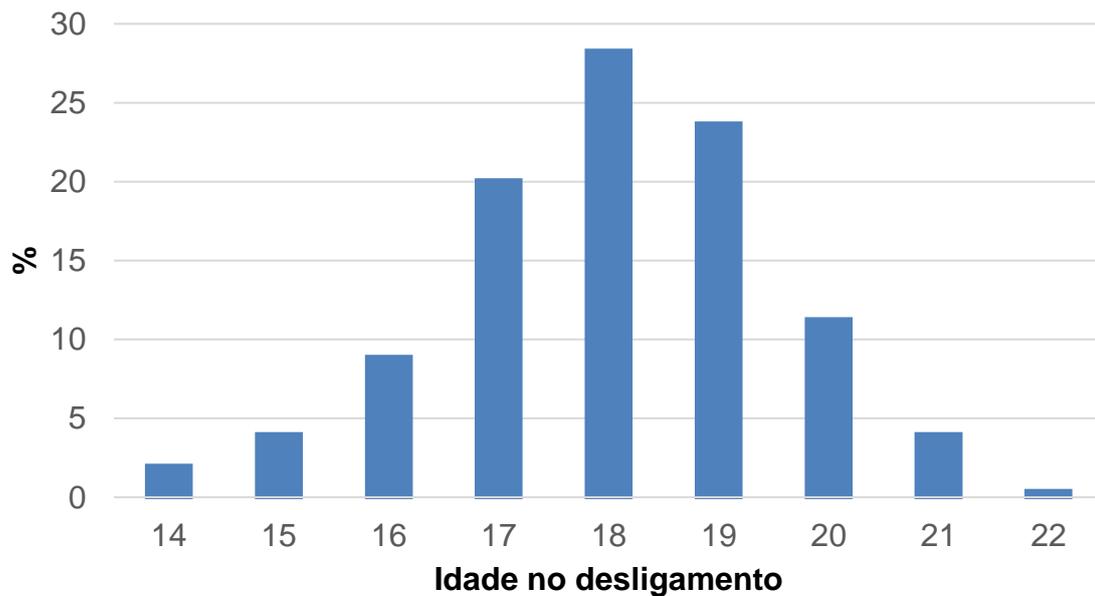
O perfil encontrado aponta que 92,7% dos egressos da FASE em 2012 e 2013 eram do sexo masculino, 53% se identificavam como brancos, 45,7% se identificavam como pretos ou pardos e 0,4% se identificavam como amarelo ou indígena. Importante destacar que diferentemente do apontado por outros estudos, mais da metade dos internos da FASE entre 2012 e 2013 se autodeclararam como brancos, o que poderia ser indicativo de que, no caso de Porto Alegre, o fator racial não é uma questão central no que diz respeito às medidas socioeducativa de internação. Caberia, claro, mais pesquisa a esse respeito. A média de idade com que os adolescentes saíam da FASE era de 18 anos, sendo que 88,2% deles não havia terminado o ensino fundamental ainda, com média de escolaridade em anos de 6,59.

Tabela 1 – Adolescentes por sexo e cor/raça

Variável		Freq	% válida
<b>Sexo</b>	<b>Masculino</b>	702	92,7
	<b>Feminino</b>	55	7,3
	<b>Total</b>	757	100,0
<b>Cor / Raça</b>	<b>Amarela</b>	1	0,1
	<b>Branca</b>	401	53,5
	<b>Indígena</b>	2	0,3
	<b>Total</b>	750	100,0

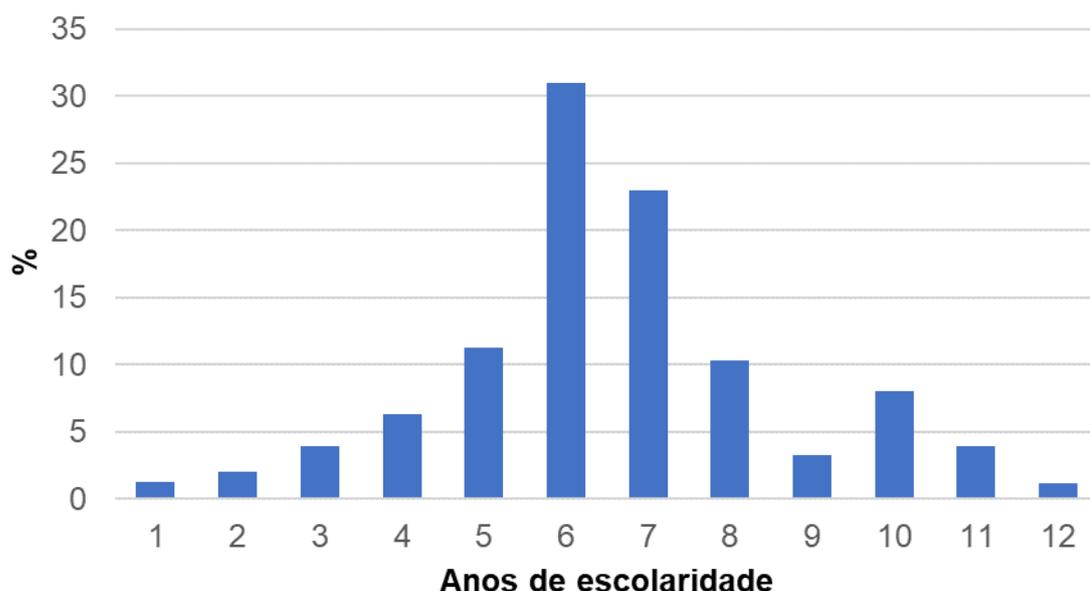
Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Gráfico 1 – Idade dos adolescentes no ano de desligamento da Fase



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Gráfico 2 – Escolaridade em anos dos adolescentes no desligamento da FASE



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

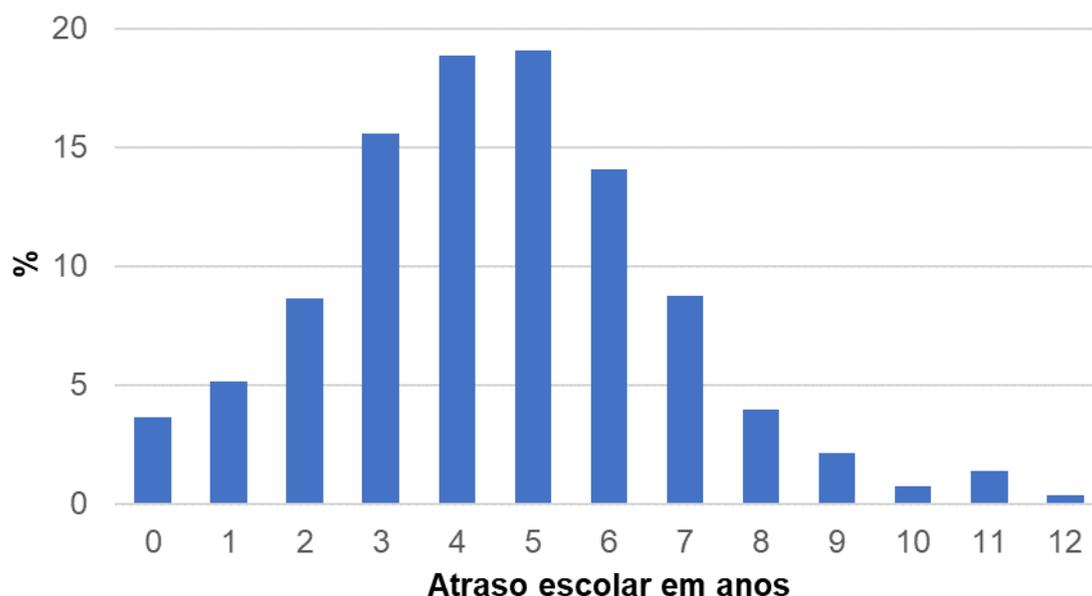
Podemos perceber uma discrepância grande entre a média de idade dos internos e a média de escolaridade. O gráfico 3 traz informações sobre o atraso ou defasagem escolar dos adolescentes, que é a diferença entre a escolaridade prevista de acordo com a idade do indivíduo e escolaridade real. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996<sup>21</sup>, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a criança deve ser matriculada no primeiro ano do ensino fundamental aos seis anos e finalizar esta etapa aos quatorze. Dos quinze aos dezessete anos o adolescente deve cursar o ensino médio.

É considerado atraso ou defasagem escolar quando a diferença entre a idade do indivíduo e a idade prevista para o ano que está cursando é maior do que dois. Por exemplo, a escolaridade esperada de um adolescente de quatorze anos é de nove anos (cursando o 9º ano do ensino fundamental); um adolescente de dezessete anos cursando o nono ano teria três anos de diferença da idade prevista para o ano que está cursando; no entanto, quando a diferença é de um ou dois anos não é considerado atraso, portanto, este indivíduo teria um ano de atraso.

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10/03/2022.

Essa foi a lógica aplicada para calcular o atraso escolar. A média de atraso encontrada é de 4,43 anos, sendo que 82,3% dos adolescentes tinham três ou mais anos de atraso nos estudos. Tamaña discrepância entre idade e anos de escolaridade pode ser um indicativo de que na verdade boa parte destes adolescentes tenham evadido e já não frequentavam mais a escola no momento do ato infracional. Se for o caso, os resultados encontrados por Guaresi e Silva (2003), que apontavam que 51% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Brasil não frequentavam a escola no momento da apreensão, continuariam válidos dez anos depois.

Gráfico 3 – Anos de atraso nos estudos entre os adolescentes egressos da FASE



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Uma questão que chama atenção entre o público que comete ato infracional é a utilização de substâncias psicoativas, sejam elas lícitas, como o álcool e o cigarro, ou ilícitas, como a maconha, cocaína, crack, dentre outras diversas substâncias proibidas, o que, aliado à baixa escolaridade, pode se tornar um fator de risco importante - levando em consideração que exposição precoce à substâncias psicoativas (em especial o uso abusivo) pode causar complicações para o desenvolvimento do adolescente. Entre os egressos da FASE, 92,4%

tiveram contato com alguma substância psicoativa. A Tabela 2 mostra as drogas mais citadas pelos adolescentes nos relatórios médicos dos prontuários da instituição.

Tabela 2 – Substâncias psicoativas citadas pelos adolescentes.

<b>Variável</b>		<b>Freq</b>	<b>% válida</b>
<b>Uso de substâncias</b>	<b>Não</b>	54	7,6
	<b>Sim</b>	660	92,4
	<b>Total</b>	714	100
<b>Variável</b>		<b>Freq</b>	<b>% casos</b>
<b>Substâncias utilizadas</b>	<b>Maconha</b>	597	90,7
	<b>Crack</b>	164	24,9
	<b>Loló</b>	38	5,8
	<b>Cocaína</b>	359	54,6
	<b>Álcool</b>	211	32,1
	<b>Ecstasy</b>	4	0,6
	<b>Cigarro</b>	313	47,6
	<b>Inalantes</b>	39	5,9
	<b>Outras</b>	8	1,2

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

A droga mais citada pelos adolescentes foi a maconha, já que 90,7% dos jovens que manifestaram já terem feito uso de substâncias psicoativas mencionaram o uso frequente ou terem usado em algum momento, seguido pela cocaína (54,6%), cigarro (47,6%), álcool (32,1%) e crack (24,9%). A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE/IBGE) de 2012 apontou que 66% dos adolescentes brasileiros em idade escolar já haviam experimentado álcool; na região Sul esse número subia para 76,9%. Quanto ao consumo de drogas ilícitas, 7,3% dos adolescentes já haviam consumido pelo menos uma vez na vida; na região Sul este número subia para 8,8%<sup>22</sup>. Apesar de os números para a população de adolescentes do Brasil como um todo serem considerados altos, em especial no caso do álcool, dentro da

<sup>22</sup> Pesquisa Nacional de Saúde Escolar 2012 (PeNSE/IBGE). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64436.pdf>> Acesso em 26/11/2020.

população que cumpre medida de internação o consumo de drogas é bem mais significativo, mostrando ser uma característica importante desse público. Para além da satisfação pessoal, o consumo de drogas, em especial as ilícitas, também faz parte de um processo identitário e de autoafirmação perante o grupo que faz uso destas substâncias.

Além do consumo de drogas, que pode ter efeitos psicológicos e cognitivos relevantes, 43,5% dos adolescentes egressos apresentavam alguma condição ou doença psiquiátrica, no que se inclui problemas como depressão, ansiedade, transtorno bipolar, de personalidade ou de conduta, dentre outros diagnósticos. Ou seja, quase metade dos adolescentes em cumprimento de medida de internação possuíam necessidade de tratamento psiquiátrico, ou pelo menos acompanhamento contínuo. Todos estes cuidados acontecem no período de internação, porém garantir a continuidade desse atendimento através da rede de saúde da comunidade é um grande desafio.

Uma das questões centrais para este trabalho é o background familiar, sendo este correspondente à estrutura e histórico familiar. Entre os adolescentes egressos temos um perfil marcado por uma por uma baixa presença da figura do pai, predominância da mãe como responsável legal - além de ser a presença parental mais frequente. A Tabela 3 traz dados sobre presença do pai, da mãe e o parentesco daqueles indicados como responsáveis pelo adolescente no momento em que ele se desligou da FASE. Na variável de relato sobre os pais e mães temos como opções as categorias Conhecido(a) e Presente, Conhecido(a) e ausente, Desconhecido(a) e Falecido(a). Na tabulação dos dados feita na FASE para construção da base de dados através dos prontuários de atendimento estas informações foram obtidas através de transcrições dos relatos dos adolescentes sobre seus familiares durante os atendimentos. Conhecido e presente diz respeito aos casos nos quais aquele familiar é presente na vida do jovem, independentemente do vínculo matrimonial, ou seja, inclui casos nos quais o(a) genitor(a) que não tem a guarda do adolescente é presente na vida do mesmo. Conhecido e ausente diz respeito aos casos de abandono parental (em geral masculino) em que o(a) genitor(a) é conhecido, porém, por opção, não se faz presente na vida do adolescente.

Tabela 3 – Relato sobre a mãe, relato sobre o pai e responsável legal no desligamento

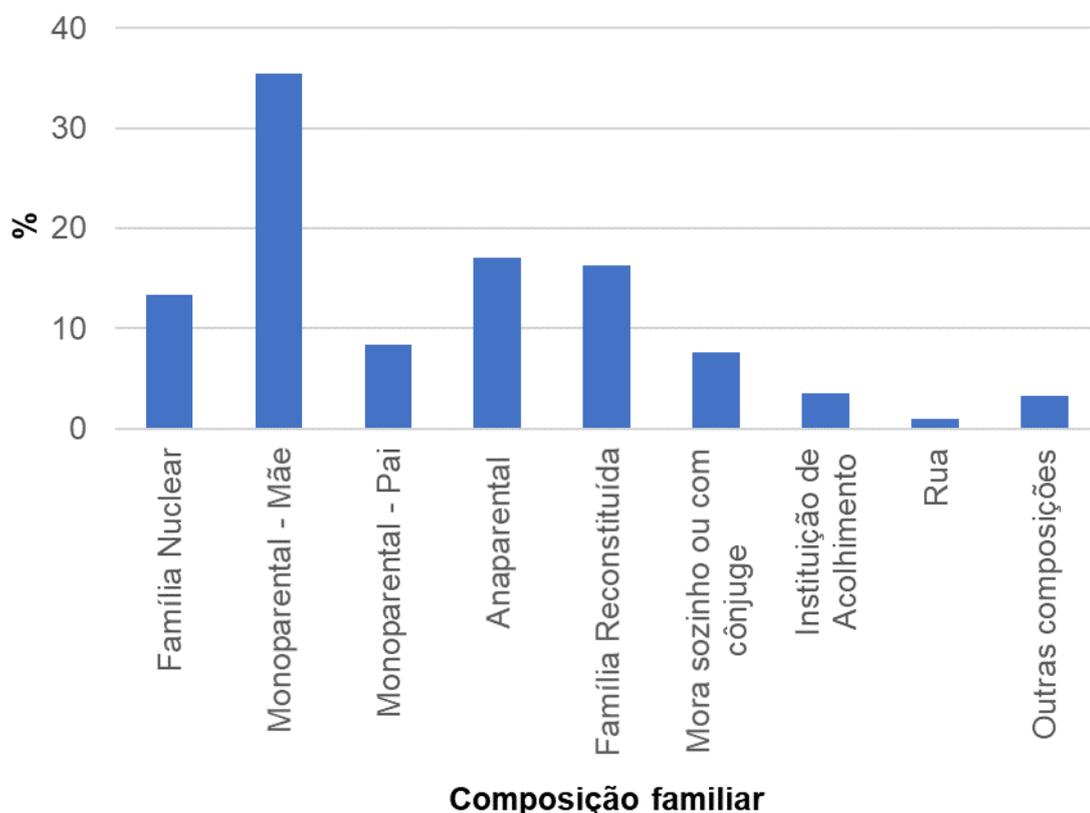
<b>Variável</b>		<b>Freq</b>	<b>% válida</b>
<b>Relato sobre a mãe</b>	<b>Conhecida e presente</b>	576	77,5
	<b>Conhecida e ausente</b>	89	12
	<b>Desconhecida</b>	1	0,1
	<b>Falecida</b>	77	10,4
	<b>Total</b>	743	100
<b>Relato sobre o pai</b>	<b>Conhecido e presente</b>	286	38,5
	<b>Conhecido e ausente</b>	235	31,7
	<b>Desconhecido</b>	41	5,5
	<b>Falecido</b>	180	24,3
	<b>Total</b>	742	100
<b>Responsável legal</b>	<b>Mãe</b>	436	59,2
	<b>Pai</b>	69	9,4
	<b>Mãe e Pai</b>	70	9,5
	<b>Cônjuge</b>	10	1,4
	<b>Avô(ó)</b>	53	7,2
	<b>Tio(a)</b>	24	3,3
	<b>Irmão(ã)</b>	41	5,6
	<b>Primo(a)</b>	2	0,3
	<b>Sogro(a)</b>	1	0,1
	<b>Outro</b>	30	4,1
<b>Total</b>	736	100	

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Enquanto em 77,5% dos casos a mãe era conhecida e presente, apenas em 38,5% dos casos o pai aparece na mesma condição, sendo que em 31,7% dos casos era conhecido e ausente, além de 5,5% serem desconhecidos. No caso das mães estes números são menores, de 12% e 0,1% respectivamente. Entre as mães, 10,4% eram falecidas, entre os pais este número sobe para 24,3%. Além disso, 59,2% dos adolescentes tinham apenas a mãe como responsável legal, seguido de 9,5% que tinham pai e mãe como responsáveis e 9,4% que tinham apenas o pai. Preliminarmente podemos apontar uma tendência de sobrecarga das mulheres e uma baixa participação dos pais na vida de boa parte dos adolescentes, o que vai de encontro com o apontado por Dias et al. (2011), que especialmente entre as classes populares seria comum que a mulher fosse a única responsável pelo sustento da casa e pela atenção e educação dos filhos, o que acaba limitando

o tempo de convivência entre mães e filhos. O gráfico 4 traz as principais composições ou estruturas familiares encontradas através da variável que indica com quem o adolescente residia ao sair da FASE, o que nos garante uma visão mais específica sobre a estrutura familiar do que a variável que indica o responsável legal pelo adolescente - uma vez que é comum que os adolescentes não vivam com seus responsáveis legais, dado que foi observado ao criar a variável de composição familiar.

Gráfico 4 – Composição Familiar



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Observando as composições familiares encontradas, podemos notar uma variedade considerável de tipos de estruturas familiares. A variável de composição familiar foi criada através da variável “Com quem reside”, indicada no Quadro 2, que se trata de uma variável de múltiplas respostas, que foi transformada em

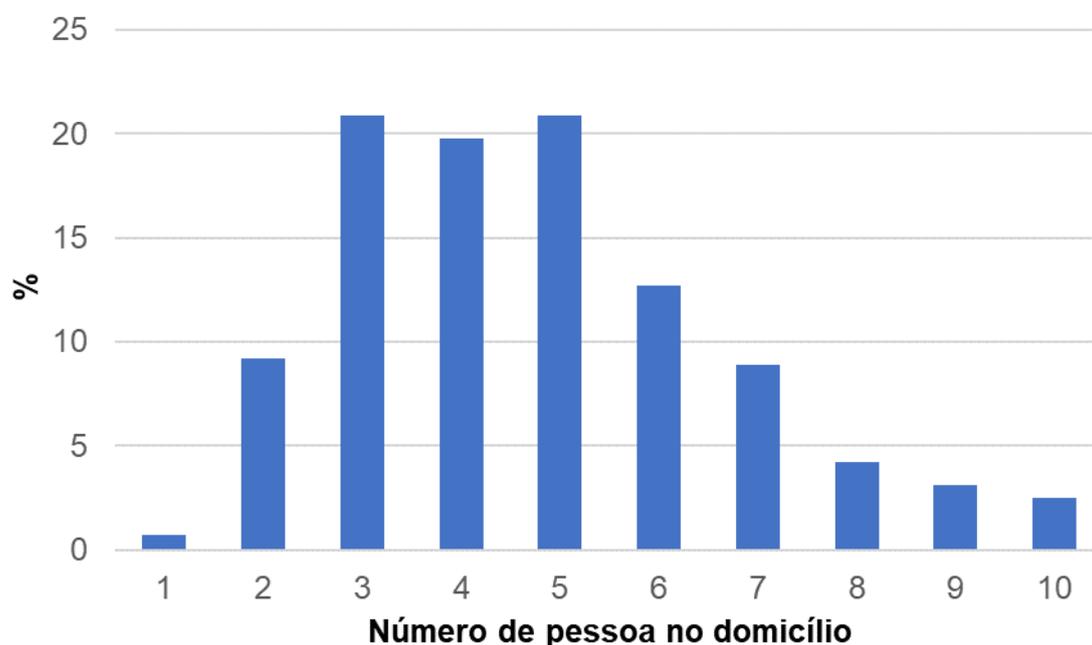
diversas variáveis dicotômicas, uma para cada possível resposta. Tendo em vistas as limitações de se trabalhar com este tipo de variável, optamos por analisar e transformar as respostas obtidas em uma variável categórica. Inicialmente esta nova variável possuía dezenove possíveis respostas<sup>23</sup>, que posteriormente foram agrupadas, resultando nas nove composições familiares apresentadas no Gráfico 4.

Através desta variável construída a partir das informações sobre o grau de parentesco dos indivíduos que residiam com os adolescentes, podemos perceber de maneira mais acurada questões estruturais em relação às famílias dos jovens. Assim como sugerido pela tabela 3, nos dados sobre os responsáveis legais dos adolescentes, o tipo de estrutura familiar mais comum é a família monoparental, tendo apenas a mãe como responsável pelos filhos (34,8% dos casos), seguido de famílias anaparentais, ou seja, sem a presença dos pais, nas quais avós, tios, irmãos ou outros familiares são responsáveis pelo adolescente (16,4% dos casos). Em seguida temos famílias reconstituídas, aquelas constituídas pela mãe ou pai responsável pelo adolescente e seus respectivos cônjuges (15,7% dos casos), sendo que, dentre estas, em 97,4% dos casos a mãe era a responsável juntamente com o padrasto do adolescente. As famílias nucleares, nas quais os jovens viviam com pai, mãe e, em grande parte, irmão(s), correspondiam à 12,7% dos casos. O gráfico 5 traz o número de moradores por domicílio entre os adolescentes egressos.

---

<sup>23</sup> 1. Mãe e Pai; 2. Mãe e Pai + irmão(s); 3. Monoparental Mãe; 4. Monoparental Mãe + Irmão(s); 5. Monoparental Pai; 6. Monoparental Pai + irmão(s); 7. Avó(ô); 8. Avó(ô) + irmão(s); 9. Tio responsável; 10. Irmão responsável; 11. Mãe e Padrasto; 12. Mãe e Padrasto + irmão(s); 13. Pai e Madrasta; 14. Pai e Madrasta + irmão(s); 15. Só; 16. Cônjuge; 17. Instituição de acolhimento; 18. Rua; 19. Outras composições familiares.

Gráfico 5 – Número de moradores no domicílio



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

A média de moradores por domicílio é de 4,75, sendo que a maior parte das residências (60,6%) possui entre 3 e 5 moradores, ficando acima da média nacional que é de 2,9 pessoas por domicílio<sup>24</sup>. Como não possuímos dados acerca da renda das famílias dos adolescentes, a única informação econômica que possuímos é se a família recebe algum benefício governamental como bolsa família ou outros programas semelhantes. Esta informação dá conta de que 47,1%<sup>25</sup> dos adolescentes possuíam renda provenientes de programas governamentais em suas famílias. Podemos inferir, assim, que pelo menos cerca de metade dos jovens viviam em condição de pobreza ou pobreza extrema, o que vai de encontro com as informações trazidas por Guaresi e Silva (2003). Quanto à paternidade ou

<sup>24</sup> Disponível em: <[<sup>25</sup> Porcentagem válida, equivalente à 69% dos casos que possuíam esta informação.](https://www.istoedinheiro.com.br/maioria-dos-brasileiros-mora-em-casa-e-e-dona-do-imovel-mostra-ibge/#:~:text=A%20m%C3%A9dia%20de%20moradores%20mant%C3%A9m,popula%C3%A7%C3%A3o%20de%202012%20a%202018.> Acesso em: 18/12/2020.</a></p></div><div data-bbox=)

maternidade, 83,9% dos adolescentes não possuíam filhos, 14% dos adolescentes possuíam um filho e 2% possuíam dois ou mais filhos.

Como mencionado anteriormente, estamos entendendo por background familiar a estrutura e históricos familiar dos jovens egressos. Para mensurar este histórico utilizaremos variáveis como a presença de delitos e de dependência química nas famílias. Quanto ao histórico de delitos, 68,2% dos adolescentes tinham algum familiar que já havia sido preso em algum momento. A tabela 4 traz os graus de parentesco mais citados pelos adolescentes previamente envolvidos com alguma atividade ilegal<sup>26</sup>.

Tabela 4 – Histórico de delitos na família

		<b>Freq</b>	<b>% válida</b>
<b>Delitos na família</b>	<b>Não</b>	197	31,8
	<b>Sim</b>	423	68,2
	<b>Total</b>	620	100
		<b>Freq</b>	<b>% casos</b>
<b>Familiares com Pai histórico de delitos</b>	<b>Mãe</b>	140	33,6
	<b>Irmão</b>	51	12,2
	<b>Outros</b>	222	53,2
		131	31,4

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

O familiar mais citado entre aqueles que tinham históricos de delitos na família foi o irmão (53,2%), seguido do pai, sendo mencionado por 31,8% dos adolescentes. Em terceiro lugar temos “outros” (31,4%), categoria na qual se incluem familiares como tios(as), primos(as), avôs(ós) e outros familiares para além da família imediata. Como apontado por Pacheco e Hutz (2009) em estudo que comparou dois grupos de adolescentes infratores e não infratores, o uso de drogas pelo adolescente e entre a família, e o cometimento de delitos por familiares era mais citado entre os adolescentes infratores, sendo o envolvimento com delitos

<sup>26</sup> É importante destacar que, por se tratar de uma variável de múltiplas respostas, cada adolescente pode ter citado mais de um familiar como autor de delitos. Sendo assim, os valores de porcentagem representam a quantidade de adolescentes que citaram cada familiar. O mesmo vale para os familiares citados como dependentes químicos e as respectivas substâncias que eram a causa da dependência.

umas das variáveis com maior poder de explicação no modelo de regressão utilizado pelos autores, tendo pais, irmãos e tios como os familiares mais citados, o que vai de encontro com perfil aqui encontrado. A tabela 5 traz os dados a respeito de dependência química por parte dos familiares dos adolescentes.

Tabela 5 – Histórico de dependência química na família

		<b>Freq</b>	<b>% válida</b>
<b>Dependência química na Família</b>	<b>Não</b>	148	29,5
	<b>Sim</b>	353	70,5
	<b>Total</b>	501	100
		<b>Freq</b>	<b>% casos</b>
<b>Familiares com histórico de dependência química</b>	<b>Pai</b>	249	61,9
	<b>Mãe</b>	103	25,6
	<b>Irmão(ã)</b>	112	27,9
	<b>Outros</b>	73	18,2
	<b>Substâncias</b>		
	<b>Álcool</b>	217	62
	<b>Cigarro</b>	11	3,1
	<b>Cacaína</b>	44	12,6
	<b>Crack</b>	125	35,7
	<b>Injetáveis</b>	2	0,6
	<b>Inalantes</b>	2	0,6
	<b>Maconha</b>	38	10,9
	<b>Loló</b>	7	2,0
	<b>Outras</b>	37	10,6

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

A parcela de adolescentes que apresentavam histórico de dependência química na família era de 70,5%. Em uma situação semelhante à questão dos delitos, pai e irmão são os familiares mais citados entre os adolescentes que possuíam familiares dependentes. A diferença é que aqui o pai é o familiar mais citado, em 61,9% dos casos, seguido de irmão (27,9%) e mãe (25,6%). A substância mais citada é o álcool, aparecendo em 62% dos casos. Além desta, se destaca o crack, sendo mencionado por 35,7% dos adolescentes. Apesar dos tipos de substâncias mais utilizadas serem diferentes, comparando os dados sobre uso de drogas por parte dos adolescentes e de seus familiares, podemos perceber uma reprodução deste tipo de comportamento de uma geração para a outra. A tabela 6

traz os resultados de um cruzamento entre as variáveis de uso de drogas pelo adolescente e histórico de dependência química na família.

Tabela 6 – Uso de substância psicoativa x Histórico de dependência química na família.

Variáveis		Uso de substâncias psicotivas			
		Não	Sim	Total	
<b>Histórico de dependência química na família</b>	<b>Não</b>	Contagem	17	123	140
		%	12,10%	87,90%	100,00%
	<b>Sim</b>	Contagem	17	328	345
		%	4,90%	95,10%	100,00%
<b>Total</b>		Contagem	34	451	485
		%	7,00%	93,00%	100,00%

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

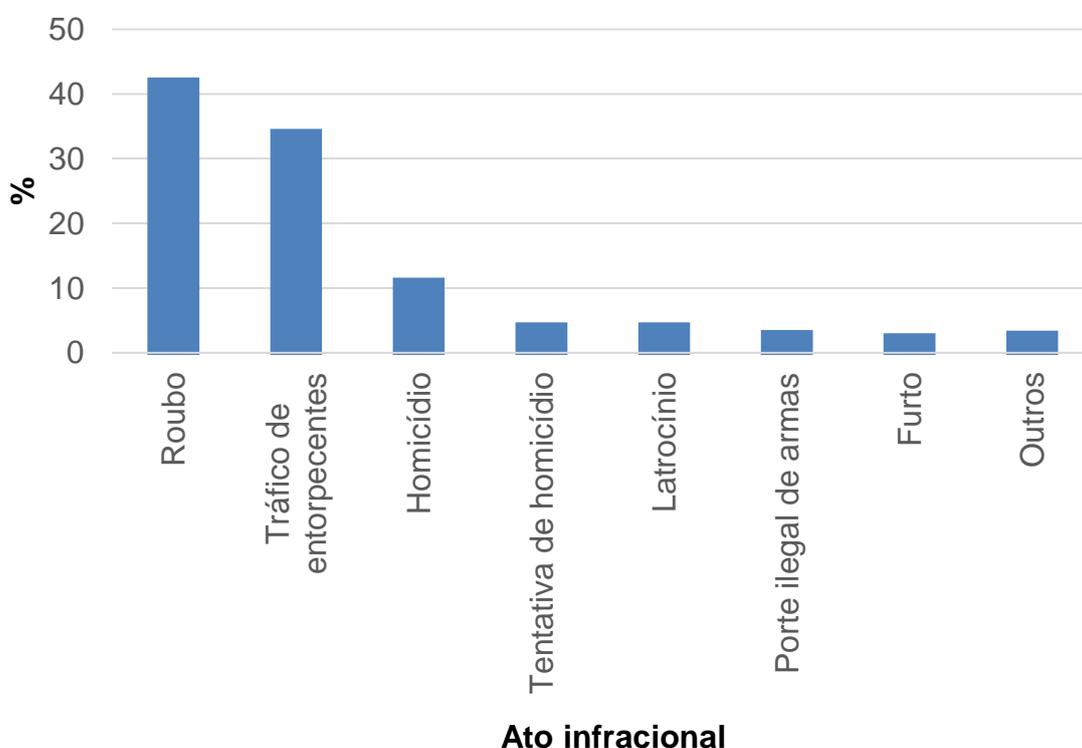
Na linha cinco temos a informação de que 95,1% dos adolescentes que possuíam histórico de dependência química na família faziam uso de substâncias psicoativas. Para os que não possuíam histórico de dependência química na família esse valor era de 87,9%. Para testar a relação entre estas duas variáveis, foi realizado um teste de Qui-quadrado que rejeitou a hipótese nula de que não há relação entre as variáveis, apontando que, com mais de 99,9% de confiança podemos inferir que há relação entre o histórico de dependência química na família e o uso de drogas por parte dos adolescentes [ $\chi^2 (1) = 7,953$ ;  $p = 0,005$ ]. Apesar de o teste de Qui-quadrado não ter a capacidade de apontar uma relação causal entre as variáveis analisadas, a partir dele podemos começar a perceber a dimensão da influência do background familiar sobre o comportamento dos jovens, neste caso sob a questão do uso de substâncias psicoativas.

### 3.2. Perfil infracional e de reincidência

No que diz respeito aos atos infracionais praticados pelos adolescentes, os números são próximos aos índices nacionais, nos quais o roubo (41,5%) e o tráfico

de entorpecentes (33,6%) são os crimes mais cometidos, seguido de homicídio em um número menor (10,6%), como apontado pelo gráfico 6 - que traz em ordem decrescente as infrações cometidas pelos adolescentes. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que, em 2016, roubo e tráfico somavam 69,1% das infrações cometidas por adolescentes, enquanto entre os egressos da FASE entre 2012 e 2013 a somatória dos dois tipos de infração totalizam 75,1% dos casos.

Gráfico 6 – Atos infracionais cometidos pelos adolescentes egressos



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

O fato de termos estes dois tipos de infração como os mais comuns pode ser um indicativo de que a atividade ilegal é muitas vezes utilizada pelos adolescentes como uma forma de obter ganhos econômicos que seriam inatingíveis por meios legais - em especial levando em consideração a baixa escolaridade da maioria destes adolescentes, que restringe consideravelmente as oportunidades de

obtenção de renda. Como apontado por Guaresi e Silva (2003), uma parcela grande de adolescentes em cumprimento de medida de internação no Brasil não possuía trabalho ou exercia alguma atividade informal e, por consequência, precária.

Como já mencionado anteriormente, a taxa de reincidência entre os adolescentes egressos da FASE é alta. De acordo com nossos dados, em 72,1% dos casos houve reincidência infracional após o término da medida socioeducativa de internação, contabilizando todos os egressos de 2012 e 2013. A tabela 7 traz os dados de reincidência de forma mais detalhada.

Tabela 7 – Reincidência infracional

<b>Variáveis</b>		<b>Freq</b>	<b>% válida</b>
<b>Reingresso na FASE até 2018</b>	<b>Não</b>	590	78
	<b>Sim</b>	166	22
	<b>Total</b>	756	100
	<b>Apenas FASE</b>	78	10,3
<b>Entrada na SUSEPE até 2018</b>	<b>Não</b>	288	38,1
	<b>Sim</b>	468	61,9
	<b>Total</b>	756	100
	<b>Apenas SUSEPE</b>	380	50,3
<b>Reingresso na FASE e/ou SUSEPE</b>	<b>Não</b>	210	27,8
	<b>Sim</b>	546	72,2
	<b>Total</b>	756	100
	<b>Nas duas instituições</b>	88	11,6
<b>Número de entradas na SUSEPE</b>	<b>0</b>	289	38,2
	<b>1</b>	134	17,7
	<b>2</b>	131	17,3
	<b>3</b>	94	12,4
	<b>4</b>	52	6,9
	<b>5</b>	36	4,8
	<b>6</b>	10	1,3
	<b>7</b>	6	0,8
	<b>8</b>	2	0,3
	<b>9</b>	1	0,1
	<b>10</b>	2	0,3
<b>Total</b>	757	100	

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

O número de jovens com reingresso na FASE é relativamente baixo, 22%. Desconsiderando aqueles que também tiveram passagem pela SUSEPE temos apenas 10,31%. Em compensação, o número de jovens com passagem pelo sistema prisional adulto é alto, de 61,9% (50,3% se desconsiderarmos os que também tiveram reingresso na FASE). Unindo os dois indicativos temos a taxa de reincidência de 72,2%. O grupo de jovens que teve tanto o reingresso na FASE quanto entrada do sistema prisional era correspondente a 11,6% dos egressos entre 2012 e 2013. Boa parte do indicativo de reincidência se dá por jovens que após a internação reincidiram e deram entrada no sistema prisional adulto, o que está relacionado com a idade em que os jovens saíam da FASE - no recorte estudado a média era de 18 anos. Para além do histórico na FASE, a tabela também traz a informação do número de passagens que os jovens tiveram no sistema prisional até 2018. A média é de 1,6 passagens. Os dados também apontam que dentre aqueles que entraram para o sistema prisional adulto, 71,36% tiveram mais de uma passagem, sendo a maioria (59,2%) com 2 a 4 passagens, o que sugere em geral um perfil de jovens reincidentes, que não se desvencilhavam da atividade ilegal mesmo com o cumprimento de medidas socioeducativas ou penas no sistema prisional.

Será esta reincidência infracional no período de desligamento da FASE até 2018 a principal variável dependente dos modelos de regressão utilizados na análise que segue no próximo capítulo, que têm o objetivo de analisar se o *background familiar* dos adolescentes tem relação com estes níveis de reincidência e, principalmente, testar a influência dele sobre a efetividade do POD socioeducativo. Compreender os fatores que se relacionam com esta alta taxa de reincidência, assim como os que aumentam ou diminuem as chances de um programa de prevenção terciária como o POD – Socioeducativo ser efetivo na retirada de adolescentes da trajetória infracional é um passo importante para se pensar em alternativas que visem enfrentar o problema da reincidência infracional entre os egressos da FASE.

Um dos objetivos do POD socioeducativo é o acesso dos adolescentes ao mercado de trabalho, este que juntamente com a educação é visto como uma alternativa importante no processo de reinserção social de adolescentes em conflito

com a lei. No período entre 2012 e 2016 (limite dos dados sobre emprego formal fornecidos pelo Ministério do trabalho), foi constatado que 53,2% dos adolescentes egressos da FASE em 2012 e 2013 tiveram vínculo empregatício em algum momento neste período. A tabela 8 traz estes dados para cada ano do estudo.

Tabela 8 – Vínculo empregatício por ano

		<b>Freq</b>	<b>% válida</b>
<b>Vínculo empregatício até 2016</b>	<b>Não</b>	354	46,8
	<b>Sim</b>	403	53,2
	<b>Total</b>	757	100
<b>Vínculo empregatício em 2012</b>	<b>Não</b>	629	83,1
	<b>Sim</b>	128	16,9
	<b>Total</b>	757	100
<b>Vínculo empregatício em 2013</b>	<b>Não</b>	496	65,5
	<b>Sim</b>	261	34,5
	<b>Total</b>	757	100
<b>Vínculo empregatício em 2014</b>	<b>Não</b>	532	70,3
	<b>Sim</b>	225	29,7
	<b>Total</b>	757	100
<b>Vínculo empregatício em 2015</b>	<b>Não</b>	582	76,9
	<b>Sim</b>	175	23,1
	<b>Total</b>	757	100
<b>Vínculo empregatício em 2016</b>	<b>Não</b>	647	85,5
	<b>Sim</b>	110	14,5
	<b>Total</b>	757	100

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

O número de jovens empregados cresceu consideravelmente de 2012 para 2013, mais do que dobrando de 16,9% para 34,5%; porém esse número diminuiu ao longo dos anos, e daqueles que saíram da FASE em 2012 e 2013, apenas 14,5% tiveram registro de vínculo empregatício em 2016.

Um dos objetivos do programa POD – Socioeducativo é aumentar o acesso dos egressos de medida de internação ao mercado de trabalho, baseando-se na ideia de que o emprego formal é um fator importante na redução da reincidência. Para testar se havia alguma relação entre a presença de vínculo empregatício e os

níveis de reincidência foi realizado um teste de Qui-quadrado, no qual não foi possível rejeitar a hipótese nula de que as duas variáveis não estão associadas [ $\chi^2(1) = 1,424$ ;  $p = 0,223$ ], observando-se uma taxa de reincidência superior à 70% tanto entre os que tiveram registro de emprego quanto os que não tiveram, com uma pequena vantagem para o segundo grupo (74,3% de reincidência) em relação ao primeiro (70,4% de reincidência). Sendo assim, analisando apenas estas duas variáveis de forma isolada, não é possível afirmar com base nestes dados que a presença ou não de vínculo empregatício tenha alguma relação com a reincidência infracional.

Além dos dados sobre reincidência infracional e empregabilidade dos jovens egressos da FASE em 2012 e 2013, outra informação importante que encontramos na base de dados é sobre a mortalidade entre estes adolescentes: 14,7% dos jovens faleceram no período entre o desligamento da FASE e o ano de 2018. A tabela 9 traz as informações sobre mortalidade.

Tabela 9 – Mortalidade e causa do óbito

<b>Variável</b>		<b>Freq % válida</b>	
<b>Óbito até 2018</b>	<b>Não</b>	646	85,3
	<b>Sim</b>	111	14,7
	<b>Total</b>	757	100
<b>Causa da morte</b>	<b>Morte violenta</b>	102	91,9
	<b>Morte por doença</b>	3	2,7
	<b>Morte por Acidente</b>	3	2,7
	<b>Suicídio</b>	1	0,9
	<b>Outras causas</b>	2	1,8
	<b>Total</b>	111	100

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Os 14,7% de jovens falecidos correspondem à 111 casos de vidas perdidas, sendo a grande maioria (91,9%) vítimas de violência. A categoria de morte violenta foi criada unindo as categorias “Agressão por meio de arma de fogo”, “Agressão por meio de objeto cortante/perfurante”, “Agressão por meio de objeto contundente” e “Intervenção legal envolvendo armas de fogo”, sendo que que 88,3% destas

categorizadas como mortes violentas estavam registradas como morte por meio de armas de fogo (incluindo as mortes por “intervenção legal”). A categoria morte por acidente engloba acidentes de trabalho e de trânsito.

Em resumo, podemos chamar atenção para as características principais que reforçam a ideia da situação de vulnerabilidade do público aqui estudado. No âmbito individual temos em geral adolescentes do sexo masculino, sem um perfil racial aparente, sendo um público marcado por altos índices de atraso escolar, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho, além de uma alta taxa de uso de substâncias psicoativas por parte dos adolescentes. No âmbito familiar, vemos em geral a ausência da figura do pai, sendo a família monoparental chefiada pela mãe como o tipo de composição familiar mais comum, seguido por famílias sem a presença de nenhum dos genitores. Tivemos uma preponderância de adolescentes que possuíam em suas famílias histórico de delitos ou de dependência química, o que pode indicar uma relação entre este histórico familiar e trajetória do jovem. Grande parte dos adolescentes cumpriam medida por roubo ou tráfico de drogas, sendo que a maioria deles acabou reincidindo no período estudado (até 2018), seja através de reingresso na FASE ou entrada no sistema prisional adulto. Além disso, cerca de pouco mais da metade dos jovens tiveram vínculo empregatício até 2016. Uma análise preliminar, levando em conta apenas estas duas variáveis, não indica que a presença de vínculo empregatício tenha relação com a reincidência infracional. Também vale destacar que cento e onze destes adolescentes faleceram no período de 2012 a 2018, quase todos de forma violenta, o que denuncia a urgência da questão infracional entre adolescentes, que além das diversas problemáticas sociais que envolve, também vem causando a morte precoce de muitos jovens.

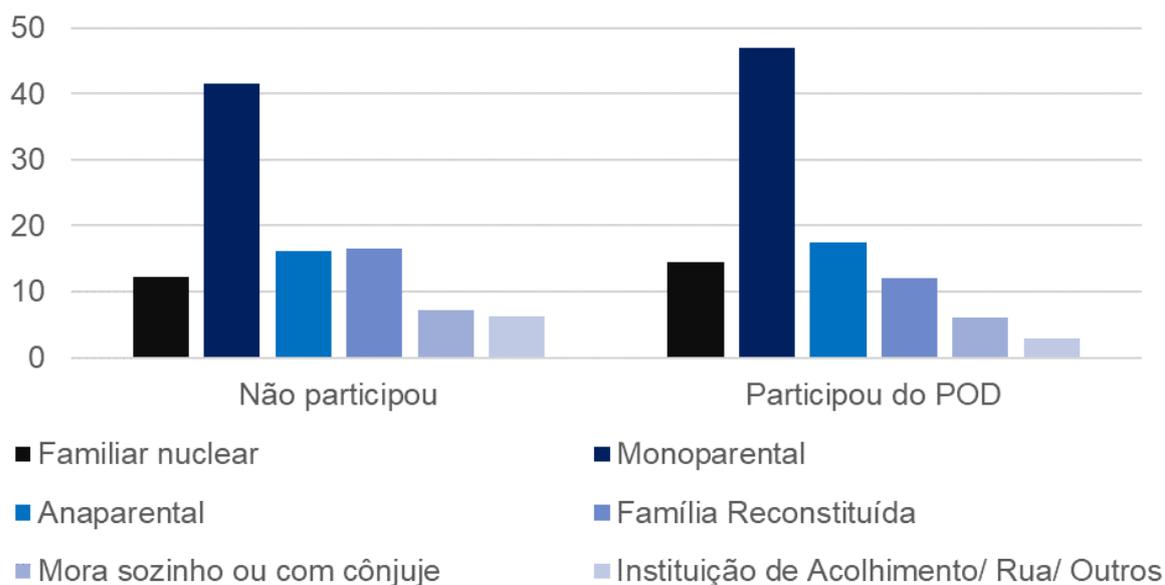
### **3.3. Participantes no POD - Socioeducativo x não participantes:**

A fim de comparar características gerais dos adolescentes que participaram ou não do programa fizemos alguns cruzamentos simples entre aqueles que participaram do programa e os que não participaram. A ideia foi tentar encontrar pontos de diferenciação entre os jovens, e para isso utilizamos algumas das

variáveis mais centrais em nossa análise. São considerados como participantes do POD aqueles adolescentes que, além de manifestarem interesse pelo programa, compareceram ao “acolhimento”, sendo direcionados para uma das instituições executoras e que receberam pelo menos uma bolsa auxílio.

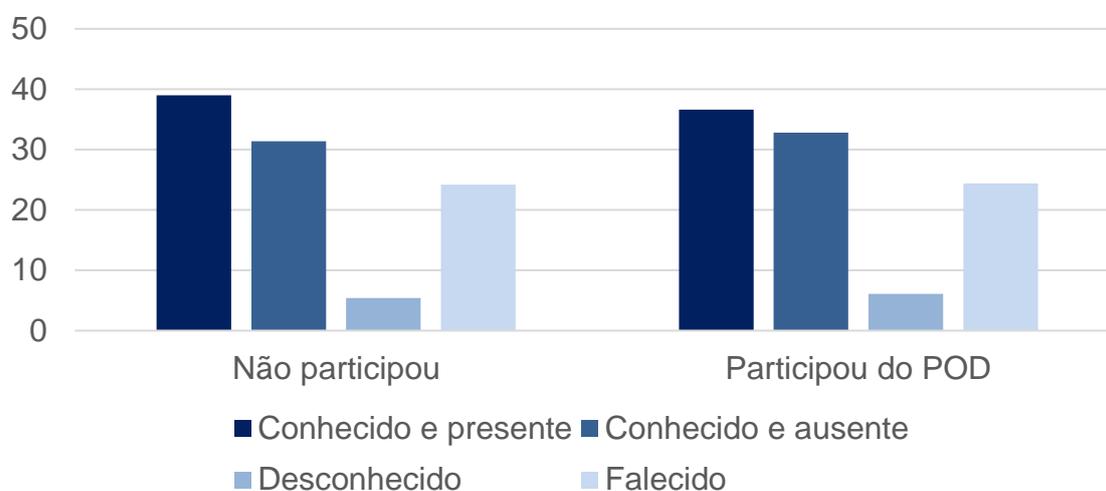
Ao todo são 757 casos. Destes, 132 (17,4%) participaram do POD e 625 (82,6%) não. Ao longo desta sessão será possível observar que a diferença entre estes dois grupos de adolescentes que participaram do POD e que não participaram é bem pequena. Os gráficos a seguir trazem alguns cruzamentos entre a participação no POD - Socioeducativo e algumas variáveis familiares.

Gráfico 7 – Composição familiar, segundo a participação do POD - Socioeducativo.



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Gráfico 8 – Presença do pai, segundo a participação do POD - Socioeducativo.



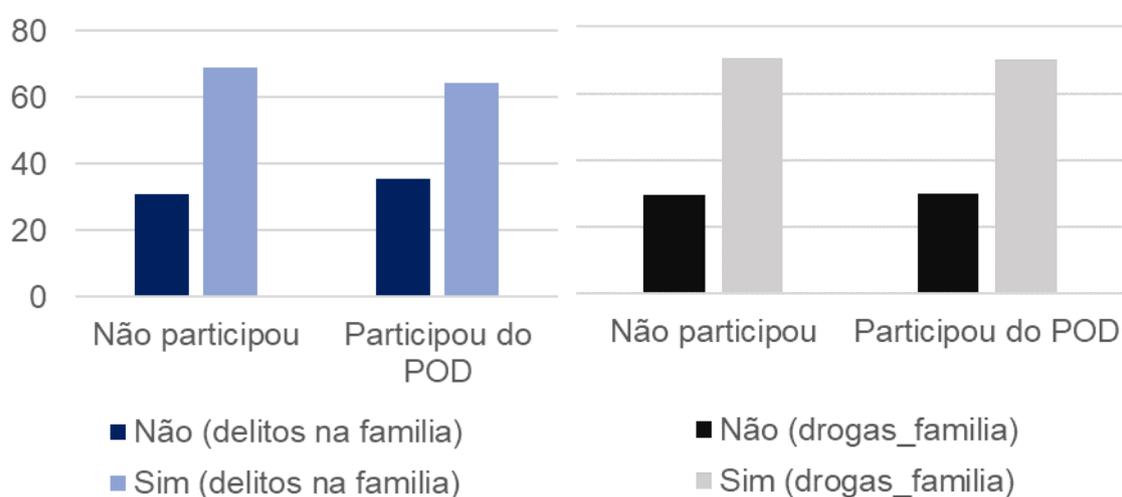
Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

No que diz respeito à composição familiar e a presença do pai, duas variáveis importantes sobre o contexto familiar do adolescente, assim como em todos os indicadores familiares, temos números bem próximos entre os dois grupos, o que é evidenciado pela observação dos gráficos. Com destaque para as categorias “Monoparental” (em geral mães solteiras chefes de família) sendo observada entre 47% dos que participaram do programa e em 41,6% dos que não participaram; “Anaparental” (quando não há presença nem do pai nem da mãe, com o adolescente vivendo com outros parentes como irmão(ã), tio(a) e/ou avós), sendo observada em 17,4% dos participantes e em 16,1% dos não participantes; “Família nuclear” (pai e mãe responsáveis pelo adolescente), sendo observada em 14,4% dos casos de participantes e 12,3% entre os não participantes.

Quanto à presença dos pais temos um cenário semelhante: pouca variação entre os dois grupos. O mais comum sendo “Conhecido e presente” (36,6% e 39% dos casos entre participantes e não participantes, respectivamente), seguido de “Conhecido e ausente” (32,8% e 31,4% dos casos entre participantes e não participantes, respectivamente). Se unirmos as categorias “Conhecido e ausente”,

“Desconhecido” e “Falecido” temos 63,3% dos participantes sem a presença do pai, entre os não participantes este número é de 61%. Quanto à presença da mãe temos 77,9% e 77,5% dos casos entre participantes e não participante, respectivamente, como “Conhecida e presente”, 9,9% e 12,4% como “Conhecida e ausente”, e 12,2 e 10,2 como “Falecida/Desconhecida. Os gráficos a seguir trazem cruzamentos entre a participação no programa e histórico de delitos e dependência química na família.

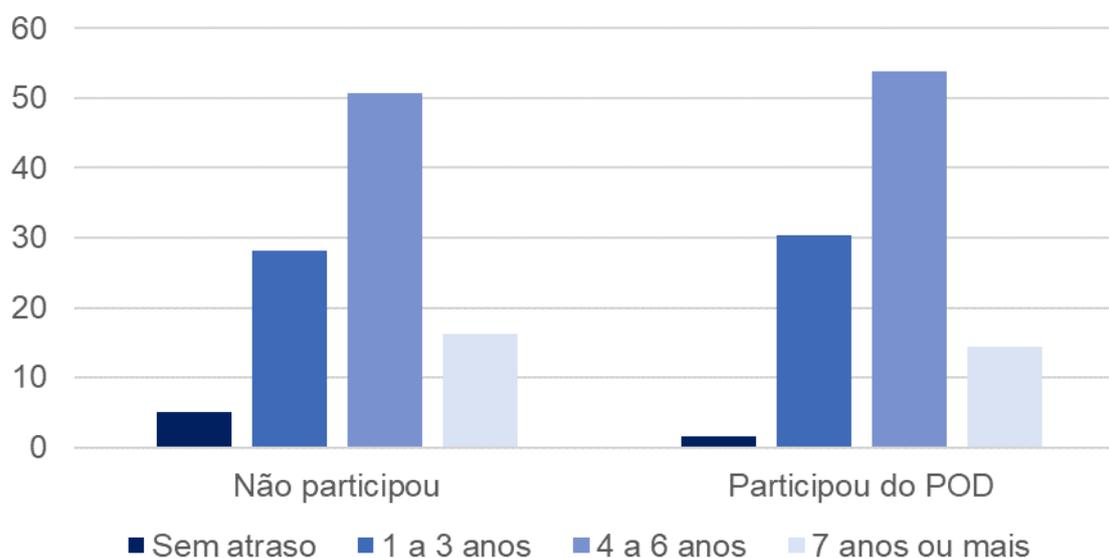
Gráfico 9 – Histórico de delitos e dependência química na família, segundo a participação no POD - Socioeducativo.



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Tanto no histórico de delitos quanto de dependência química nas famílias temos números próximos. Entre os adolescentes que participaram do POD – Socioeducativo, 64,5% tinham familiares envolvidos em delitos, enquanto entre os não participante este número era de 69%. Já na questão da dependência química, 70% dos participantes tinham histórico na família, enquanto este número era de 70,6% entre não participantes. A tabela seguir trás o cruzamento entre a participação no POD e o atraso escolar.

Gráfico 10 – Atraso escolar, segundo a participação no POD - Socioeducativo.

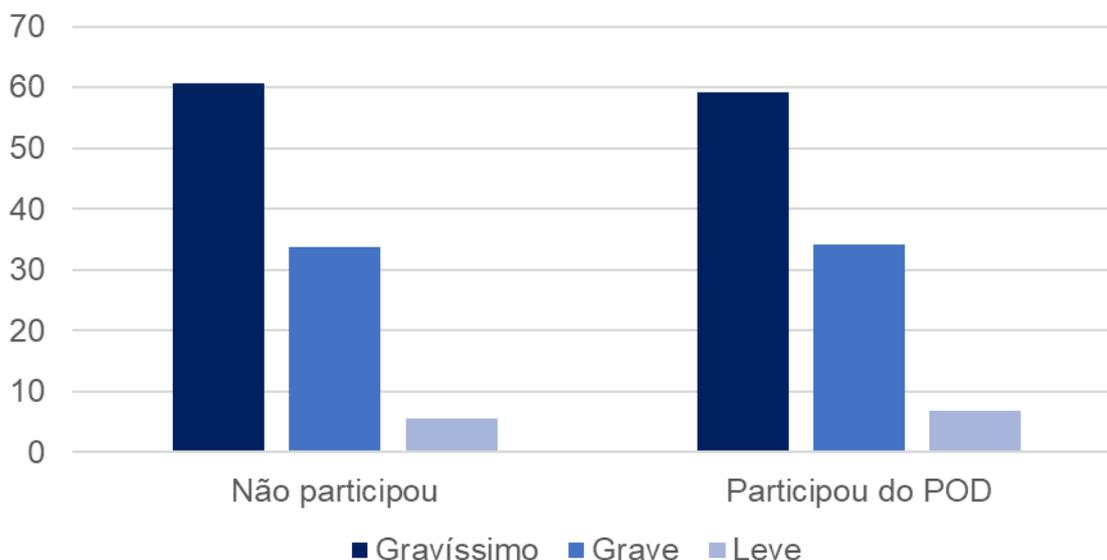


Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

No que diz respeito ao atraso escolar temos mais um caso de números muito próximos entre os dois grupos. Tendo como destaque a faixa de 4 a 6 anos de atraso (53,8% dos participantes e 50,7% do não participantes), seguido pela faixa de 1 a 3 anos de atraso (30,3% dos participantes e 28,2% das não participantes), logo após temos a faixa de 7 anos (14,4% dos participantes e 16,2% dos não participantes) e um número baixo de jovens sem atraso (1,4% dos participantes e 5% dos não participantes).

Partindo para questões mais ligadas ao ato infracional e à medida socioeducativa, o gráfico e a tabela a seguir trazem o cruzamento entre a participação no programa e a gravidade do ato infracional (de acordo com a classificação do ECA) cometido e a média de tempo de permanência na FASE dos participantes e não participantes.

Gráfico 11 – Gravidade de ato infracional (ECA)<sup>27</sup>, segundo a participação no POD - Socioeducativo.



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Tabela 10: Tempo de permanência na FASE de acordo com a participação no programa.

Tempo de permanência na FASE em meses			
Participação no POD - Socioeducativo	Média	N	D. P.
<b>Não</b>	19,42	624	11,474
<b>Sim</b>	18,81	132	10,722
<b>Total</b>	<b>19,31</b>	<b>756</b>	<b>11,328</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

<sup>27</sup> Leves: Análogos aos crimes de menor potencial ofensivo e médio potencial ofensivo. (Ex: Porte ilegal de armas, descumprimento de medida, furto simples, lesão corporal, busca e apreensão após fuga).

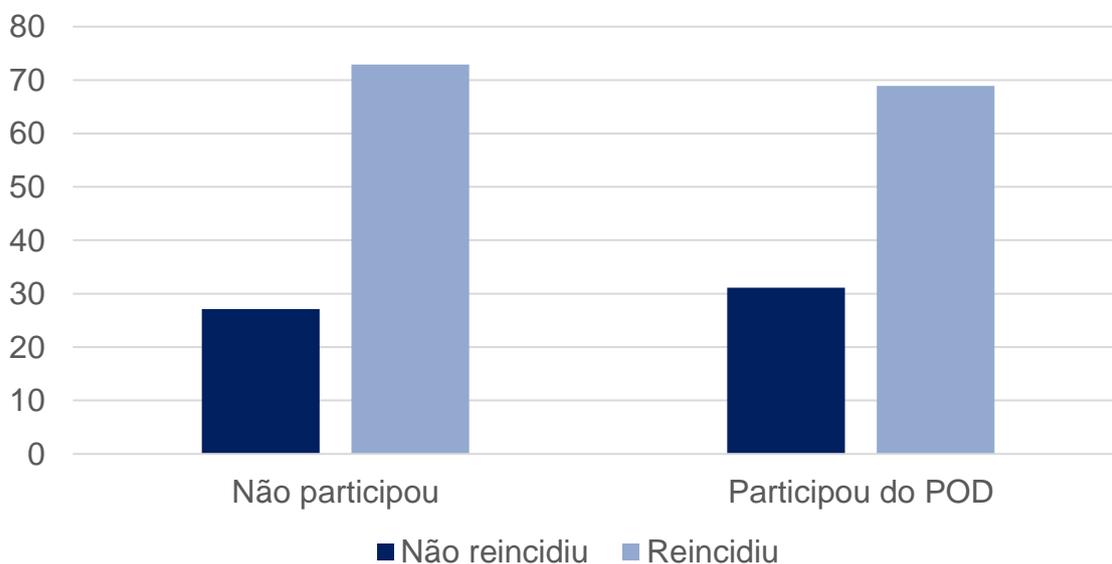
Graves: Análogos a crimes de maior potencial ofensivo, cometidos sem violência ou grave ameaça. (Ex: Violação de domicílio, tráfico de drogas, furto qualificado).

Gravíssimos: Análogos a crimes de maior potencial ofensivo, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. (Ex: Estupro (e tentativa), Homicídio (e tentativa), Latrocínio (e tentativa), Roubo).

Nestes casos a diferença é muito pequena, com menos de 1% de diferença nas categorias entre os dois grupos. Entre os participantes temos 59,1% que cometeram atos classificados como gravíssimos, 34,1% com atos considerados graves e 6,8% atos considerados leves. Entre os não participantes estes números são 60,7%, 33,7% e 5,6%, respectivamente<sup>28</sup>. Em tese apenas atos infracionais gravíssimos devem ser passíveis de internação na FASE, porém há exceção quando se trata de reincidência no cometimento ou quando o jovem descumpra de forma deliberada uma medida mais branda. Quanto ao tempo de permanência na FASE a média dos dois grupos é bem próxima e o desvio padrão consideravelmente alto, o que indica uma grande variação dentro dos grupos.

Por fim trazemos a comparação da reincidência entre todos aqueles que participaram do POD e todos que não participaram, apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 12 – Reincidência infracional, segundo a participação no POD - Socioeducativo.



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

<sup>28</sup> Ao fazer o mesmo cruzamento com a variável que especifica o ato infracional cometido, em nenhuma das categorias a diferença entre os grupos foi maior que 2 pontos percentuais.

Enquanto 72,9% dos jovens que não participaram do POD reincidiram, entre os que participaram do programa este número foi de 68,9%, uma diferença bem pequena.

Como foi possível observar, apenas com cruzamentos simples não conseguimos extrair muitas informações dos nossos dados além de que aparentemente não há uma diferenciação clara entre os adolescentes que participam ou não do programa. Por isso se fez necessária uma análise mais complexa, tanto para conseguir mensurar o *background* familiar dos jovens quanto para medir a eficácia no programa. No próximo capítulo temos esta análise mais avançada, com a utilização das técnicas de correspondência múltipla e análise de clusters para criar uma tipologia de mensuração do background familiar, além da análise de regressão logística, através da qual serão testadas as hipóteses da pesquisa.

## 4. FAMÍLIA, REINCIDÊNCIA E POD - SOCIOEDUCATIVO

O capítulo que segue é dividido em três partes. A primeira e a segunda são dedicadas ao processo de análise estatística que resultou na criação dos tipos de *background* familiar que são utilizados nos modelos de regressão, abordando detalhadamente os processos de análise de correspondência múltipla e de análise de clusters que geraram a tipologia formada por três perfis de egresso da FASE de acordo com o *background* familiar. Na primeira parte abordamos com mais detalhes a análise de correspondência múltipla e, na segunda, a análise de clusters. Também são realizados cruzamentos entre as principais variáveis que entraram na análise de correspondência múltipla e os perfis encontrados, buscando ter uma visão mais ampla sobre as características de cada grupo. Na terceira parte são apresentados os modelos de regressão, os resultados dos testes das hipóteses de pesquisa, e, a partir destes, foram construídas as conclusões e considerações finais do trabalho.

### 4.1. Entendendo as categorias que formam o *background* familiar

O principal objetivo desta etapa da pesquisa foi encontrar uma forma de diferenciar os adolescentes egressos da FASE de acordo com seu *background* familiar. Para isso foram consideradas as variáveis presentes na base de dados que utilizamos para mensurar essa questão. Para tanto optamos por utilizar a técnica de Análise de Correspondência Múltipla (MCA<sup>29</sup>), um método de análise de variáveis categóricas que tem como objetivo dispor de forma geométrica os dados de tabelas de contingência complexas e/ou extensas, utilizando gráficos para auxiliar na interpretação das correlações. A MCA possui a mesma lógica da Análise de Correspondência “Simples” (CA<sup>30</sup>), porém possibilitando o cruzamento de mais de duas variáveis. Enquanto na CA temos duas variáveis formando uma tabela de contingência com uma variável na linha e outra na coluna, na MCA podemos incluir diversas variáveis, sendo que cada categoria de cada variável forma uma coluna e

---

<sup>29</sup> Sigla em inglês correspondente à Multiple Correspondence Analysis.

<sup>30</sup> Sigla em inglês correspondente a Correspondence Analysis.

cada caso (ou indivíduo) é uma linha. O objetivo da MCA é dispor os indivíduos (linhas) e as categorias (colunas) em um espaço dimensional onde quanto mais próximas as categorias ou indivíduos, mais semelhança entre eles, e quanto mais distantes, mais diferença (LEROUX e ROUANET, 2010). Desta forma, é possível identificar categorias que possuem relação umas com a outras e como essas relações se distribuem entre os indivíduos.

O primeiro passo para realização da MCA foi determinar a quantidade de dimensões que utilizaríamos na análise, processo que passou por diversos testes dentro do software de análise estatística SPSS, na tentativa de encontrar a alternativa que melhor explicasse a variação dos dados. Para compreender melhor o processo e os critérios utilizados, é importante destacar alguns conceitos principais que envolvem MCA e que influenciam neste processo de decisão.

As dimensões (ou eixos)<sup>31</sup> são os componentes que armazenam as coordenadas dos objetos a serem analisados, neste caso, as categorias e os indivíduos. É através das coordenadas nesses eixos que são formadas as nuvens de pontos, que são o tipo de gráfico gerado pela MCA, sendo uma nuvem de pontos de indivíduos e outra de categorias. É a análise das duas que permite ao pesquisador encontrar correlações e tipificar os indivíduos de acordo com suas coordenadas e as coordenadas das categorias próximas a ele.

Não é necessário nem indicado utilizar um número excessivo de dimensões em uma análise, e existem dois principais motivos para isso: a proporção de explicação da variância diminui a cada dimensão, fazendo com que as dimensões progressivamente percam significância, tornando-as dispensáveis para a análise; além disso, quanto mais dimensões, maior a dificuldade de análise dos gráficos, o que a partir de certo ponto torna a análise impraticável, ainda mais se considerarmos que a principal função da MCA é simplificar a análise de tabelas de contingência. Se essa análise se tornar excessivamente complexa o método acaba perdendo o sentido. Em geral trabalha-se com um número de 1 a 3 dimensões de análise, a depender dos dados analisados, sendo mais comum a utilização de dois

---

<sup>31</sup> Dimensões e eixos serão tratados como sinônimos daqui em diante, sendo utilizados de forma alternada ao longo do texto.

eixos, na qual uma dimensão corresponde ao eixo x e a outra ao eixo y de um gráfico no qual a nuvem de categorias ou de indivíduos é disposta em torno do ponto zero (ou origem), que é o ponto onde os dois eixos se encontram.

De acordo do Leroux e Rouanet (2010, pág. 51) “A escolha do número dos eixos a serem interpretados é baseada no decréscimo dos autovalores, os valores modificados acumulados [a porcentagem acumulada da inércia] e a interpretabilidade dos eixos”. Utilizando estes critérios optamos por trabalhar com apenas um eixo, ou seja, utilizando apenas a primeira dimensão de análise para diferenciar e classificar os adolescentes. Cada etapa correspondente aos critérios mencionados acima será abordada a seguir, além de outros fatores extras que contribuíram para a decisão.

Cada dimensão possui um determinado autovalor, que determina sua inércia. A inércia é o que mede a variância dos objetos da tabela de contingência a ser analisada, e está ligada às distâncias de qui-quadrado (que como já mencionado anteriormente é a estatística usada para medir correlações entre variáveis categóricas). É comum que inércia e variância sejam consideradas como sinônimos (CLAUSEN, 1998, pág. 14), já que refletem a ligação entre a dimensão e todas as variáveis. Cada categoria de cada variável possui uma contribuição para a inércia, e, portanto, um autovalor. Para cada dimensão cada variável possui uma proporção de contribuição diferente, conhecidas como “medidas de discriminação”, que indicam quanto cada variável explica da inércia de cada dimensão. As medidas de discriminação foram um dos fatores que contribuíram para a análise de quantos eixos utilizaríamos para além dos três critérios citados acima.

O primeiro critério mencionado para determinar a quantidade de eixos de análise é o decréscimo dos autovalores. Como dito anteriormente, o primeiro eixo sempre possui uma maior capacidade de explicação da variância, o que é medido pelo seu autovalor. O número máximo de dimensões de análise depende da quantidade de categorias inseridas na análise. No nosso caso são 6 variáveis que formam um total de 19 categorias. O número máximo de dimensões é sempre a quantidade de categorias menos um, sendo assim, o número máximo de

dimensões que podem ser criadas para a matriz de dados aqui analisada é de 18 dimensões.

Algo usual em matrizes de dados com muitas categorias é justamente a grande quantidade de dimensões que podem emergir dos dados, o que acaba fazendo com que a porcentagem da inércia explicada pelos primeiros eixos (os principais) fique muito pequena. Para isso Benzécri (1992, p. 412 apud LEROUX e ROUANET, 2010, pág. 39) propôs que se utilizasse valores modificados de inércia (*modified rates*). Para calculá-los são utilizadas as dimensões que possuem um autovalor maior que o valor médio dos autovalores se considerarmos todas as dimensões possíveis, neste caso 18. Para encontrar a média dos autovalores rodamos uma MCA com o número máximo de dimensões, e a soma dos autovalores de todas elas totalizava 15,098, o que significa 2,516 de inércia total do modelo. A média dos autovalores foi 0,839 e a inércia média 0,140. Seguindo a proposta de Benzécri, apenas as dez dimensões que possuíam um autovalor maior que 0,839 (ou inércia maior que 0,140) foram consideradas para calcular os valores modificados de inércia, que variam de 0 a 1, e convertidos para percentuais correspondem a proporção de explicação da inércia total de cada eixo<sup>32</sup>. A tabela 10 a seguir possui um resumo do modelo listando os dez primeiros eixos.

---

<sup>32</sup> Para uma explicação mais detalhada sobre o cálculo dos valores modificados de inércia, bem como as fórmulas e cálculos utilizados no processo ver Leroux e Rouanet (2010, pág. 39).

Tabela 11 – Resumo da Análise de Correspondência Múltipla com 10 eixos

<b>Sumarização do modelo</b>						
<b>Dimensão</b>	<b>Alfa de Cronbach</b>	<b>Variância contabilizada para</b>			<b>Val. Mod.</b>	
		<b>Total (autovalor)</b>	<b>Inércia</b>	<b>Val. Mod.</b>	<b>Acumulados</b>	
<b>1</b>	0,629	2,102	0,350	0,535	0,535	
<b>2</b>	0,431	1,560	0,260	0,175	0,710	
<b>3</b>	0,291	1,319	0,220	0,078	0,788	
<b>4</b>	0,277	1,300	0,217	0,072	0,860	
<b>5</b>	0,240	1,250	0,208	0,056	0,916	
<b>6</b>	0,151	1,144	0,191	0,032	0,948	
<b>7</b>	0,132	1,123	0,187	0,027	0,974	
<b>8</b>	0,044	1,038	0,173	0,013	0,988	
<b>9</b>	-0,010	0,992	0,165	0,008	0,995	
<b>10</b>	-0,048	0,962	0,160	0,005	1,000	
<b>Total<sup>a</sup></b>		<b>15,098</b>	<b>2,516</b>	<b>1,000</b>		
Média <sup>a</sup>	0,214	0,839	0,140			

<sup>a</sup> Os valores totais e médias são referentes ao total de dimensões, não apenas às primeiras dez aqui exibidas.

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Os autovalores, como usual, diminuem a cada dimensão, sendo que a primeira dimensão se destaca. Quanto maior a diferença de um eixo para o outro, maior o destaque do mesmo, tendo em vista que autovalores próximos indicam que não há uma alteração significativa na contribuição do eixo para a inércia (ou variância) total, que é a soma da inércia de todas as dimensões. A diferença do primeiro para o segundo eixo é de 25,79%, enquanto do segundo para o terceiro eixo essa diferença já diminuiu para 15,43%, sendo esta a última diferença significativa. Da terceira para a quarta dimensão a diferença já diminuiu para 1,48%, e daí em diante as diferenças de um eixo para o outro permanecem baixas. Levando em consideração apenas o decréscimo dos autovalores poderíamos escolher trabalhar com três dimensões de análise, porém ainda há outros fatores que influenciaram na decisão do número de eixos de análise.

Um dado apresentado na tabela é o índice de Alfa de Cronbach, tradicionalmente utilizado para medir a confiabilidade de um conjunto de dados. Em geral o alfa de Cronbach é utilizado para medir a confiabilidade de um questionário baseada nas repostas fornecidas pelos sujeitos pesquisados. O índice gera um

valor que vai de 0 a 1, no qual valores de 0 a 0,20 indicam uma confiabilidade pequena, de 0,21 a 0,40 confiabilidade razoável, 0,41 a 0,60 confiabilidade razoável, de 0,61 a 0,80 confiabilidade substancial e 0,81 a 1,0 confiabilidade quase perfeita (LANDIS e KOCH, 1977). Neste caso indicam o nível de confiabilidade de cada eixo para explicação da variância, sendo a confiabilidade do primeiro e segundo eixo e classificadas como substancial (0,629) e moderada (0,431), respectivamente. As demais dimensões possuem um índice de confiabilidade razoável ou pequena.

O segundo critério para escolha do número de dimensões a serem utilizadas na análise é a porcentagem acumulada dos valores modificados de inércia, que podem ser vistos na última coluna da tabela 11. O primeiro eixo sozinho é responsável por explicar 53,5% da inércia, que já é um bom valor se considerarmos que temos uma quantidade razoavelmente grande de categorias e indivíduos. Se adicionarmos o segundo eixo esse valor aumenta para 71%. Daí pra frente cada eixo acrescenta pouco à proporção da inércia explicada, o que faz com que os dois primeiros eixos se destaquem como aqueles a serem considerados para a construção das nuvens de categorias e de indivíduos.

Levando em consideração as informações trazidas até agora faria sentido optarmos por trabalhar com duas dimensões de análise, que é o mais usual em se tratando de análise de correspondência múltipla. Porém, como destacado anteriormente, optamos por utilizar apenas um, não apenas pelo fato de ele sozinho explicar uma proporção satisfatória da inércia, mas, principalmente, devido ao terceiro critério trazido por Le Roux e Rouanet (2010) para escolha no número de dimensões de análise: a interpretabilidade dos eixos. É fundamental que ao observar os gráficos e o comportamento dos elementos, em especial os gráficos individuais de cada variável e a nuvem de categorias, o pesquisador consiga observar as relações e oposições ali presentes, conseguindo identificar o fenômeno ou características dos dados que cada eixo está medindo.

As variáveis utilizadas para construção da MCA e as categorias que compõem cada uma delas estão descritas na tabela 12 (abaixo), para facilitar a leitura dos gráficos.

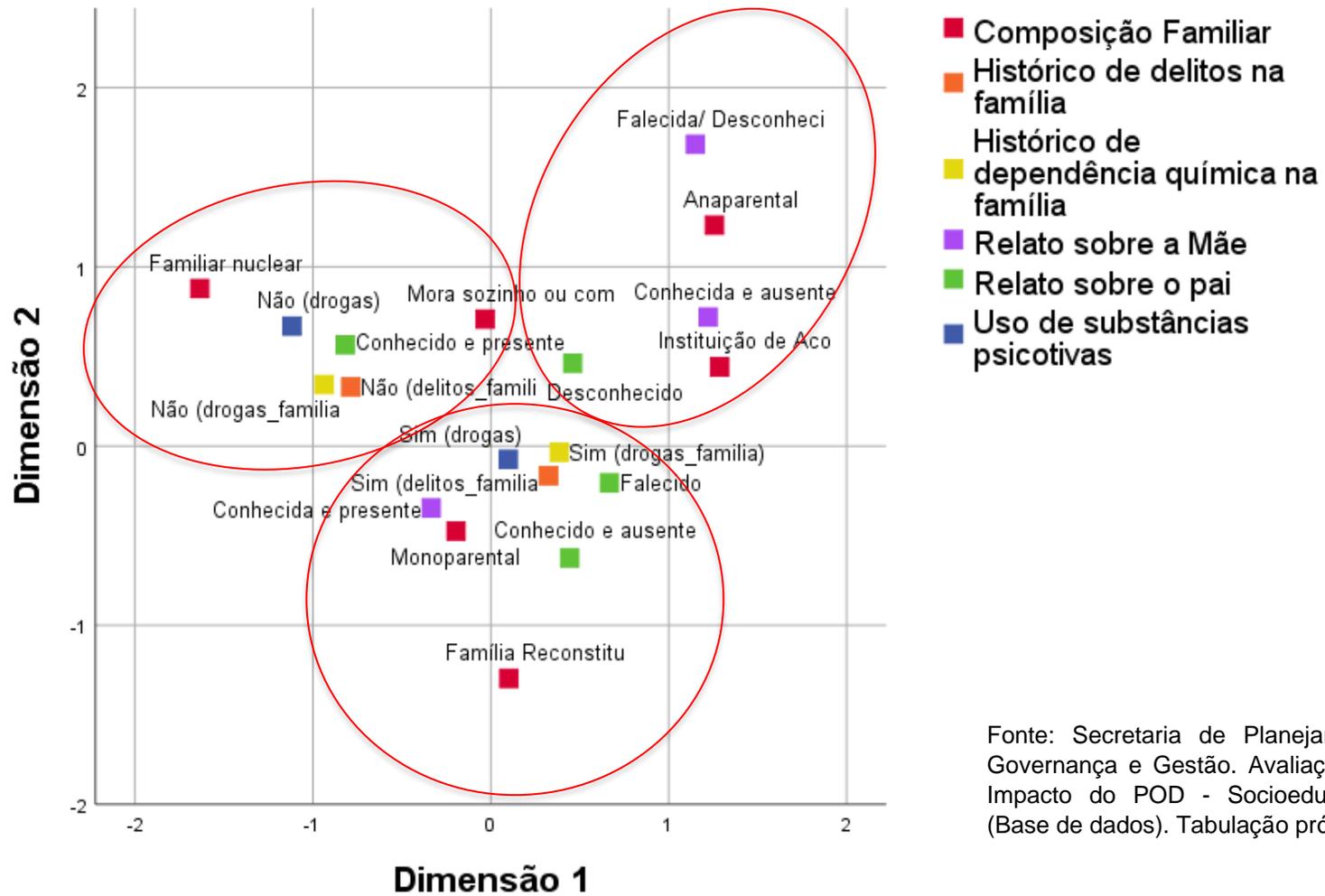
Tabela 12 – Variáveis e categorias que compõe a MCA.

<b>Variável</b>	<b>Categorias</b>
Relato sobre a mãe	Conhecida e presente
	Conhecida e ausente
	Falecida/Desconhecida
Relato sobre o pai	Conhecido e presente
	Conhecido e ausente
	Desconhecido
	Falecido
Composição Familiar	Familiar nuclear
	Monoparental
	Anaparental
	Família reconstituída
	Mora sozinho ou com cônjuge
	Instituição de acolhimento / Rua / Outros
Uso de substâncias psicoativas	Sim
	Não
Histórico de delitos na família	Sim
	Não
Histórico de dependência química na família	Sim
	Não

Fonte: Tabulação própria.

Para ilustrar melhor a questão interpretabilidade, no gráfico 7 a seguir temos a nuvem de categorias gerada utilizando dois eixos de análise, na qual podemos verificar a forma com que as categorias se dispõem no gráfico. Quanto mais próximas, maior a relação entre elas.

Gráfico 13 – Nuvem de pontos de categoria MCA com dois eixos



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

A análise tanto dos gráficos individuais das variáveis quanto do gráfico com escala padronizada com todas elas (nuvem de categorias, Gráfico 7) deixa clara a interpretação da primeira dimensão (eixo x), unindo, à esquerda, categorias como ausência de delitos e dependência química nas famílias, composição familiar tradicional, presença do pai e não uso de drogas - o que indica cenários mais “favoráveis”, ou de menor vulnerabilidade. Mais próximo da origem (centro do gráfico) temos categorias “médias”, no sentido de que são as mais comuns entre os jovens, como família monoparental (em 81,7% dos casos chefiada pela mãe) e reconstruída<sup>33</sup> (em 97,4% dos casos mãe e padrasto), pai ausente ou falecido, uso de drogas e histórico de delitos e dependência química na família. Mais à direita temos categorias como famílias anaparentais (sem a presença de nenhum dos genitores), moradia em instituições de acolhimento ou rua e mãe ausente ou falecida, indicando situações de maior vulnerabilidade. Os grupos formados por essas categorias foram circulos para facilitar a interpretação e comparação com a nuvem de categorias com um eixo que virá a seguir.

A interpretação do primeiro eixo sugere que ele separa, da esquerda para a direita, situações de menor e maior vulnerabilidade. Em compensação, o segundo eixo não apresenta uma interpretação clara, apesar de adicionar 17,5 pontos percentuais à proporção de explicação da inércia não fica claro qual as relações/oposições que ele está medindo.

Um dado que auxilia na compreensão da interpretabilidade são as medidas de discriminação, que medem o quanto cada variável contribui para a inércia de cada dimensão. Ao observar quais são as variáveis que mais explicam cada dimensão podemos ter uma noção do que cada uma delas está medindo. Abaixo temos a tabela 12 e um gráfico 8 que representam as medidas de discriminação da MCA com dois eixos.

---

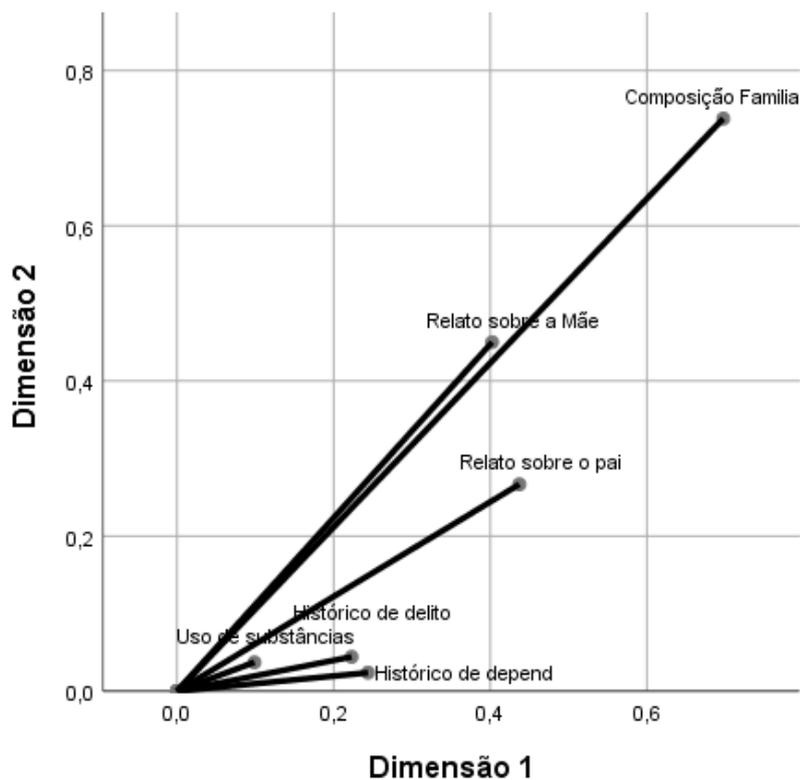
<sup>33</sup> Família reconstituída é o termo utilizado para se referir àquelas famílias formadas por um casal na qual pelo menos um dos cônjuges possui filho de relação anterior.

Tabela 13 – Medidas de discriminação

	Dimensão		Média
	1	2	
<b>Relato sobre a Mãe</b>	0,402	0,450	0,426
<b>Relato sobre o pai</b>	0,437	0,267	0,352
<b>Composição Familiar</b>	0,698	0,738	0,718
<b>Uso de substâncias psicotivas</b>	0,099	0,037	0,068
<b>Histórico de delitos na família</b>	0,223	0,044	0,134
<b>Histórico de dep. quím. na famíli</b>	0,244	0,024	0,134

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Gráfico 14 – Medidas de discriminação



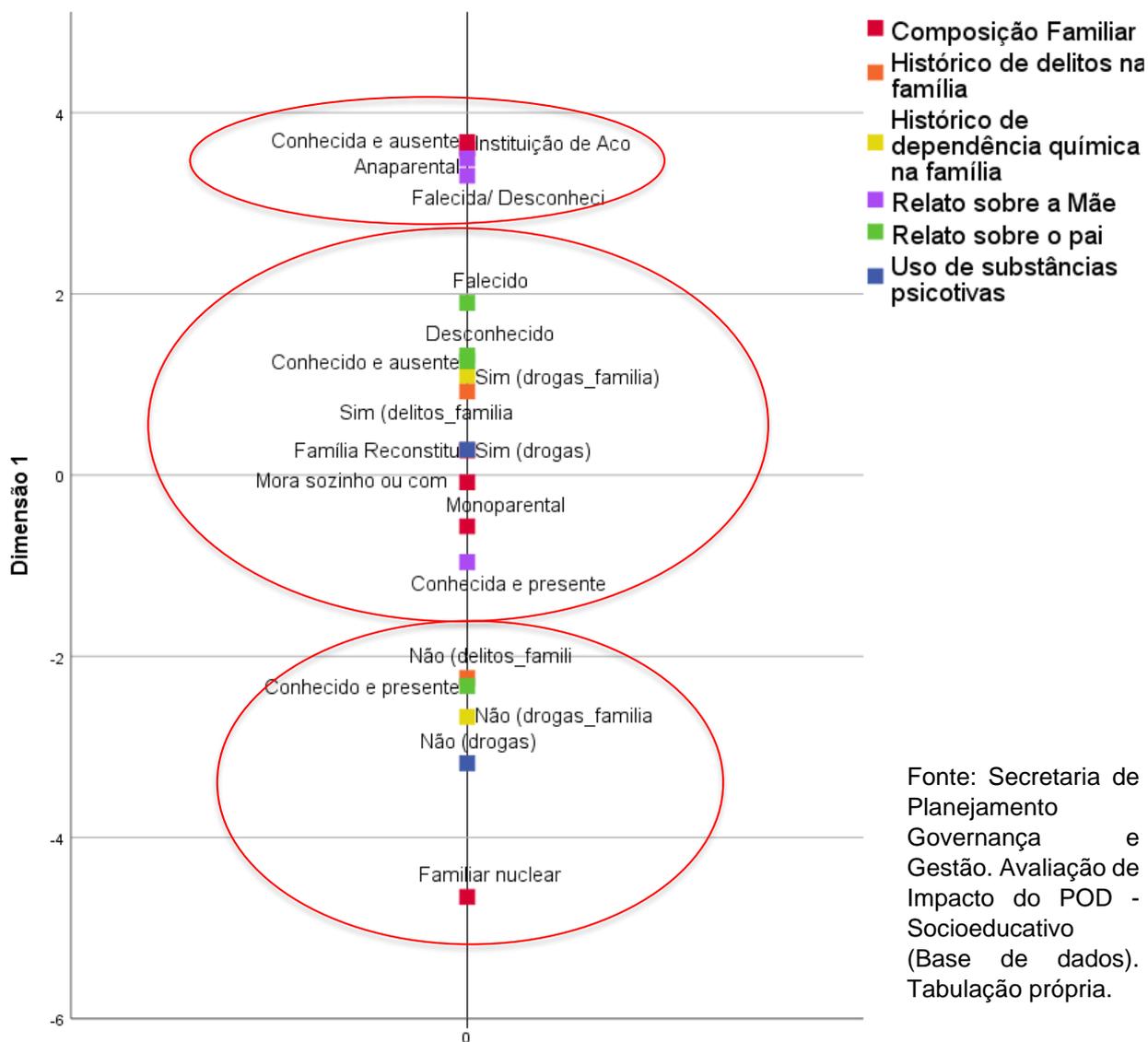
Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Na tabela 13 podemos ver os valores da contribuição de cada variável para a construção de cada dimensão. As variáveis que mais se destacam são Composição Familiar (explicando 33,2% do eixo 1 e 47,3% do eixo 2), Relato sobre o pai (explicando 20,8% do eixo 1 e 17,1% do eixo 2) e Relato sobre a mãe (explicando 19,1% do eixo 1 e 29,9% do eixo 2).

Nas duas dimensões a variável com maior contribuição é Composição Familiar, seguido de Relato sobre o pai na primeira dimensão e Relato sobre a mãe na segunda. Podemos perceber através do gráfico que todas as demais variáveis estão mais próximas do primeiro eixo, pois possuem uma maior contribuição para ele. Entre as três variáveis que se destacam há diferença nas contribuições para cada uma das dimensões, porém essa diferença é pequena, indicando que elas possuem uma contribuição parecida para cada um dos eixos, o que evidencia que na verdade uma dimensão está reforçando a outra. Ou seja, apesar de haver diferença entre as dimensões, na prática não há uma interpretação clara da segunda dimensão, pois ela apenas reforça a primeira.

O gráfico 9 a seguir traz a nuvem de categorias com apenas um eixo de análise, que é o modelo que utilizaremos nas próximas etapas da análise estatística. Assim como no gráfico 7, circulamos os grupos de categorias que estão mais próximos, para efeito de comparação.

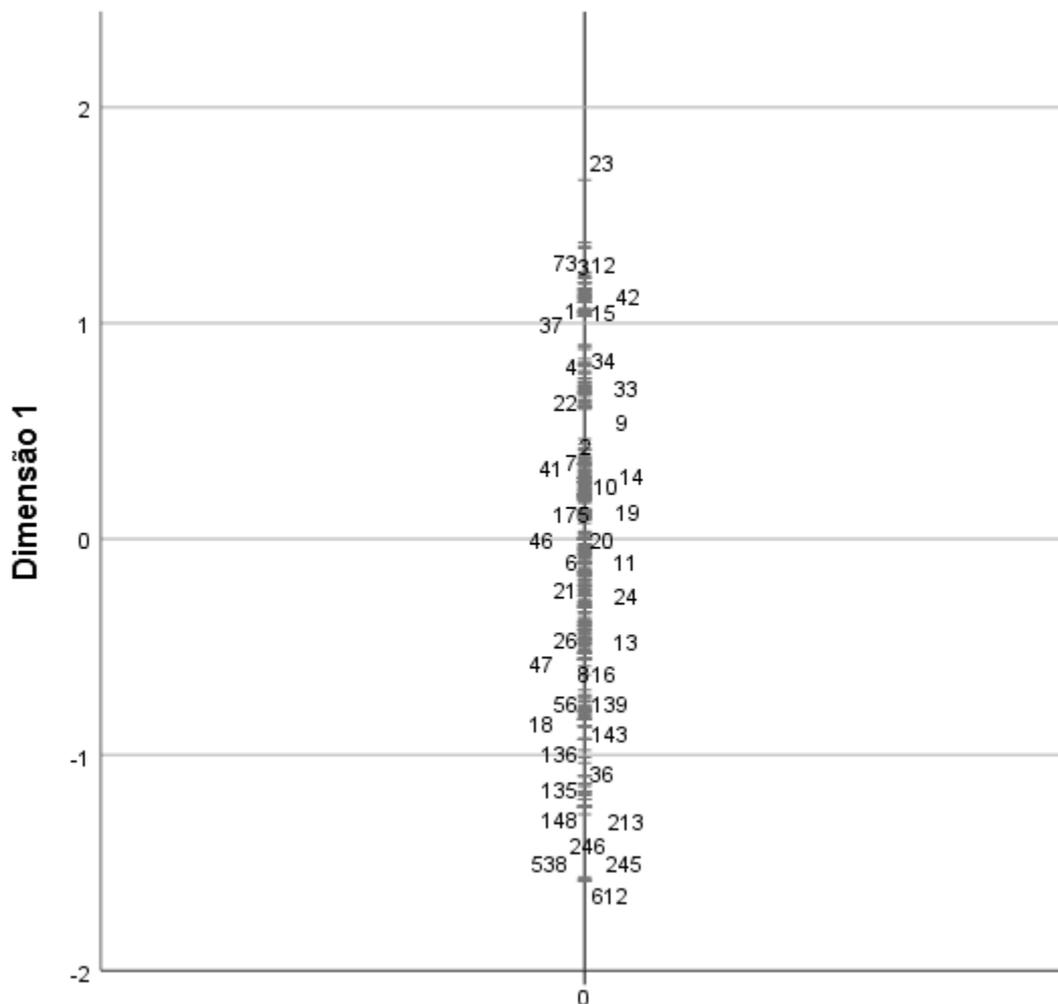
Gráfico 15 – Nuvem de pontos de categoria MCA com um eixo.



Comparando as duas nuvens de categorias (Gráfico 7 e Gráfico 9) podemos observar, circuladas, as categorias que estão mais próximas formando três grupos. O que deixa claro que a segunda dimensão estava, na verdade, apenas reforçando a primeira é o fato de que os grupos de categorias próximas são praticamente iguais, que são aqueles evidenciados pelo primeiro eixo, com exceção de algumas categorias que se incorporaram ao grupo “médio” no modelo com apenas uma dimensão de análise. Neste gráfico a primeira dimensão que antes aparecia no eixo X (horizontal) agora aparece no eixo Y (vertical), e separa de cima para baixo as situações de maior e menor vulnerabilidade.

O modelo com apenas um eixo de análise acaba sendo satisfatório tanto pelo bom percentual de explicação da inércia total (53,5%) quanto pela facilidade de interpretação dos resultados, ordenando de cima para baixo as categorias que indicam maior e menor vulnerabilidade. A nuvem de indivíduos (Gráfico 16), dispõe os indivíduos em uma reta que varia de 2 até -2, no qual, de acordo com a interpretabilidade do eixo, quanto mais próximo de 2 (mais pra cima no gráfico) mais vulnerável tende a ser o *background* familiar do jovem, e quanto mais próximo de -2 (mais para baixo no gráfico), menos vulnerável.

Gráfico 16 – Nuvem de pontos de objetos (indivíduos)



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

É com base na posição de cada indivíduo no eixo que foram determinados os tipos de background familiar que entraram na análise de regressão logística posteriormente. Para formar essa tipologia foi utilizada a técnica de análise de clusters, que separou os indivíduos em três grupos de características semelhantes, processo que é detalhado na sessão a seguir.

#### **4.2. A tipologia de mensuração do background familiar**

O objetivo principal da aplicação da análise de cluster aqui foi classificar os indivíduos em grupos (correspondentes aos tipos) de acordo com resultado da análise de correspondência múltipla, fazendo com que dentro dos grupos tivéssemos jovens com backgrounds familiares parecidos, e uma diferença significativa entre os grupos. A análise de cluster pode ser definida como:

“Análise de cluster” é um nome genérico para uma ampla variedade de procedimentos que podem ser utilizados para criar uma classificação. [...] um método de clusterização é procedimento estatístico multivariado que começa com um conjunto de dados contendo informações sobre uma amostra de entidades e tentativas de reorganizar essas entidades em grupos relativamente homogêneos.” (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, pág. 7, tradução nossa)<sup>34</sup>

Uma possibilidade que teríamos, devido ao fato de termos utilizado apenas um eixo na MCA, seria utilizar a posição dos indivíduos nesse eixo como uma variável de tipo intervalar, criando um índice que variasse de -2 a 2, no qual quanto mais próximo de 2 mais vulnerável a situação familiar do adolescente e quanto mais próximo de -2 menos vulnerável. A limitação deste tipo de abordagem é que estaríamos pressupondo que a cada pequena diferença entre os indivíduos teriam o mesmo impacto na questão por nós analisada, do background familiar, ou seja, que a cada decimal a mais ou a menos teríamos o mesmo efeito.

Tendo como base a distribuição das categorias da MCA (Gráfico 15), podemos observar três grupos de categorias mais evidentemente relacionadas, o

---

<sup>34</sup> ““Cluster analysis is the generic” name for a wide variety of procedures that can be used to create a classification. [...] a clustering method is a multivariate statistical procedure that starts with a data set containing information about a sample of entities and attempts to reorganize these entities into relatively homogeneous groups.” (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, pág. 7).

que indica que faz mais sentido para nossa análise agrupar estes indivíduos em tipos, que é uma variável mais eficiente de diferenciação entre os jovens do que as suas respectivas coordenadas no eixo da MCA.

Inicialmente, precisávamos saber com quantos clusters iríamos trabalhar, ou seja, quantos grupos (tipos) geraríamos a partir dos dados. Para isso utilizamos a técnica de análise hierárquica de clusters, com o método de ligação média entre grupos<sup>35</sup>, e a distância euclidiana ao quadrado como medida.

Com os parâmetros selecionados solicitamos que a análise retornasse quatro soluções diferentes, com dois, três, quatro e cinco clusters, para que fizéssemos a comparação e encontrássemos a melhor solução. Para identificar qual a melhor opção utilizamos análise de variância (ANOVA), que compara a variância interna dos grupos e a variância entre grupos. A intenção era achar uma solução em que houvesse pouca diferenciação entre os indivíduos dentro dos grupos e uma grande variação entre grupos, tendo como meta termos até 25% de variação dentro dos grupos e 75% entre os grupos.

Dentre as quatro soluções testadas a melhor opção foi a de três clusters. A tabela 13 mostra o resultado da análise de variância.

Tabela 14 – Tabela de ANOVA da solução com três clusters

Variação	Soma dos		% de	df	Quadrado		Sig.
	Quadrados	variância			Médio	Z	
Entre Grupos (combinado)	235	80,97	2	117,5	1604,077	,000	
Nos grupos	55,231	19,03	754	0,073			
<b>Total</b>	<b>290,231</b>	<b>100,00</b>	<b>756</b>				

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

<sup>35</sup> “Embora haja uma série de variantes do método [de ligação média entre grupos], cada uma calcula essencialmente uma média da similaridade de um caso em consideração com todos os casos no cluster existente e, subsequentemente, junta o caso a esse cluster se um determinado nível de similaridade for alcançado usando este valor médio. A variante mais comumente usada de ligação média calcula a média aritmética de semelhanças entre os casos.” (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, pág. 40. Tradução nossa).

A coluna de soma dos quadrados é que representa a quantidade de variância entre grupos e dentro dos grupos, ao lado temos o resultado em porcentagem. Na solução com três clusters obtivemos uma taxa de variação dentro dos grupos representando 19,03% de toda a variação, e 80,97% da variação entre os grupos, números melhores que os a meta de 25% e 75% estabelecida. A figura 2 traz os três grupos encontrados e a quantidade de indivíduos de cada um.

Figura 2 – Tipologia de background familiar

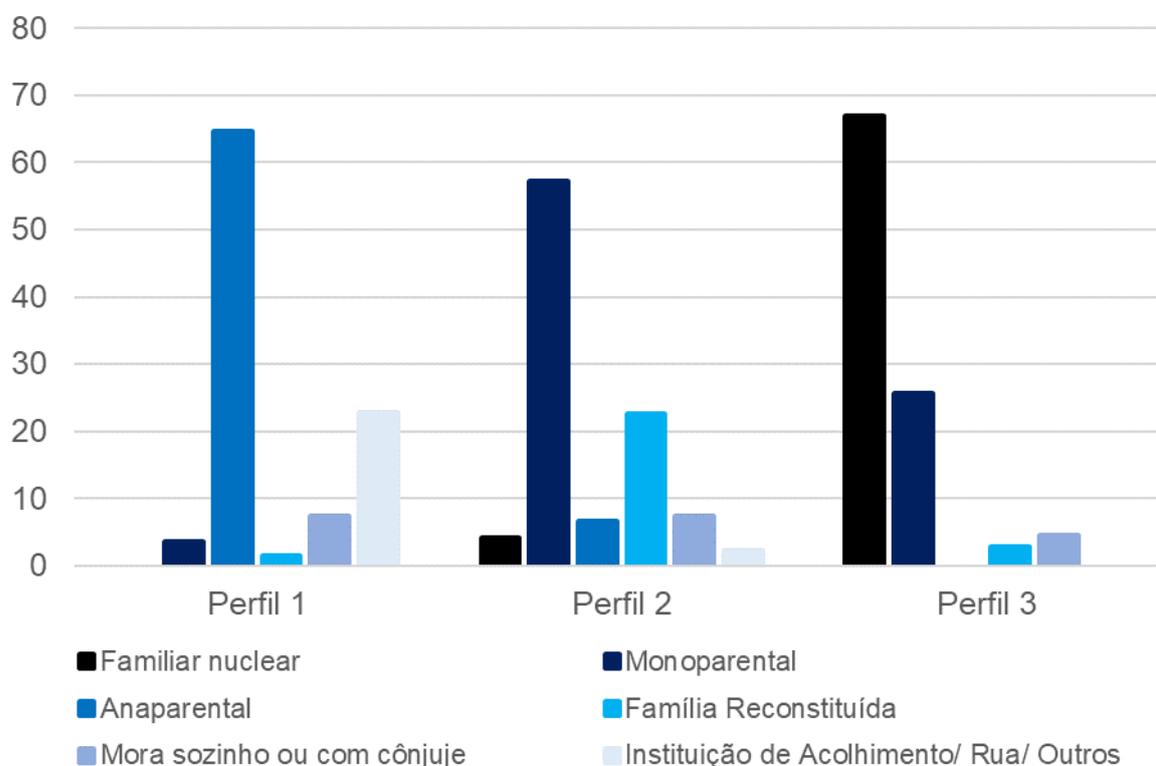


---

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Como visto anteriormente, a coordenada de cada indivíduo no eixo de análise da MCA é o que determina o grupo ao qual cada indivíduo faz parte, estando, portanto, relacionado com a nuvem de categorias (Gráfico 9). Assim, como temos três grupos de categorias que se destacam no gráfico da nuvem de categorias da MCA, também temos três perfis gerados a partir da análise de cluster, havendo uma ligação entre estes grupos e as categorias relacionadas. Para evidenciar melhor as diferenças entre os grupos usaremos alguns cruzamentos envolvendo as variáveis que formaram a análise de correspondência múltipla. Desta forma poderemos entender melhor as características mais comuns entre os adolescentes de cada um dos grupos, começando pela variável de maior inercia no nosso modelo de MCA, a composição familiar.

Gráfico 17 – Tipologia de background familiar, segundo a Composição familiar



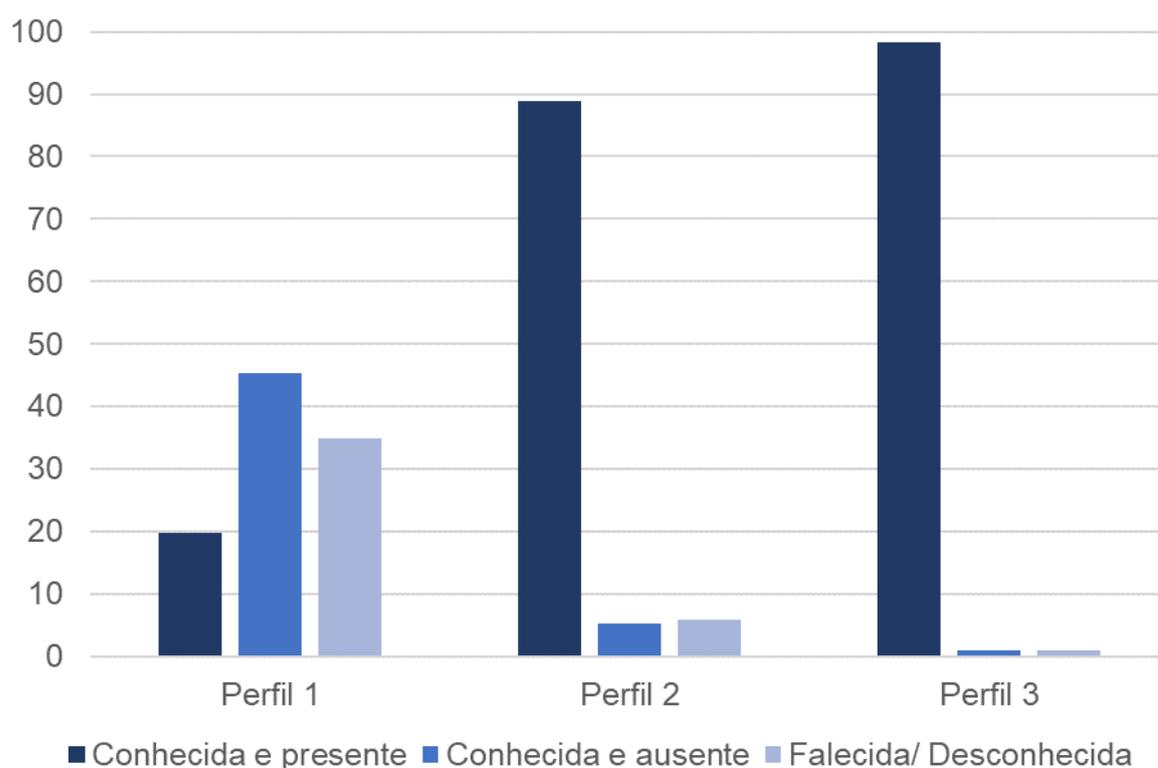
Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Em relação à composição familiar podemos notar uma divisão bem marcada entre os três grupos da tipologia. Entre os adolescentes do Perfil 1 (Mais vulnerável) é mais comum a presença de famílias anaparentais (sem a presença do pai e da mãe), em 65,7% dos casos, seguido de adolescentes que vivem em instituições de acolhimento, na rua, ou outras situações, com 22,8%. No Perfil 2 (Grupo médio) temos como composição familiar mais comum as famílias monoparentais (em sua maioria chefiadas pela mãe), que são equivalentes a 57,2% dos casos, seguidos de famílias reconstituídas (em sua maioria famílias compostas pela mãe do adolescente e seu cônjuge), com 22,5%. No Perfil 3 é mais comum adolescentes oriundos de famílias nucleares, que somam 67% dos casos, seguidos de famílias monoparentais, com 25,7%. Família monoparental é a única categoria de composição familiar que aparece como destaque em dois perfis diferentes, sendo

a mais comum no Perfil 2 e a segunda mais comum do Perfil 3. Como evidenciado pelo Gráfico 4, (Segundo capítulo, pág. 76) família monoparental com a mãe como chefe é a composição familiar mais comum entre os adolescentes.

As outras duas variáveis que se destacaram na MCA foram as que tratam da presença do pai e da mãe na vida dos adolescentes, os gráficos 12 e 13 trazem informações destas variáveis para cada um dos três perfis.

Gráfico 18 – Relato sobre a mãe, segundo a Tipologia de background familiar

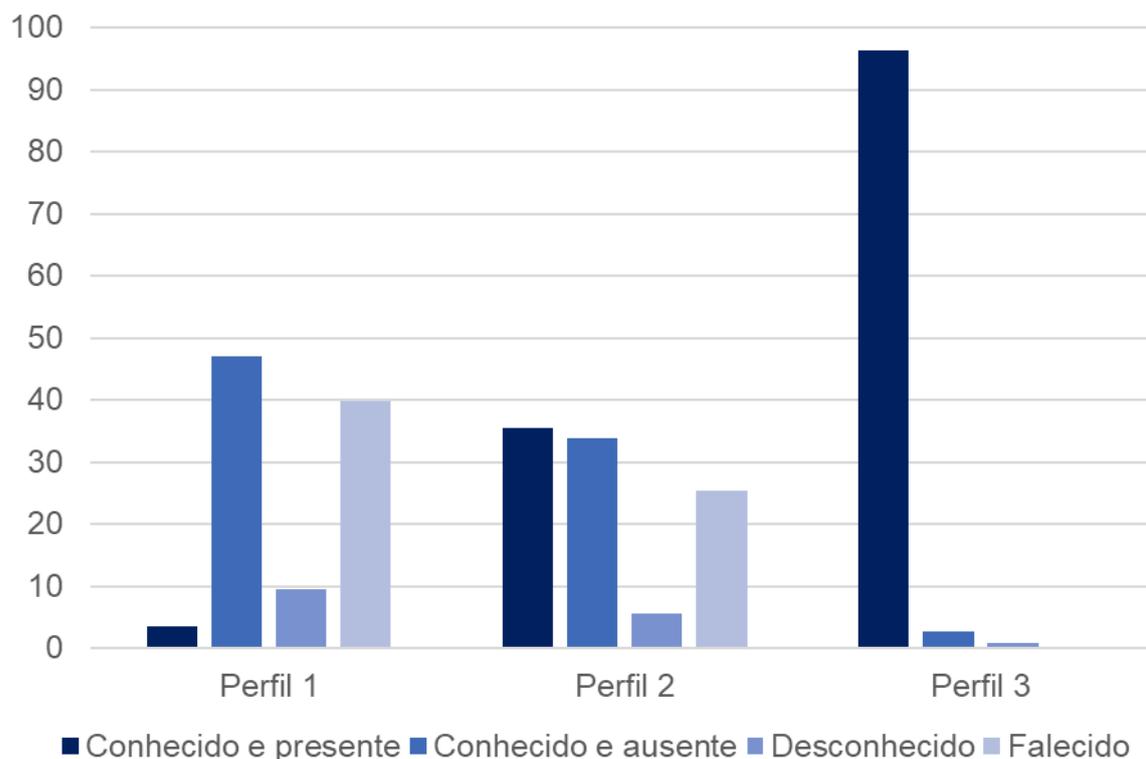


Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

No que diz respeito à presença da mãe na vida dos adolescentes temos uma distinção mais acentuada entre o Perfil 1 e os demais. No Perfil 2 e no Perfil 3 temos a maioria com a mãe conhecida e presente (88,9% no Perfil 2 e 98,2% no Perfil 3), o que faz sentido levando em conta que as composições familiares mais comuns nos perfis 2 e 3 envolvem a presença da mãe (Família Monoparental, reconstituída e Nuclear). No Perfil 1 temos uma parcela maior de jovens que tem a mãe como

conhecida e ausente (45,3%) seguido de falecida ou desconhecida (35%). Portanto, uma característica comum ao Perfil 1 é ausência materna.

Gráfico 19 – Relato sobre o pai, segundo a Tipologia de background familiar

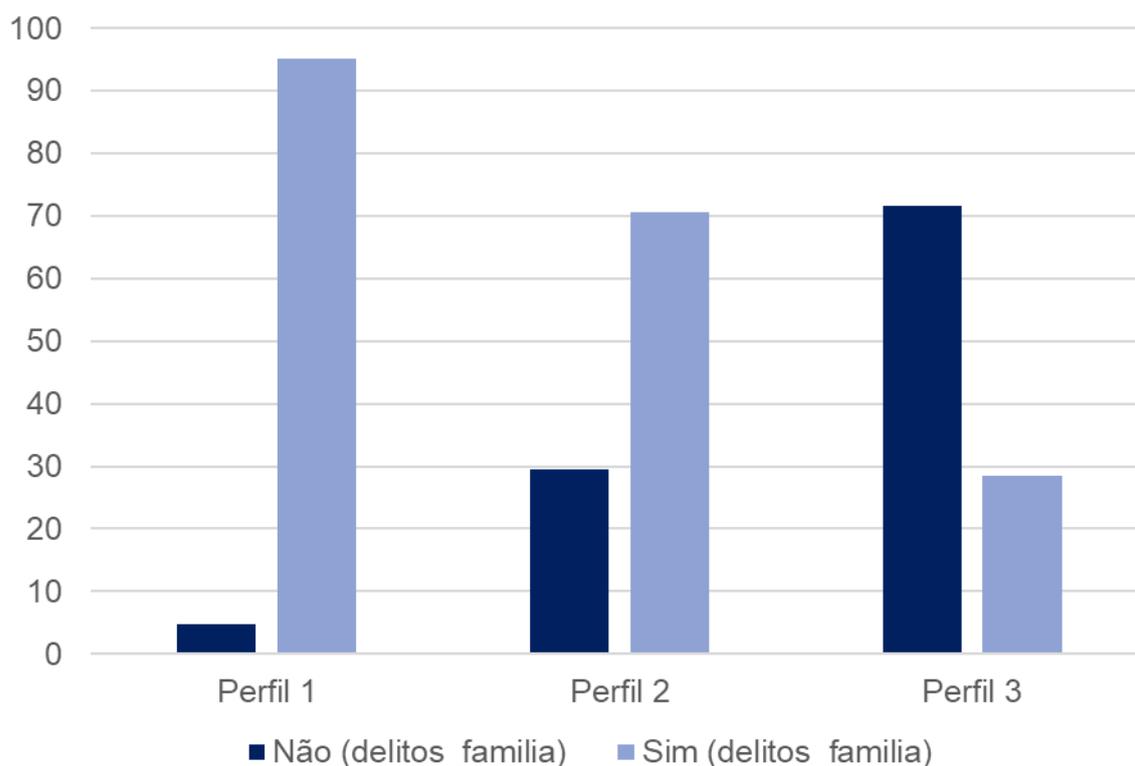


Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Sobre a presença do pai temos comportamentos distintos nos três perfis. No Perfil 1 se destacam os casos nos quais o pai é conhecido e ausente (47,1% dos casos) ou falecido (39,9% dos casos). No Perfil 3 temos um comportamento quase inverso, no qual 96,4% dos adolescentes têm o pai conhecido e presente em suas vidas, indo de acordo com o fato de que famílias nucleares são a maioria entre os adolescentes do Perfil 3. O que chama atenção é o Perfil 2, onde ainda que a composição familiar indique uma ausência paterna, em 35,4% dos casos o pai é conhecido e presente, número ligeiramente maior do que à parcela de adolescentes que têm o pai como conhecido e ausente 33,8%, em 25,3% dos casos o pai é falecido. Apesar de serem situações distintas (e por isso foram analisadas

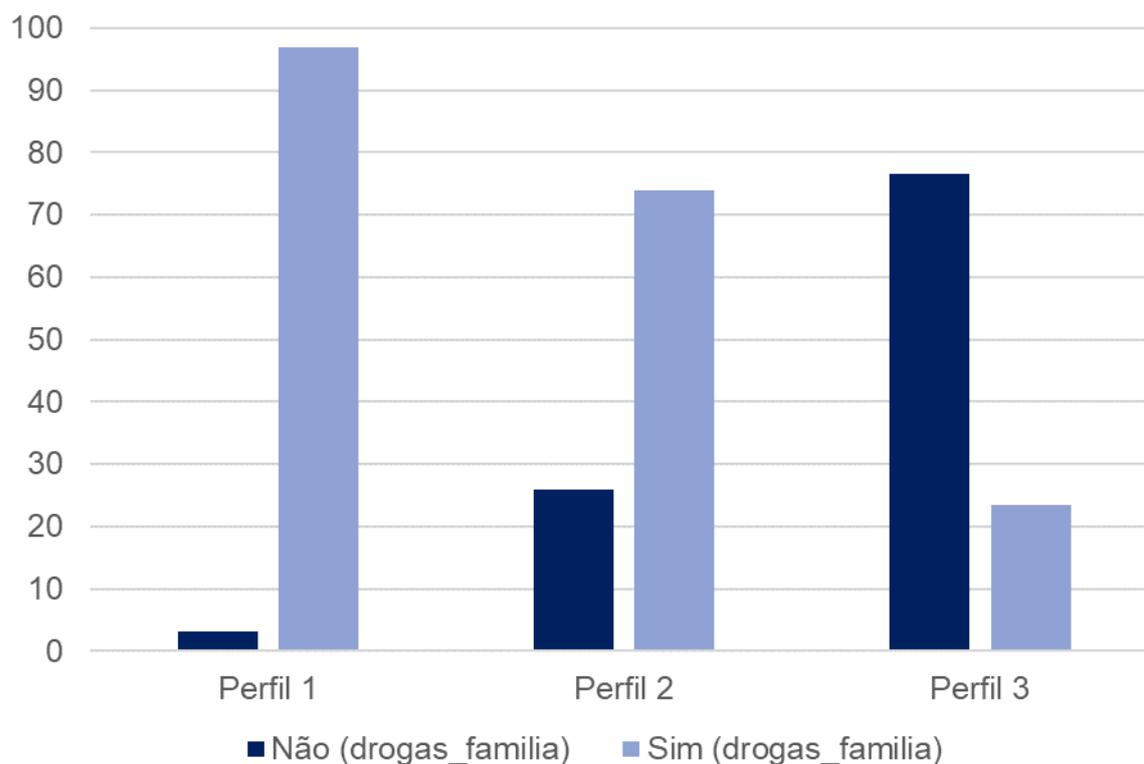
separadamente), se somarmos os valores das categorias “conhecido e ausente” e “falecido”, no Perfil 2 temos um total de 59,1% de adolescentes que não tem a figura paterna presente em suas vidas. Ainda sobre as questões familiares temos também a comparação entre os grupos no que diz respeito ao histórico de delitos e de dependência química na família.

Gráfico 20 – Histórico de delitos na família, segundo a Tipologia de background familiar



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Gráfico 21 – Histórico de dependência química na família, segundo a Tipologia de background familiar



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Quanto ao histórico de delitos na família temos no Perfil 1 uma predominância de adolescentes que tiveram familiares com passagem pelo sistema prisional, 95,2% deles, ou seja, quase todos aqueles que se encontram no perfil mais vulnerável. No Perfil 2 também temos uma maioria considerável com histórico de delitos na família, porém com uma proporção menor discrepante, se tratando de 70,5% deles. No Perfil 3 temos praticamente uma inversão da proporção encontrada do Perfil 2, no qual 68,2% dos adolescentes não possuíam familiares com histórico criminal.

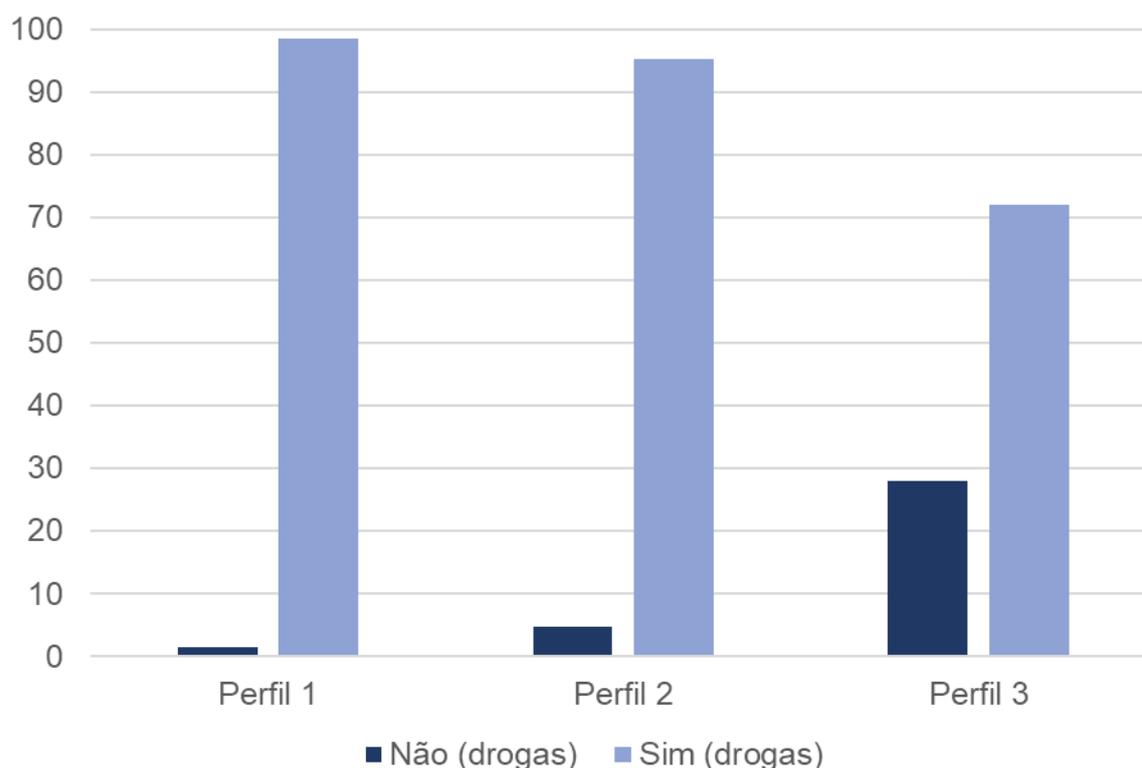
No que diz respeito ao histórico de dependência química na família temos tendências semelhantes ao encontrado nos três grupos na questão do histórico de delitos. No Perfil 1 96,8% dos adolescentes possuíam familiares com histórico de dependência química, no Perfil 2 essa proporção diminui para 74%, sendo quase

inversa à do Perfil 3, no qual 70,5% dos adolescentes não possuíam histórico de dependência química na família.

Destarte, as tendências encontradas reforçam a distinção entre os três perfis no que diz respeito ao background familiar, evidenciando mais ainda a situação de extrema vulnerabilidade dos adolescentes do Perfil 1.

Partindo para informações ligadas ao contexto dos adolescentes, mas não diretamente relacionadas com as questões familiares, foram realizados alguns cruzamentos para comparar os perfis no âmbito de variáveis como uso de drogas, escolaridade e atraso escolar.

Gráfico 22 – Uso de drogas por parte do adolescente, segundo a Tipologia de background familiar



---

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Quanto ao uso de drogas temos altos índices nos três perfis, o que é esperado tendo em vista o dado apresentado ainda no capítulo 2 (pág. 73), de que o consumo de substâncias psicoativas era comum para 92,4% de todos os

adolescentes presentes nos dados. Esse percentual era de 98,5% no Perfil 1 e 95,2% no Perfil 2. Apesar de ainda ter um número alto o Perfil 3 apresenta uma menor frequência no uso de drogas, no qual 72,1% dos adolescentes faziam/fizeram uso. Para detalhar melhor a questão do uso de drogas fizemos o cruzamento da nossa tipologia com os tipos de drogas citadas pelos adolescentes.

Tabela 15 – Tipos de drogas citadas pelos adolescentes x Tipologia de background familiar.

Tipologia	Tipos de drogas citadas pelos adolescenta										
	Não	Maconha	Crack	Loló	Cocaína	Álcool	Ecstasy	Cigarro	Inalantes	Outras	Total
<b>Perfil 1</b>	2	113	48	12	76	31	0	64	10	1	130
	1,50%	86,90%	36,90%	9,20%	58,50%	23,80%	0,00%	49,20%	7,70%	0,80%	
<b>Perfil 2</b>	24	418	106	23	257	157	4	223	23	6	479
	5,00%	87,30%	22,10%	4,80%	53,70%	32,80%	0,80%	46,60%	4,80%	1,30%	
<b>Perfil 3</b>	29	66	10	3	26	23	0	26	6	1	104
	27,90%	63,50%	9,60%	2,90%	25,00%	22,10%	0,00%	25,00%	5,80%	1,00%	
<b>Total</b>	55	597	164	38	359	211	4	313	39	8	713

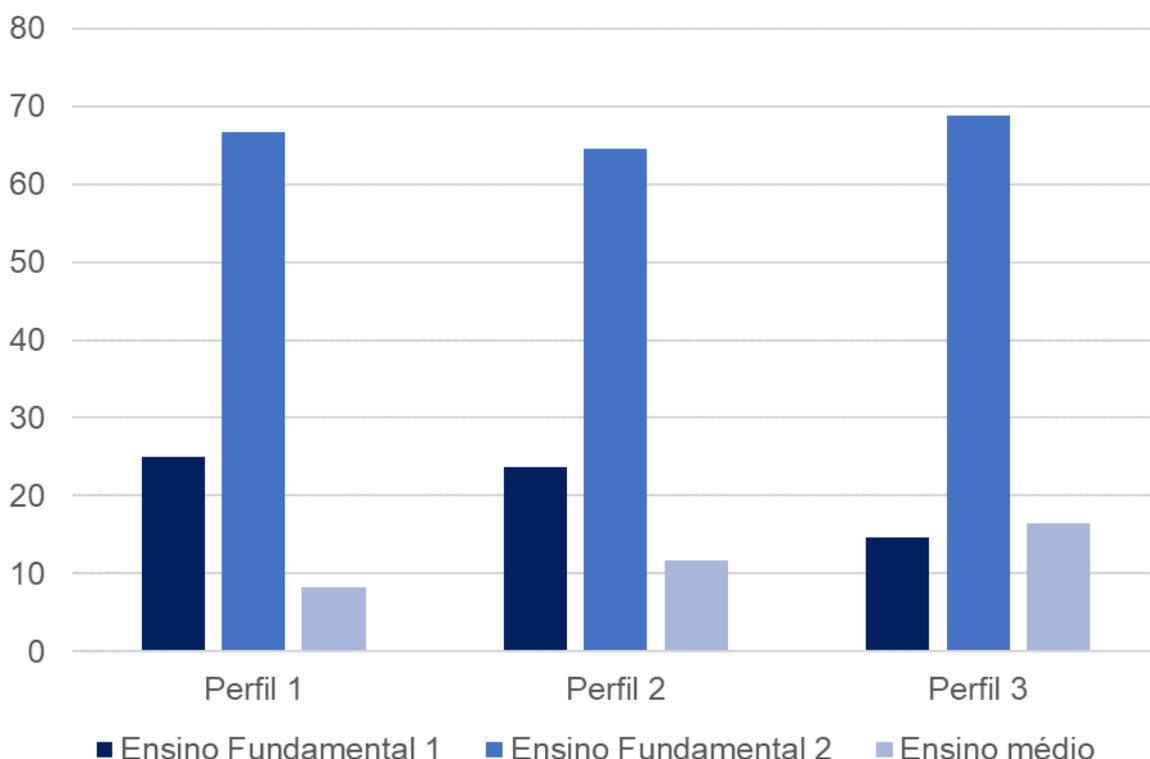
Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

A maconha é a substância mais comum entre os adolescentes, e, portanto, a mais citada nos três perfis, superando os 85% nos perfis 1 e 2. Num geral temos dados semelhantes nos três perfis na questão das drogas. Nos perfis 1 e 2 a cocaína e o cigarro são a segunda e terceira substâncias mais citadas, respectivamente. Já no Perfil 3 a segunda posição é ocupada pelo não uso de substâncias, tendo a cocaína como terceiro lugar empatada com o cigarro. Vale ressaltar uma diferença entre os perfis 1 e 2, nos quais a presença do álcool e crack são inversamente proporcionais. Enquanto no Perfil 2 na quarta posição temos o álcool, citado por 32,8% dos jovens, seguido do crack com 22,10%, no Perfil 1 o crack assume a quarta posição, sendo citado por 36,9% dos adolescentes, seguido do álcool com 23,8%.

Os dados não fazem distinção entre experimentação, uso recreativo ou abusivo das substâncias citadas, porém podemos perceber que apesar de nesse estudo não ser uma questão determinante de diferenciação entre os jovens, o uso de drogas é um problema que atinge em massa os adolescentes da FASE, se

tornando mais um obstáculo para a reabilitação/reinserção social dos egressos de acordo com a proposta da instituição.

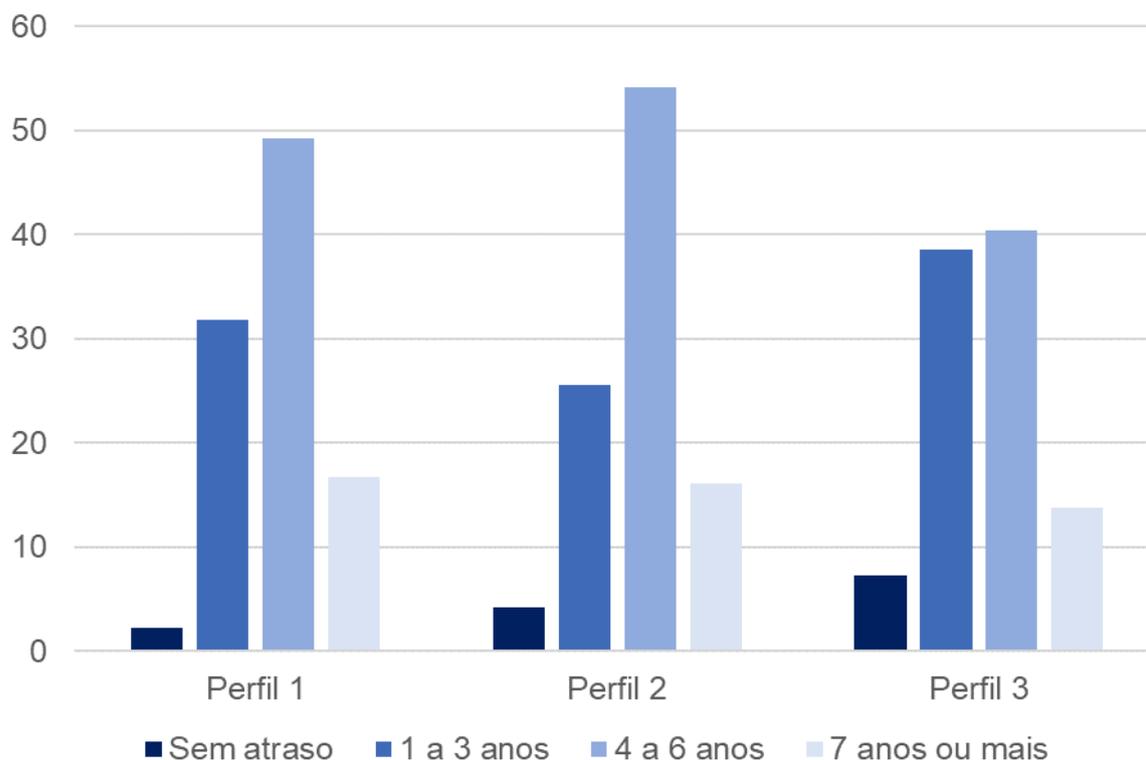
Gráfico 23 – Escolaridade ao sair da FASE, segundo a Tipologia de background familiar



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

No que diz respeito à escolaridade também temos perfis parecidos, assim como na questão das drogas. Nos três grupos a maioria dos adolescentes estavam cursando os anos finais do ensino fundamental: 66,7% no Perfil 1, 64,6% no Perfil 2 e 68,8% no Perfil 3. O Perfil 3 é o que possui mais jovens cursando o ensino médio, com 16,5%, contra 11,7% do Perfil 2 e 8,3% do Perfil 1. Como temos jovens de diversas idades, só o dado da escolaridade acaba não sendo suficiente para se ter uma noção da situação educacional dos adolescentes, sendo assim o dado de atraso escolar, que é a diferença entre a escolaridade esperada e a apresentada pelo jovem de acordo com sua idade, se torna relevante.

Gráfico 24 – Atraso escolar, segundo a Tipologia de background familiar



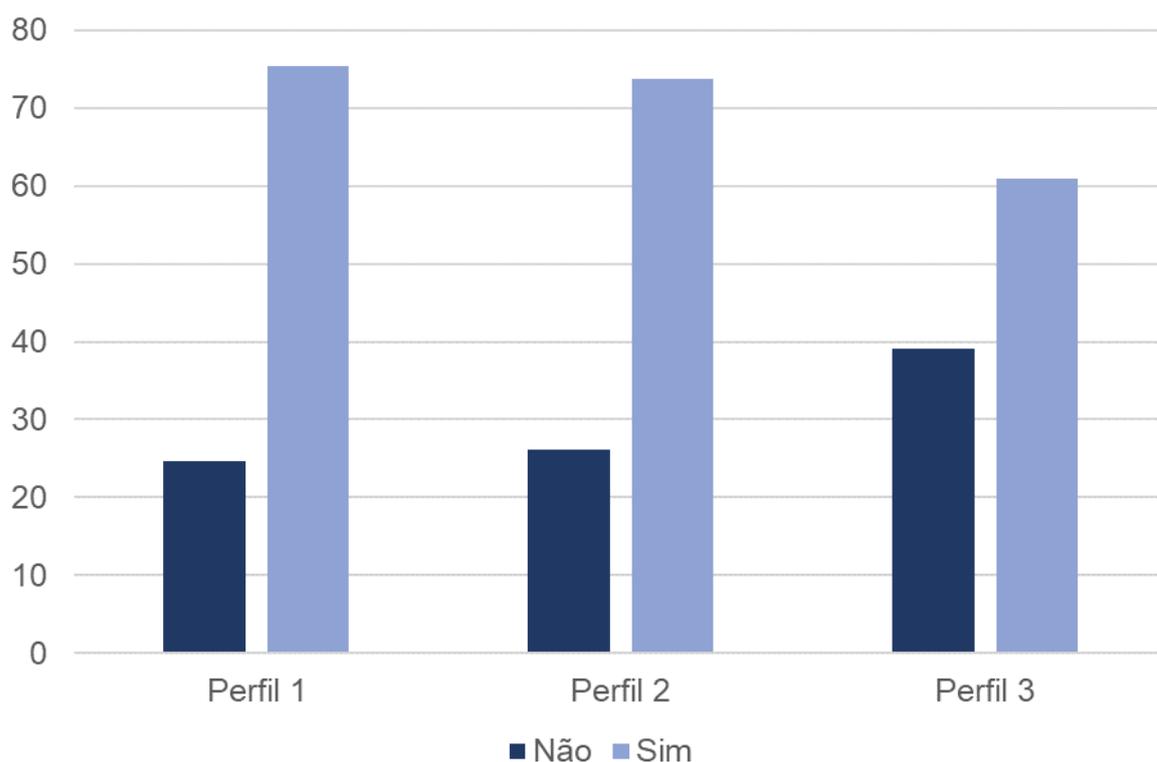
Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Como visto anteriormente, o atraso escolar é uma realidade bastante comum entre os egressos da FASE, com média de 6,43 anos, com 82,3% deles tendo três anos ou mais de atraso. Nos Perfis 1 e 2 temos cenários muito parecidos quanto ao atraso escolar, com a maioria (49,2% no Perfil 1 e 54,1% no Perfil 2) estando na faixa dos 4 a 6 anos de atraso, seguidos da faixa dos 1 a 3 anos de atraso (31,8% no Perfil 1 e 25,6% no Perfil 2). O Perfil 3 se diferencia tendo quase mesma quantidade de jovens nas faixas de 4 a 6 e 1 a 3 anos de atraso, sendo 40,4% dos jovens com 4 a 6 anos e 38,5% com 1 a 3 anos. Nos três perfis é inferior a 10% o número de adolescentes sem atraso escolar (até dois anos de diferença entre a idade esperada para o ano e a idade do aluno).

Diferentemente das variáveis familiares, onde a diferenciação entre os grupos é mais clara, quando cruzamos os 3 perfis com variáveis mais “individuais”, neste caso o uso de drogas e a escolaridade temos pouca variação. Isso pode ser um indício de que é justamente a questão familiar o maior ponto de diferenciação

entre o público aqui estudado. Em que medida essa diferenciação explica (ou não) a variação nos níveis de reincidência e de participação no programa é o que testaremos mais a frente através dos modelos de regressão. Cruzando apenas os perfis com as variáveis de reincidência e participação no programa também temos resultados com pouca variação.

Gráfico 25 – Reincidência infracional, segundo a Tipologia de background familiar

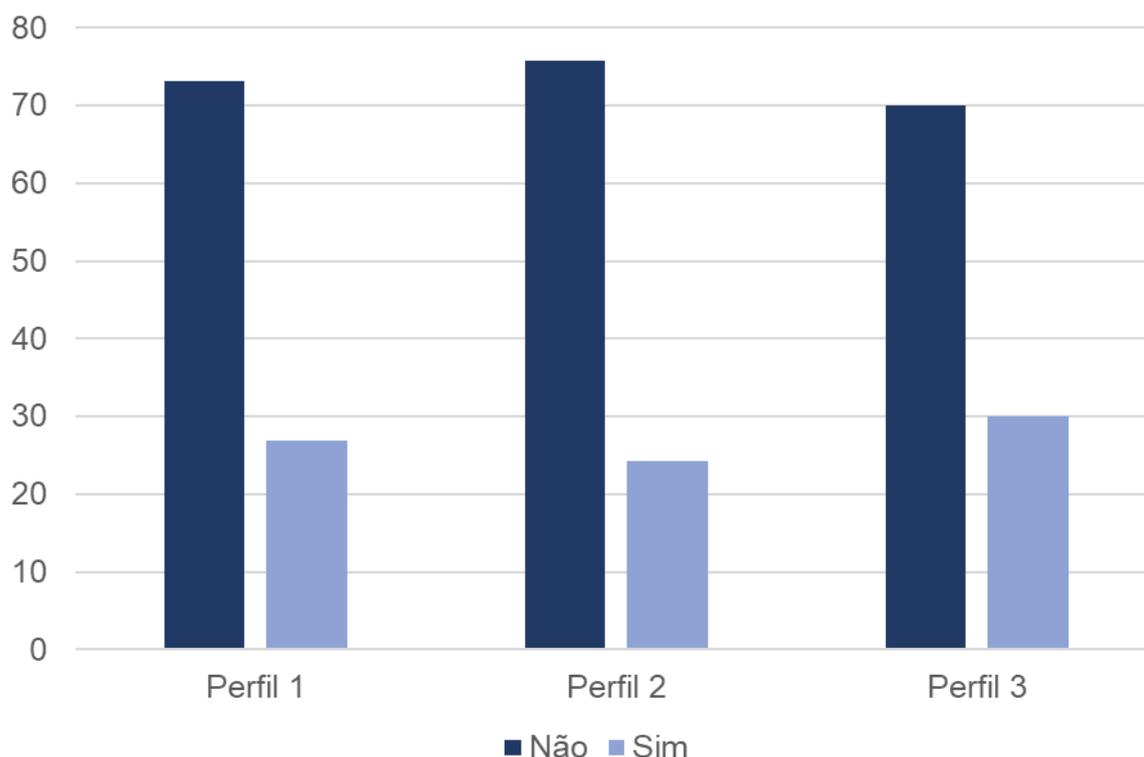


Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

A quantidade de jovens reincidentes é alta nos três grupos, o que é esperado tendo em vista os altos índices de reincidência dos adolescentes egressos da FASE entre 2012 e 2013, período aqui analisado. Há uma diferença quase insignificante entre os Perfis 1 e 2, com 75,4% e 73,8% de adolescentes reincidentes, respectivamente. No Perfil 3 temos uma diferença maior, com 60,9% dos adolescentes que reincidiram e voltaram para FASE ou foram para o sistema prisional adulto por já terem completados 18 anos, uma diferença de 12,9% para o

Perfil 2 e de 14,5% para o Perfil 3. A média de reincidência considerando todos os adolescentes é 72,2%.

Gráfico 26 – Participação no POD Socioeducativo, segundo a Tipologia de background familiar



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Quanto à participação no programa os dados dos 3 perfis são bastante homogêneos, próximo à média de participação considerando todos os adolescentes, que é de 25,5%, como uma diferença bem pequena entre os que participaram e não do programa. No Perfil 1, 26,8% deles participaram do programa, 24,2% no Perfil 2 e 30% o Perfil 3, número um pouco superior. Podemos observar que o pertencimento a um dos 3 perfis não aparenta ter relação com o fato de o adolescente escolher participar ou não do programa.

Levando em conta as informações trazidas até aqui podemos descrever com mais detalhes cada um dos três perfis que compõe o estudo de acordo com as características majoritárias.

Perfil 1: Em sua maioria adolescentes oriundos de famílias anaparentais (sem a presença dos genitores), vivendo em instituições de acolhimento ou na rua. Sendo assim, é uma característica comum aos jovens do Perfil 1 a ausência tanto materna como paterna. Em mais de 90% dos casos há histórico de delitos por parte dos familiares, assim como histórico de dependência química. Praticamente todos faziam uso de drogas e a maioria possuía de 4 a 6 anos de atraso escolar, seguido pela faixa 1 a 3 anos.

Perfil 2: É o grupo mais numeroso, os jovens são em sua maioria oriundos de famílias monoparentais (com a mãe como chefe) e famílias reconstituídas (em geral formadas pela mãe, seu cônjuge e o adolescente, tendo ou não irmãos). A maioria dos jovens têm relação com a mãe e não têm o pai presente em suas vidas, seja por desconhecimento do genitor, ausência ou falecimento do mesmo. Quanto ao histórico de delitos e dependência química na família os números são altos, porém menores que do Perfil 1, ficando na casa dos 70%. O uso de drogas também é quase unânime, assim como o atraso escolar, com a maior parte estando na faixa de 4 a 6 anos de atraso, seguido da faixa de 1 a 3 anos.

Perfil 3: Os adolescentes do Perfil 3 têm como composição familiar mais comum a família nuclear (pai e mãe casados, com ou sem irmãos), com uma porção menor de jovens vivendo apenas com a mãe. Em geral possuem tanto a mãe quanto o pai presentes (mesmo nos casos de separação). No que diz respeito ao histórico de delitos e dependência química os valores são quase inversamente proporcionais ao grupo 2, ficando próximos a 30%, ou seja, a maioria não possui histórico de delitos ou dependência química na família. O uso de drogas também é alto, porém menor que nos demais perfis, ficando na casa dos 70%. O atraso nos estudos possui números muito parecidos com os demais, ficando a maioria distribuídos quase igualmente nas faixas de 1 a 3 e 1 a 4 anos de atraso.

Com isso temos três perfis distintos, indo de encontro ao principal objetivo das técnicas aplicadas (análise de correspondência múltipla e análise de clusters), que era de alguma forma conseguir mensurar o background familiar para que fosse possível comparar os diferentes perfis e rodar os modelos de regressão que medem se pertencer a um destes perfis afeta a questão da reincidência infracional e a participação no programa.

### 4.3. Entendendo a reincidência

Com o objetivo de entender a reincidência infracional através das nossas variáveis independentes foi utilizada a técnica de regressão logística (modelos *logit*)<sup>36</sup>. Nossa variável dependente é a reincidência, e como variáveis independentes temos a tipologia de *background* familiar, com categorias criadas através da análise de correspondência múltipla e análise de *clusters*, além das variáveis de indicação de interesse e de participação no POD – Socioeducativo e dos termos interativos entre estas duas variáveis independentes. Também foram adicionadas variáveis de controle aos modelos buscando aumentar a precisão das estimativas.

A tabela a seguir trás todas as variáveis incluídas nos modelos de regressão e que compõe a análise estatística que têm como fim a testagem das hipóteses da pesquisa.

---

<sup>36</sup> “Em poucas palavras, a regressão logística é uma regressão múltipla, mas com uma variável de saída categórica dicotômica e variáveis previsoras contínuas ou categóricas. [...] Na regressão logística, em vez de se prever o valor da variável Y a partir de um previsor X ou diversas variáveis previsoras (Xs), prevemos a probabilidade de Y ocorrer conhecidos os valores de X ou Xs” (FIELD, 2009).

Tabela 16 – Variáveis inseridas na análise de regressão

<b>Variáveis</b>	<b>Categorias</b>
Reingresso na FASE e/ou Sistema Prisional Adulto até 2018 (Var. Dependente)	0 - Não 1 - Sim
Tipologia de mensuração de Background Familiar	0 - Perfil 1 1 - Perfil 2 2 - Perfil 3
Cor/raça	0 - Preto/pardo/indígena 1 - Branco/amarelo
Sexo	0 - Masculino 1 - Feminino
Idade	Intervalar
Interesse em participar do POD	0 - Não 1 - Sim
Participação no POD - Socioeducativo	0 - Não 1 - Sim
Ato infracional de cordo com a gravidade (ECA)	0 - Leve 1 - Grave 2 - Gravíssimo
Tempo de permanência na FASE (meses)	Intervalar
Participação no POD * Tipologia de Background Familiar	Termos interativos

Fonte: Tabulação própria.

As variáveis que entraram para os modelos de regressão foram escolhidas com base em análises exploratórias dos dados, de acordo com a significância estatística e teórica para a inclusão das mesmas. No topo temos nossa variável dependente, uma *dummy* que indica se o jovem reincidiu ou não criminalmente no período do estudo (2012 e 2013) e/ou até o ano de 2018, incluindo tanto os jovens que reingressaram na FASE quanto os que reincidiram após completarem dezoito anos e ingressaram no sistema prisional adulto.

A variável Tipologia de mensuração de background familiar é o resultado da etapa anterior do trabalho, que foi feita através de análise de correspondência múltipla incluindo as variáveis que dizem respeito à família dos jovens, inserindo o score de cada indivíduo como input de uma análise de cluster, o que resultou em três perfis, um mais vulnerável (Perfil 1), um perfil médio, com maior N (Perfil 2) e um de menor vulnerabilidade (Perfil 3).

Também foram incluídas variáveis correspondentes às características individuais como variáveis de controle na análise, como sexo, cor/raça e idade, tendo como finalidade reforçar a precisão dos resultados. Em seguida temos duas variáveis centrais na nossa análise, a que indica se o jovem passou ou não pelo POD – Socioeducativo e outra que indica se ao sair da FASE ele demonstrou interesse em participar do programa. Esta segunda variável acabou de mostrando fundamental, afetando de forma determinante os resultados dos modelos, por isso em seguida abordarei suas particularidades de forma mais detalhada.

Logo após temos as variáveis que dizem respeito à passagem do adolescente pela FASE, como o tempo de permanência na instituição em meses e o ato infracional cometido pelo jovem. Os atos infracionais estão classificados entre Leves, Graves e Gravíssimos, seguindo a classificação estabelecida pelo ECA. O tempo de permanência se mostrou uma variável importante nos modelos, indicando uma relação entre o tempo que o jovem permanece na FASE e as chances de reincidência. Analisaremos cada variável e suas respectivas contribuições para os modelos à medida que apresentamos os mesmos.

Por fim temos os termos interativos entre a participação no programa e o background familiar. Através do conjunto resultante de *dummies* temos o objetivo de testar se há uma interação entre estas duas variáveis na explicação da reincidência, ou seja, se o POD – Socioeducativo atinge de forma diferente o adolescente dependendo do perfil de background familiar ao qual ele pertence.

#### **4.3.1. Sobre o interesse em participar do POD – Socioeducativo.**

O POD é um programa de participação voluntária, que atende os egressos da FASE. Ele não faz parte da pena e sua execução não está atrelada à instituição onde cumpriu medida socioeducativa. Sendo assim, participar ou não do programa

é uma escolha que o jovem faz ao se desligar da FASE, em alguns casos ao ter sua medida progredida para um regime aberto ou semiaberto.

O caminho para um jovem participar do POD – Socioeducativo começa na audiência que determina seu desligamento da FASE ou progressão de medida. O(a) juiz(a) responsável pelo processo questiona se o jovem tem interesse em participar do programa, que é apresentado previamente aos adolescentes ainda dentro da FASE. A demonstração de interesse não garante que o jovem vá participar do programa, pois para isso ele precisa comparecer à instituição executora do POD para fazer o acolhimento, que é forma como é chamado o processo de “matrícula” do adolescente no programa, processo que também depende única e exclusivamente do adolescente e de seus familiares. Além disso, na época, a quantidade de vagas disponíveis era limitada, portanto, poderia acontecer de o jovem entrar para uma fila e aguardar para ser chamado para se juntar ao programa.

O que torna esta variável [interesse no POD] interessante para nossa análise é o que ela pode nos dizer e as interpretações que podemos fazer a partir dela. Uma das grandes diferenças entre as ciências humanas e naturais é impossibilidade que nós, cientistas sociais, temos de controlar todas as variáveis de um fenômeno. Como apontado por Menezes Filho e Pinto (2017), ao avaliar programas sociais algumas variáveis não podem ser medidas, por pertencerem ao âmbito subjetivo de cada indivíduo estudado; no nosso caso, coisas como a motivação ou vontade de abandonar a trajetória delitiva, as chances que o adolescente imagina ter de ser desligado ou receber uma progressão de medida na próxima audiência, o nível de agravamento do perfil infracional do adolescente, dentre outras questões, são exemplos de variáveis que afetam diretamente as chances do jovem demonstrar ou não interesse pelo programa, e que também podem afetar as chances de reincidência.

Ao fazer uma análise descritiva das diferenças entre aqueles que demonstram ou não interesse no programa obtivemos algumas informações interessantes, que nos ajudam a pensar no porquê desta variável acabar sendo fundamental em nossos modelos de regressão. Um destes fatores não mensuráveis é a percepção do próprio jovem quanto sua situação no momento que

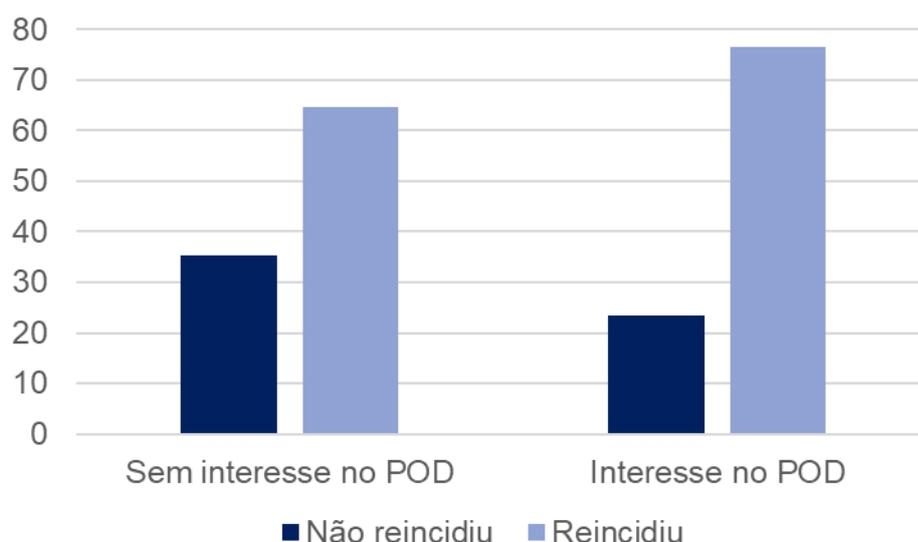
antecede a decisão do(a) juiz(a) sobre seu desligamento ou não da FASE. No sistema socioeducativo as penas não funcionam como no sistema prisional adulto. Apesar de ser estipulado um tempo de medida quando o jovem é condenado ao regime fechado, essa duração pode variar para mais ou para menos dependendo de questões como comportamento, presença e participação nas aulas da escola e em outras atividades que a instituição promove, dentre outros fatores ligados à trajetória do adolescente dentro da instituição. A cada seis meses há uma audiência para reavaliação da medida, onde não apenas o processo legal é analisado, mas também o processo do indivíduo dentro da FASE é levado em conta, e com base nisso o(a) juiz(a) determina a manutenção (permanência), extinção (desligamento) ou progressão (ir para o meio aberto ou semiaberto) da medida socioeducativa.

Este momento da audiência é repleto de incertezas por parte do adolescente, que não sabe ao certo qual será a decisão do(a) juiz(a) e suas chances de ser “liberado”. Temos uma grande quantidade de jovens que dizem ter interesse no POD – Socioeducativo no momento de sua audiência que acabam não comparecendo para fazer o “acolhimento”, ou que desistem logo em seguida. Dos 757 egressos as FASE em Porto Alegre que compõe nossa base de dados, 437 (57,8% do total de jovens) disseram ter interesse em participar do programa ao sair da FASE; destes, apenas 193 (44,2% dos que tinham interesse) foram “matriculados” em uma das instituições parceiras, sendo que apenas 132 (30,2% dos que demonstraram interesse) permaneceram tempo suficiente frequentes na escola e nas atividades do programa para receberem pelo menos uma bolsa auxílio, que é o critério adotado nos modelos para definir se o jovem participou ou não do programa.

Não há um dado que nos permita dizer com precisão o motivo desse fenômeno, mas há algumas interpretações que podemos fazer a partir das informações que temos. É possível, por exemplo, que o jovem calcule que ao dizer para o(a) juiz(a) que tinha interesse no programa, o mesmo olharia com “melhores olhos” para o adolescente, como se o interesse no programa fosse uma sinalização do comprometimento do jovem de abandonar a trajetória delitiva, o que poderia ser um indicativo de que muitas vezes os adolescentes manifestavam interesse no programa na tentativa de aumentar suas chances de sair da FASE.

Há alguns dados que podem corroborar essa possibilidade. Por exemplo, ao contrário do que imaginamos previamente, a reincidência entre aqueles que não demonstraram interesse no POD – Socioeducativo foi menor do que entre aqueles que manifestaram interesse em participar do programa.

Gráfico 27 – Reincidência infracional, segundo o Interesse em participar do POD – Socioeducativo



Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Enquanto entre aqueles que disseram não ter interesse em participar do programa a reincidência foi de 64,7%, entre os que disseram ter interesse esse número sobe para 76,6%. Isso pode ser um indício de que em geral os jovens que dizem ter interesse no programa são justamente aqueles que julgam estar em uma posição mais delicada, com menos chances de serem liberados, e utilizam desse possível favorecimento que a manifestação de interesse pelo POD pode conceder a eles. O que pode reforçar essa ideia é justamente o motivo pelo qual os jovens relatam não ter interesse em participar do programa, em sua maioria (54,6%) por alegarem já terem proposta de trabalho para quando saírem da FASE, considerando que “não precisariam” do programa por já terem algo mais ou menos certo ao saírem da instituição. Por esses motivos, consideramos essa uma variável

de grande importância, e que sem dúvida deveria ser incluída em nossos modelos<sup>37</sup>.

#### **4.3.2. Modelos de regressão e interpretação**

Como norte da análise estatística temos três principais hipóteses, a primeira de que há relação entre o background familiar e a reincidência, a segunda de que quem participa do POD tem menos chances de reincidir, e a terceira de que há uma interação entre a participação no programa e o background familiar. Para testá-las foram montados cinco modelos de regressão, cada modelo adicionando novas variáveis para a análise, o que traz um aumento de complexidade e, também, da qualidade do ajuste do modelo aos dados.

Para testar a primeira hipótese temos como variável independente a tipologia de background familiar no modelo 1, adicionando variáveis de características individuais como controle no modelo 2. Para a segunda hipótese adicionamos as variáveis de interesse e da participação do POD – Socioeducativo no modelo 3, tendo como controle adicional as variáveis de tempo de permanência na FASE a ato infracional cometido, que possuem uma grande contribuição para explicação da reincidência, inseridas no modelo 4. Para testar terceira hipótese incluímos no modelo 5 os termos interativos entre participação no POD e a tipologia de background familiar. A ordem de inserção das variáveis se deu na tentativa de separar diferentes modelos para cada hipótese da pesquisa, o que também se conecta com as etapas do ciclo da reincidência proposto.

A tabela 15, a seguir, traz o ajuste de cada um dos modelos, assim como os coeficientes de cada uma das variáveis independentes, na forma de razões de chance. Valores acima de 1 indicam associações positivas e valores abaixo de 1 indicam associações negativas

---

<sup>37</sup> Ao incluir a variável de interesse no POD na análise tivemos uma melhora significativa no ajuste do modelos; porém, com um efeito colateral que foi o aumento do número de missings. Para tentar contornar o problema realizamos alguns testes fazendo o tratamento destes missings. Em uma alternativa mais simples, criamos a categoria “Não informado”, e uma mais avançada aplicamos a técnica de imputação múltipla. Na primeira os resultados se mantiveram os mesmos, sendo que a categoria “Não informado” não foi significativa no modelo. Com a segunda opção também obtivemos praticamente os mesmos resultados. Por essa razão, optamos por não utilizar o tratamento de missings na análise.

Tabela 17 – Modelos *Logit*: razões de chance<sup>38</sup> [exp(b)] para reincidência infracional dos adolescentes egressos na FASE até 2018.

Variáveis	Mod 0	Mod 1	Mod 2	Mod 3	Mod 4	Mod 5
(Ref) Perfil 1	–	–	–	–	–	–
Perfil 2	–	0,298	0,890	0,870	0,899	1,041
Perfil 3	–	0,534*	0,492*	0,508*	0,698	0,713
Cor/raça	–	–	0,885	0,891	0,973	0,959
Sexo	–	–	0,317**	0,318**	0,374*	0,376**
Idade	–	–	0,857*	0,869*	0,786**	0,786**
Interesse em participar do POD	–	–	–	1,999**	1,936**	1,919**
Participação no POD	–	–	–	0,600*	0,622*	1,024
Temp. perm. FASE (meses)	–	–	–	–	1,080***	1,080***
(Ref) Ato Infracional Leve	–	–	–	–	–	–
Ato Infracional Grave	–	–	–	–	0,487	0,476
Ato Infracional Gravíssimo	–	–	–	–	0,380+	0,372+
Termos Interativos	(Ref) Participação no POD * Background Familiar (Perfil 1)	–	–	–	–	–
	Participação no POD * Background Familiar (Perfil 2)	–	–	–	–	0,500
	Participação no POD * Background Familiar (Perfil 3)	–	–	–	–	0,836
Constante	2,833***	3,308***	63,905***	33,101**	103,502**	98,594**
N	621	621	621	621	621	621
Verossimilhança de log -2	–	707,254	693,838	682,552	627,085	625,612
Pseudo R <sup>2</sup> Nagelkerke	–	0,013	0,044	0,070	0,189	0,192
Qui-quadrado (Mod nulo)	–	5,610+	19,026**	30,312***	85,779***	87,252***
Qui-quadrado (Mod anterior)	–	5,610+	13,416**	11,286**	55,467***	1,473
df	0	2	5	7	10	12

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

+p<=0,10 \*p<=0,05 \*\*p<=0,01 \*\*\*p<=0,001

<sup>38</sup> Para obter as razões de chance, basta calcular o exponencial do coeficiente. Inversamente, basta calcularmos o logaritmo natural das razões de chance para chegarmos aos coeficientes originais.

Analisando as informações globais dos modelos, na parte inferior da tabela, podemos constatar que todos possuem um ajuste aos dados superior ao do modelo nulo. Além disso, o mesmo acontece comparando cada modelo com seu imediato anterior, ou seja, a cada bloco onde foram adicionadas novas variáveis há uma melhora do modelo, que aumenta significativamente seu poder de explicação da variável dependente, com exceção do último (Modelo 5), que inclui os termos interativos entre background familiar e participação no POD, no qual temos um menor potencial explicativo.

O objetivo na análise de regressão logística é medir as chances de um determinado evento acontecer (reincidência), bem como medir a contribuição de cada uma das variáveis para esta estimativa (FIELD, 2009). As razões de chance (ou valores de  $[\exp(b)]$ ) são exatamente o que medem essa contribuição, indicando um valor que quando é menor que 1 expressa o quanto aquela variável diminui as chances de o evento estudado acontecer, e caso seja maior que 1 indica quanto aquela variável aumenta as chances do evento ocorrer<sup>39</sup>.

Inicialmente temos o modelo 0, ou nulo, que é aquele sem adicionar nenhuma variável independente, e que serve como uma referência para os demais. Porém o modelo nulo é limitado, e por essa razão incluímos covariáveis na análise, para melhorar nosso percentual de explicação e principalmente, entender quais os fatores que melhor explicam a variação da variável dependente.<sup>40</sup>

Logo em seguida temos o Modelo 1, no qual é incluída a variável de tipologia de background familiar construída no capítulo anterior, com o objetivo de medir a relação entre o background familiar e a reincidência infracional. Com apenas essa variável incluída ao modelo, e tendo o perfil 1 como referência, pertencer ao Perfil 2 não tem um efeito significativo na explicação da variável dependente; no entanto,

---

<sup>39</sup> A razão de chance é uma adaptação do coeficiente B, que mede a contribuição das variáveis independentes para variação na variável dependente.

Para chegar a um valor percentual para razão de chances basta aplicar a seguinte fórmula:  $([\exp(b)] - 1) * 100$ .

Para informações mais detalhadas sobre regressão logística ver FIELD (2009, pág. 154 a 264).

<sup>40</sup> É importante mencionar que, por mais que seja comum a utilização do termo “explicar” nesse tipo de estudo, a fim de nos referirmos às possíveis conexões encontradas entre a variável dependente e as variáveis independentes, do ponto de vista técnico o termo “associação” seria mais exato, já que o desenho de pesquisa não nos permite de fato identificar relações causais. De todo modo, a fim de facilitar a fluidez do texto, em alguns momentos utilizaremos o termo “explicar” e seus derivados.

pertencer ao Perfil 3 diminui em 46,6% as chances de reincidência, com valor de  $p$  menor que 0,05<sup>41</sup>. Ou seja, levando em conta apenas este modelo, podemos considerar que não há uma diferença significativa em termos de reincidência infracional entre os jovens que se enquadram no perfil mais vulnerável (Perfil 1) e no perfil médio (Perfil 2); porém, pertencer ao Perfil 3, aquele com menor de vulnerabilidade em relação ao background familiar, diminui quase pela metade as chances de o jovem reincidir – quando comparamos com o perfil menos vulnerável -, o que reforça a tese da relação entre família e reincidência.

No Modelo 2 foram incluídas variáveis de controle que incluem informações de caráter individual como sexo, idade e cor/raça. Sexo e idade se mostraram variáveis significativas, enquanto a cor/raça não, levando a crer que entre os jovens que são condenados a cumprir medida socioeducativa na FASE não há, pelo menos aparentemente, um viés racial na dinâmica da reincidência<sup>42</sup>. Quanto às demais variáveis de controle, a questão de gênero se mostrou relevante: ser mulher diminui em 62% as chances de reincidência ( $p \leq 0,01$ ). A idade, por ser uma variável intervalar, tem uma interpretação diferente, onde a razão de chance se dá a cada incremento no valor da variável. Neste caso, a cada ano a mais de idade em que o jovem é desligado da FASE as chances de reincidir diminuem em 14,3% ( $p \leq 0,05$ ). Estamos calculando a idade no momento de desligamento na FASE, porém se assumirmos que quanto mais jovem o adolescente sai da instituição provavelmente mais jovem ele era quando entrou, podemos considerar que quanto menor a idade do adolescente ao iniciar sua trajetória no sistema socioeducativo, maior o risco de reincidência.

Ao adicionar variáveis de controle obtivemos algumas mudanças nas razões de chance da variável de background familiar, no qual o efeito de fazer parte do Grupo 3 aumentou de 46,6% para 50,8% as chances de não haver reincidência, mantendo a significância ( $p \leq 0,05$ ), reforçando a ideia da relação entre família e reincidência.

---

<sup>41</sup> O valor de  $p$  diz respeito a significância dos resultados apresentados, e informa o grau de certeza com o qual rejeitamos a hipótese nula. Um valor de  $p$  menor que 0,05, por exemplo, significa que rejeitamos a hipótese nula de que não há relação entre as variáveis analisadas com 95% de certeza. Para encontrar este percentual basta aplicar a fórmula:  $100 - (p * 100)$ .

<sup>42</sup> Lembrando que temos um número muito próximo de jovens brancos e pretos/pardos, com 53,5% e 46,1% dos casos respectivamente.

No Modelo 3 foram adicionadas as variáveis a respeito do POD - Socioeducativo, que são a participação do jovem no programa – considerando como os que participaram do programa aqueles que receberam pelo menos uma bolsa auxílio (mesmo critério utilizado na Avaliação de Impacto citada anteriormente) – tendo como controle a variável de interesse em participar do programa, manifestado em audiência antes de sair da instituição.

Neste modelo vemos que o background familiar (fazer parte do Perfil 3) continua com a mesma significância, com uma pequena variação na razão de chances, que fica em 49,2% a menos de chances de reincidência. Como ressaltado anteriormente pelo cruzamento entre interesse em participar do POD e reincidência, a variável de interesse também é significativa, porém seu coeficiente é positivo, gerando uma razão de chances maior que um. Segundo este modelo, ter interesse no POD aumenta as chances de reincidência em 99% ( $p \leq 0,01$ ), ou seja, é praticamente duas vezes maior. Já a participação no programa, que também é significativa, diminui em 40% as chances de reincidência ( $p \leq 0,05$ ). Em modelos exploratórios rodados anteriormente sem a inclusão da variável de interesse tínhamos resultados que indicavam uma não significância da participação no programa para explicação da reincidência.<sup>43</sup>

Não conseguimos aqui mensurar os motivos que levavam uma grande quantidade de jovens a manifestar interesse no programa e não participar do mesmo, restando apenas algumas especulações trazidas anteriormente com base nas informações que possuímos. A principal delas é a de que dizer sim ao(a) juiz(a) quando perguntado sobre interesse no POD – Socioeducativo fazia parte da estratégia de alguns adolescentes na tentativa de aumentar as chances de ter sua medida extinta ou conseguir uma progressão para o meio aberto. O fato é que ao incluir a variável de interesse como controle nos modelos, conseguimos “separar” o efeito negativo da participação no programa (diminui as chances de reincidência) do efeito positivo da manifestação de interesse (aumenta as chances de reincidência). Sem incluir a variável de interesse nos modelos os seus efeitos se misturam com os da participação no programa, o que faz com que a análise não

---

<sup>43</sup> Os resultados de tais modelos exploratórios podem ser requisitados diretamente ao autor.

reflita somente o efeito do programa sobre a reincidência, devido à interferência desta variável se não contabilizada.

O Modelo 4 se mostrou como o que melhor se ajusta aos dados e que tem o maior poder de explicação. Todos os modelos são significativos se comparados ao modelo nulo e o ajuste (medido pelo pseudo  $R^2$ ) aumenta progressivamente a cada modelo; porém, temos aqui um salto no pseudo  $R^2$ , de 0,070 no modelo anterior para 0,189, o que indica um aumento substancial no ajuste do modelo aos dados. Foram incluídas neste modelo as variáveis ligadas à passagem do jovem pela FASE especificamente, sendo elas o tempo de permanência e a gravidade do ato infracional cometido. As duas variáveis têm ligação uma com a outra, na medida em que o tempo de permanência do adolescente na FASE, que vai até no máximo três anos, é determinado pelo ato cometido e pelo comportamento do jovem durante o cumprimento da medida. Por isso existem as audiências de acompanhamento da medida, onde o(a) juiz(a) pode tanto abreviar o período de internação quando aumentar de acordo com a análise do processo.

As duas variáveis contribuem de forma significativa para o modelo, em especial o tempo de permanência, que possui efeito positivo sobre a reincidência. Por se tratar de uma variável intervalar as razões de chance são calculadas a partir de cada unidade de incremento. Assim, a cada mês a mais dentro da fase há um aumento de 8% nas chances de reincidência, o que significa que a cada ano dentro da fase as chances de reincidir quase dobram, o que é um número bastante expressivo.

Quanto ao ato infracional temos um efeito significativo, em especial a categoria de ato gravíssimo, que por mais contraintuitivo que possa ser, diminui as chances de reincidência em 62% ( $p \leq 0,1$ ). Na amostra que estamos analisando, aqueles que cometeram infrações de maior potencial ofensivo, com uso de violência ou grave ameaça (nisto se incluem-se categorias como: homicídio, roubo, estupro e latrocínio), em especial o roubo, que é a mais frequente destas, tinham menos chance de reincidir. Para entender melhor este fenômeno seria necessário um estudo aprofundado, porém, podemos tentar elaborar algumas hipóteses com base nas informações que dispomos.

Se compararmos as médias de tempo de internação de acordo com a gravidade do ato cometido, temos médias muito próximas, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 18 – Tempo de permanência na FASE de acordo com o tipo do ato infracional

<b>Tempo de permanência na FASE em meses</b>			
<b>Ato infracional de acordo com a gravidade</b>	<b>Média</b>	<b>N</b>	<b>D. P.</b>
<b>Leve</b>	18,81	44	14,34
<b>Grave</b>	18,15	255	10,604
<b>Gravíssimo</b>	20,05	456	11,362
<b>Total</b>	<b>19,34</b>	<b>755</b>	<b>11,328</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Além das médias de tempo de permanência serem próximas em relação à cada tipo de ato infracional, podemos perceber um alto desvio padrão, ou seja, dentro de cada categoria a quantidade de tempo em cumprimento de medida varia muito, o que leva a crer que o tempo de permanência está mais relacionado com o perfil do adolescente e seu comportamento dentro da instituição do que com o ato infracional cometido. Podemos inclusive considerar o tempo de permanência como o mais próximo que temos de uma variável a respeito do processo do adolescente durante a internação na FASE. E ao se mostrar como a variável que melhor explica a reincidência indica que o fator com maior peso para condicionar o que acontece com jovem após ele sair da instituição é justamente o que acontece lá dentro.

Outro indicativo desse fenômeno é a perda de significância da variável de mensuração do background familiar, que vinha se mostrando significativa até serem incluídas as variáveis de tempo de permanência na FASE e da gravidade do ato infracional. Analisando apenas o Modelo 4, sem considerar os anteriores, pode-se ter a ideia de que o background familiar não tem relação com a reincidência; entretanto, levando em conta a análise como um todo, é mais plausível que o efeito da família se dê num momento anterior à internação. Ou seja, a família é importante no processo que leva o jovem a se envolver em atos infracionais, e é importante durante o percurso dessa trajetória delitiva; porém, ao entrar na FASE, o tempo que

ele permanece e os acontecimentos que se sucedem dentro da instituição, bem como o agravamento ou não do seu perfil acabam sendo centrais para as chances de reincidência, ultrapassando inclusive o papel da família. Apesar desse fenômeno, ao cruzar as variáveis de background e tempo de permanência podemos perceber que diferentemente de outros comparativos com a média de tempo de permanência temos uma diferença um pouco mais significativa, o que pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 19 – Tempo de permanência na FASE de acordo com a tipologia de background familiar

<b>Tempo de permanência na FASE em meses</b>			
<b>Tipologia de background familiar</b>	<b>Média</b>	<b>N</b>	<b>D. P.</b>
<b>Perfil 1</b>	21,69	138	14,34
<b>Perfil 2</b>	19,40	508	10,604
<b>Perfil 3</b>	15,90	110	11,362
<b>Total</b>	<b>19,31</b>	<b>756</b>	<b>11,342</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão. Avaliação de Impacto do POD - Socioeducativo (Base de dados). Tabulação própria.

Temos uma diferença de cerca de seis meses entre as médias de tempo de permanência entre jovens do Perfil 1 e do Perfil 3, e uma diferença menor entre 1 e 2, o que conversa com os resultados dos modelos que apontam que o que afeta as chances de reincidência é fazer parte do Perfil 3.

No modelo 5 foram incluídos os termos interativos<sup>44</sup> entre o *background* familiar e a participação no POD Socioeducativo. Diferente do que afirmava uma de nossas hipóteses, este modelo se mostrou como o único cujo ajuste não é significativamente melhor do que o do modelo anterior. Além disso, as razões de chance dos termos interativos não são significativas. Assim, as evidências sugerem que não podemos rejeitar a hipótese nula de que não há interação entre background familiar e a participação no POD, ou seja, o efeito da participação no POD não varia de acordo com o *background* familiar.

<sup>44</sup> A interação entre variáveis se aplica quando um fenômeno não pode ser explicado apenas inserindo-as de forma isolada nos modelos, pois somente ao considerar a interação entre elas conseguiríamos explicar o fenômeno. Os termos interativos, portanto, pressupõem que o efeito de uma determinada variável independente (neste caso, a participação no POD) sobre a variável dependente (reincidência) varie de acordo com uma terceira variável (neste caso, background familiar).

No que diz respeito ao teste das hipóteses levantadas nos estágios iniciais da pesquisa mencionadas anteriormente, fomos capazes de testá-las através dos modelos de regressão. A terceira hipótese foi descartada quando incluímos os termos interativos no Modelo 5, e as demais foram confirmadas levando em conta o segundo e quarto modelos.

O Modelo 2 traz as respostas para a primeira hipótese. Nele estão incluídas as categorias de tipologia de background familiar construídas a partir das análises de correspondência múltipla e de clusters, e também variáveis de controle de cunho individual, como sexo, cor e idade (no momento do desligamento da FASE). Através dele podemos constatar que sim, há relação entre background familiar e reincidência. A diferença entre os perfis 1 e 2 não é significativa, ou seja, as chances de reincidência são parecidas para os jovens que estão em condições mais vulneráveis e aqueles que fazem parte do grupo médio; porém, fazer parte do Perfil 3, de menor vulnerabilidade, diminui em 50,8% as chances de reincidência. Além disso, levando em conta os resultados do modelo 4, as evidências sugerem que esse feito ocorre principalmente em um momento anterior à internação, no início da trajetória do adolescente.

Com o Modelo 4 testamos a segunda hipótese, e acrescentamos variáveis que se mostraram fundamentais na análise. Nele temos o interesse no POD e a participação no programa adicionados no Modelo 3, além do tempo de permanência e ato infracional cometido - que inicialmente foram pensadas como controles e acabaram se destacando, especialmente o tempo de permanência.

Participar no POD – Socioeducativo, de acordo com nossa análise, levando em consideração o Modelo 4, o mais completo, diminui em 37,8% as chances de um adolescente reincidir, seja tendo reingresso na FASE ou dando entrada no sistema prisional adulto caso já seja maior de dezoito anos. Isso sugere que programa é, de fato, eficaz na diminuição da reincidência infracional. Uma das vantagens de se trabalhar com modelos de regressão é encontrar fatores que influenciam no fenômeno estudado e que não fazem parte daqueles imaginados inicialmente pelo pesquisador, o que nos possibilita ter uma visão mais ampla daquilo que afeta o fenômeno estudado. Foi o caso da variável de tempo de permanência, que mostrou ter um papel fundamental na dinâmica da reincidência infracional. Os números encontrados justificam o constante esforço do poder

público em fortalecer as medidas de meio aberto e para diminuir a demanda por internações, pois fica cada vez mais claro o potencial nocivo da medida de internação para os adolescentes em conflito com a lei. Levando em conta a ascensão das facções criminosas e a presença delas nas instituições de internação como a FASE, temos um cenário que se torna cada vez mais complexo.

O que a análise dos modelos de regressão nos mostrou é que a participação no POD tem influência sobre a reincidência, porém, ele é um fator entre tantos, e é a combinação destes fatores que vai condicionar as chances de reincidência. O título desta dissertação traz uma pergunta, se o POD – Socioeducativo é capaz de interromper o ciclo de violência que envolve adolescentes em conflito com a lei, e como o esperado desde o princípio, a resposta não é um categórico sim ou não, mas sim um grande depende. A família, o perfil do adolescente, a vontade do próprio de abandonar a trajetória delitiva, as experiências dele dentro da FASE, o tempo que ele permanece lá dentro, dentre tantos outros fatores que não podemos mensurar, afetam este processo, mas, mesmo quando controlamos por todos estes fatores, o programa se mostra sim capaz de reduzir significativamente a reincidência.

Os resultados obtidos na análise estatística dialogam com a ideia do ciclo da reincidência apresentado no primeiro capítulo. As questões familiares estariam no começo deste ciclo, somadas à questões sociais e econômicas que fazem parte do contexto de vulnerabilidade onde estes adolescentes se encontram. Como vimos, fazer parte do Perfil 3 (grupo menos vulnerável) diminui consideravelmente as chances de reincidência em relação aos outros dois grupos, que não apresentavam diferença significativa entre si. O ciclo do modelo teórico também aponta a internação na FASE como uma etapa com efeito importante no agravamento do perfil do adolescente, expressando os prejuízos para o indivíduo causados pela vida em uma instituição total, e também chamando atenção para o potencial de aprofundamento das relações do adolescente com a subcultura delinquente devido à convivência em período integral com outros jovens na mesma situação que a dele. Um dos principais resultados na análise é justamente o efeito do tempo de internação, que quanto maior, maiores as chances do adolescente reincidir.

Tentar interromper esse ciclo que começa no contexto social e familiar, se agrava com a internação na FASE e recomeça quando o adolescente volta para o

mesmo contexto que o levou à prática do ato infracional – com adição do estigma deixado pela passagem na instituição – é o objetivo do POD - Socioeducativo. O que a análise dos modelos nos mostra é justamente que participar do programa aumenta as chances de que o ciclo seja interrompido, apesar de haver outros fatores tão ou mais importantes do que a intervenção feita pelo programa para explicar a reincidência infracional.

## 5. CONCLUSÃO

O que conduziu todo o processo de construção desta dissertação desde o referencial teórico, passando pela formação das hipóteses de pesquisa, e chegando na análise estatística, foi a ideia da existência de um ciclo de reincidência. Inicialmente através das contribuições de diversos autores e autoras, unindo perspectivas teóricas diferentes em um esforço de tentar compreender a complexa realidade do adolescente infrator. Ao final sendo um guia para a interpretação dos resultados empíricos.

A background familiar é uma parte importante do contexto social do adolescente infrator, de modo que quanto maior o nível de vulnerabilidade deste contexto maiores são as chances do adolescente se envolver com a prática de atos infracionais, assim como são maiores as chances de que ele continue com a prática de atividades ilegais após o cumprimento de sua medida socioeducativa, repetindo o ciclo de infração, internação, volta para o contexto inicial e nova infração.

O que a análise dos modelos nos sugere, no entanto, é que o papel da família na dinâmica da reincidência é anterior à internação e que o período que o tempo de permanência na FASE (e tudo que está associado a este período e que não pode ser incluído nos modelos, como questões de comportamento e a o desenvolvimento do adolescente durante o cumprimento da medida) é um importante mediador entre a questão do background familiar e a reincidência, ainda mais considerando o fato de que a média de tempo de permanência é menor para os jovens pertencentes ao grupo menos vulnerável. Após a internação, variáveis como a idade do adolescente e o tempo de permanência na instituição acabam tendo um papel fundamental nas chances de o jovem voltar ao crime. Quanto mais novo ele é ao entrar na FASE, e quanto mais tempo ele fica lá dentro, maiores são as chances de reincidência após o cumprimento da medida.

Utilizando o modelo teórico para interpretar estas informações podemos retomar o efeito da rotina dentro de instituições totais trazida por Goffman (2015), que segundo autor provoca um gradual processo de degradação do *self* do indivíduo devido às normas rígidas e padronizadas, a falta de controle sobre a própria vida e o pouco ou nenhum contato com a vida “do lado de fora”. Somado a isso temos o aprofundamento da relação entre os jovens e a subcultura de

valorização do crime e da violência, por se tratar de algo em comum entre as centenas de jovens vivendo dentro dos muros da instituição. A presença cada vez maior dos coletivos criminais dentro das instituições de socioeducação torna o potencial nocivo da medida de internação ainda maior.<sup>45</sup>

É após a internação que surge o POD - Socioeducativo, tentando interromper este ciclo através de uma intervenção no momento de volta do adolescente para seu contexto social. A tentativa é de incentivar a permanência na escola e oferecer oportunidades de cursos profissionalizantes, além de oferecer acompanhamento psicológico e de assistência social, tudo para tentar fazer com que o adolescente tenha uma rede de apoio e consiga quebrar aquele ciclo.

Tanto a avaliação de impacto feita pela SPGG quanto a nossa análise demonstraram que o programa consegue ser efetivo nesta proposta. Apesar das diferenças metodológicas os resultados foram próximos. Enquanto a avaliação de impacto apontou uma diminuição de 53,2% nas chances de reincidência de quem participa do programa, no nosso modelo esse efeito foi menor, apontando uma diminuição de 37,8%.

As principais diferenças metodológicas foram a forma de inclusão dos casos e as variáveis que compuseram a análise. A avaliação de impacto da SPGG considerou apenas os adolescentes que demonstraram interesse pelo programa, separando estes em dois grupos de tratamento e controle. Através da técnica de pareamento, que selecionou indivíduos com características parecidas para formação dos grupos, restaram dois grupos com o mesmo N; foi entre estes grupos de 141 adolescentes cada que foram feitas as comparações. Para encontrar estes adolescentes com características parecidas para formar os grupos o processo de pareamento utilizou as variáveis individuais, sociais e familiares.

Nossa análise, diferentemente, incluiu todos os adolescentes presentes na base, e a variável de interesse no programa foi incluída como controle nos modelos de regressão, o que mostrou que os jovens que demonstraram interesse no programa tinha quase duas vezes mais chances de reincidir do que os que não o fizeram. Outro diferencial foi a forma com que utilizamos as informações sobre o

---

<sup>45</sup> Estamos aqui fazendo considerações para além das informações que os dados empíricos trabalhados poderiam nos fornecer. Ou seja, nesse momento nos afastamos da segurança dos dados, e nos permitimos um esforço de interpretação cujas premissas não puderam ser testadas empiricamente. Por essa razão, alerto o leitor que algumas das colocações inseridas nesta parte do texto não foram propriamente testadas.

contexto familiar para mensurar o *background* – através da análise de correspondência múltipla e de *clusters* – utilizando a variável resultante deste processo como covariável nos modelos *logit*.

Estas diferenças acabaram gerando duas abordagens distintas para análise dos dados. Porém, as duas chegaram à conclusão de que participar do POD diminui as chances de o adolescente reincidir, com uma variação no tamanho desse efeito, que é um reflexo destas diferenças metodológicas. A diminuição do tamanho do efeito do programa nos nossos modelos se dá especialmente pela inclusão de covariáveis como o tempo de permanência na FASE, idade, sexo, gravidade do ato infracional cometido e a tipologia de mensuração do *background* familiar, todas variáveis significativas na explicação da reincidência, o que faz com que o coeficiente da participação no programa seja menor - por termos o efeito de cada uma destas variáveis contabilizado nos modelos. Desta forma, para além de medir o efeito do programa também encontramos outras variáveis associadas ao aumento ou diminuição das chances de reincidência.

Uma das hipóteses da pesquisa era existência de um efeito interativo entre o *background* familiar e a participação no programa, ou seja, que o efeito da participação no POD na prevenção da reincidência seria maior ou menor de acordo com tipo de *background* ao qual ele fazia parte. Não houve evidências suficientes para sustentar esta hipótese. Tanto os cruzamentos simples feitos com a variável de tipologia quanto os modelos *logit* indicam que apesar de a família ter efeito sobre a reincidência, o efeito da participação no programa não varia de acordo com o *background* familiar.

Ao completar a análise chegamos à conclusão de que o POD – Socioeducativo tem o potencial de interromper o ciclo da reincidência, podendo reverter os efeitos negativos da internação para o indivíduo e para a forma com que ele é lido socialmente. No entanto, participar do programa por si só não garante essa interrupção, que é o resultado da soma de diversos fatores. Em meio a toda a complexidade que envolve o tema da criminalidade na adolescência não há uma resposta definitiva para os problemas, bem como há uma infinidade de fatores que não conseguimos incluir na análise, especialmente levando em conta as particularidades de estudos quantitativos, nos quais não há a possibilidade de

aprofundamento maior em questões mais subjetivas e particulares de cada indivíduo.

Algo que foi evidenciado pelos resultados da análise é justamente o efeito da internação sobre os adolescentes. Os altos índices de reincidência infracional de egressos da FASE evidenciam que a instituição não vem conseguindo cumprir o papel ressocializador que é atribuído a ela. Assim como ocorre no sistema prisional adulto, a privação de liberdade cada vez mais se constitui como um fator de risco de agravamento do perfil do indivíduo. A análise dos modelos sugere que as chances de reincidência aumentam para jovens que permanecem mais tempo dentro da FASE. Há diversos fatores que podem influenciar neste processo, como questões comportamentais, o envolvimento nas atividades escolares e oficinas promovidas pela instituição, a presença e apoio da família durante o cumprimento da medida etc. Como não tínhamos dados a respeito, tomamos a medida do tempo de permanência como forma de mensurar essas questões, que parecem ser mais determinantes para definir o tempo de internação na FASE do que o ato infracional cometido pelo adolescente. É preciso que cada vez mais seja possível fortalecer as medidas socioeducativas de meio aberto, diminuindo a demanda por internações. Já sabemos que o POD - Socioeducativo (e programas de prevenção em geral) tem o potencial para tirar jovens da trajetória delitiva, porém, para muitos destes jovens que cumprem medida de internação a oportunidade só chega quando já é tarde demais.

Importante lembrar que estes dados são referentes aos egressos de 2012 e 2013, com um acompanhamento até o ano de 2018. Ou seja, de lá para cá a dinâmica da criminalidade se modificou, o programa se modificou bastante, e hoje tem capacidade de atendimento muito superior, com novas parcerias e novas formas de buscar a capacitação destes jovens, além de se tratar de uma política muito mais madura atualmente, o que abre margem para novos estudos que acompanhem a evolução do programa ao longo do tempo e encontrem resultados quiçá ainda mais animadores.

Por fim podemos destacar como principais contribuições deste trabalho a mensuração do background familiar dos adolescentes egressos da FASE, que se mostrou como uma importante variável de diferenciação entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativa, além de se mostrar como uma variável com um

efeito importante nas chances de reincidência; a confirmação da eficácia do programa utilizando uma metodologia diferentemente do estudo que baseou a pesquisa; um avanço na compreensão dos fatores que influenciam na reincidência infracional. Em diversos momentos fazemos considerações para além das informações trazidas pelos dados analisados, sendo esta uma limitação imposta tanto pelo caráter quantitativo do estudo - no qual não é possível se ter todas as informações na análise, em especial as de caráter mais subjetivo - quanto ao fato de se utilizar dados secundários, sobre os quais não temos controle no que se refere às informações coletadas.

Aqui nos atentamos à questão da reincidência. Um avanço válido e que pode compor estudos futuros seria analisar nos mesmos moldes a questão da mortalidade e da empregabilidade entre os egressos com base na participação no POD e no background familiar, algo que é possível com os dados já disponíveis. Além disso, há espaço para aprofundar empiricamente algumas das questões levantadas em nossa análise, em especial os pormenores do efeito do tempo que os adolescentes permanecem cumprindo medida da FASE sobre as chances de reincidência. Esperamos que em trabalhos futuros possamos cumprir essas tarefas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília, Unesco, BID. 2002.
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana BT; LIMA, Renato Sérgio de. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo em perspectiva, v. 13, n. 4, p. 62-74. São Paulo, 1999.
- ALDENDERFER, Mark S. BLASHFIELD, Roger K. **Cluster analysis**. Sage University Series on Quantitative Applications in the Social Sciences n. 07 - 44. California, 1978.
- ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. **A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais**. Dissertação de Mestrado (Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). Porto Alegre. 2010.
- ALVAREZ, Marcos Cesar; FUKUI, Lia de Freitas Garcia. **Emergência do código de menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores**. 1990. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- ANDRADE, Marcela Silva; BARROS, Vanessa Andrade de. **O jovem egresso da medida socioeducativa de internação: repercussões psicossociais**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 70, n. 1, p. 37-53, 2018.
- AVELLAR, Aline Pereira de. **Rompimento familiar e delinquência juvenil: quais as possíveis conexões?** CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 1, 2007.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo; LEMES, Marilene Alves; DOS SANTOS, Eliene Amorim. **Histórias de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas: entre a margem e a superação**. Educação, v. 34, n. 3, p. 341-350, 2011.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2009.
- BOFF, José; YOKOMISO, Celso. **Adolescentes Egressos do Sistema Socioeducativo e Escolarização: A Fragilidade das Práticas Intersectoriais**. Revista Projeção Direito e Sociedade, v9, n°2, ano 2018. p.127-139.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRAGA, Cristiane de Souza. **Repensando o modelo de tratamento dos jovens em conflito com a lei**. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Penais) – PUC/RS, Porto Alegre, 2016.
- CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua.** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS. Porto Alegre, 2019.

CLAUSEN, Sten-Erik. **Applied Correspondence Analysis.** Sage University Paper Series on Quantitative Applications in the Social Sciences. 121. 1998.

COHEN, Albert K. **Delinquent boys: the culture of the gang.** Nova York; Londres: The Free Press: Collier Macmillan Publishers, 1955.

DE SIQUEIRA, Ranyella; CARDOSO, Hélio. **O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana.** Imagonautas: revista Interdisciplinária sobre imaginários sociais, v. 1, n. 2, p. 92-113, 2011.

DIAS, Ana Cristina Garcia; ARPINI, Dorian Mônica; SIMON, Bibiana Rosa. **Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas.** Psicologia & Sociedade, v. 23, n. 3, p. 526-535, 2011.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Martins Fontes. 1995.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS.** 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOPPA, Giovana Mazzarolo. **Adolescente Egresso da FASE: Estudo sobre o Programa RS Socioeducativo.** Dissertação de Mestrado (Ciências Criminais) – Faculdade de Direito. Pontifícia universidade Católica (PUCRS). Porto Alegre. 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo. Editora Perspectiva, 2005.

KOERICH, Bruna Rossi. **Entre Trajetórias, projetos e (im)possibilidades: Projetos de futuro na socioeducação de meio aberto.** Dissertação de Mestrado (Ciências Criminais) – Escola de Direito. Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Porto Alegre. 2018.

LANDIS, J. Richard; KOCH, Gary G. **The measurement of observer agreement for categorical data.** Biometrics, p. 33-159, 1977.

LE ROUX, Brigitte. ROUANET, Henry. **Multiple Correspondence Analysis.** Sage University Paper Series on Quantitative Applications in the Social Sciences. 163. California, 2010.

LIMA, R. S. (Org.); RATTON, José Luiz (Org.) ; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.) . **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LONG, J. Scott. FREESE, Jeremy. **Regression Models for Categorical Dependent Variables Using Stata.** 2nd ed. Stata Press.2006

MARINHO, Fernanda. **Jovens Egressos do Sistema Socioeducativo: Desafios à Ressocialização**. Dissertação de Mestrado (Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2013.

MERTON, Robert King; MAILLET, Miguel. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo. Editora Mestre Jou. 1968.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido"**. Lua Nova, n. 79, p. 15-38, 2010.

NARDI, Fernanda Lüdke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Delinquência juvenil: uma revisão teórica**. Acta Colombiana de Psicología, v. 13, n. 2, p. 69-77, 2010.

NARDI, Fernanda Lüdke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 28, n. 2, p. 181-192, 2012.

NUNES, Mykaella Cristina Antunes; DE SOUSA ANDRADE, Anne Graça; MORAIS, Normanda. **Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura**. Contextos Clínicos, v. 6, n. 2, p. 144-156, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Victims of intentional homicide, 1990-2017**. Disponível em: <<https://dataunodc.un.org/content/data/homicide/homicide-rate>> Acesso em: 20/04/2020.

PACHECO, Janaína Thaís Barbosa; HUTZ, Claudio Simon. **Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais**. Psicologia: Teoria e pesquisa, v. 25, n. 2, p. 213-219, 2009.

PAULA, Maria de Lourdes Bersogli; ASSUMPÇÃO JR, Francisco B. **Delinquência juvenil e família**. Revista Psicopedagogia, v. 30, n. 91, p. 43-51, 2013.

POWERS, Daniel. XIE, Yu. **Statistical Methods for Categorical Data Analyses**. Bingley, Emerald, 2008.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil**. Revista de administração pública, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

REIS, Ilka Afonso; BEATO, Cláudio. **Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime**. Desigualdade e pobreza no Brasil, 2000.

RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio. **Vitimização letal e desigualdade no Brasil: evidências em nível municipal**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 16, n. 2, p. 285-305, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo**. Relatório Técnico. Rio Grande do Sul. 2018.

ROLIM, Marcos Flávio. **A formação de jovens violentos**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME. Rio Grande do Sul. 2016.

ROLIM, Marcos. **Desistência do crime**. Revista Sociedade e Estado, v. 33, n. 3, p. 829-847, 2018.

ROLIM, Marcos. **POD RS Socioeducativo e a potência da prevenção terciária**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, p. 148-162, 2017.

SENTO, João Trajano. PAIVA, Vanilda. **Juventude em Conflito com a Lei**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Garamond. 2007.

SILVA, Enid Rocha Andrade; GUERESI, Simone. **Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2933>> Acesso em: 22/09/2020.

SILVA, Enid Rocha Andrade; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. **O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioria penal: esclarecimentos necessários**. Nota Técnica. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5696>> Acesso em: 22/09/2020.

TELLES, Tiago Santos et al. **Criminalidade juvenil: a vulnerabilidade dos adolescentes**. Revista de Psicologia da UNESP, v. 5, n. 1, 2008.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, Max. Sociologia. São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

WINKELMANN, Fernanda Martins da Silva. **O Programa RS Socioeducativo, segundo o olhar dos egressos da FASE**. Trabalho de conclusão de curso (Psicologia) – Centro Universitário Metodista (IPA), Porto Alegre, 2014. 30 p.

ZALUAR, Alba, 1996, **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ / Revan.

ZILLI, Luís Felipe. **O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte**. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 19, n. 3), p. 463-487, 2015.

## ANEXOS

ANEXO A – Autorização para realização da pesquisa utilizando dados da FASE, assinada pelo presidente da fundação.



### AUTORIZAÇÃO

A Presidência da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS) declara conhecer o teor da proposta de pesquisa **“Interrompendo o ciclo: a prevenção da reincidência criminal de adolescentes egressos da FASE através do programa POD Socioeducativo”**, apresentada por João Alfredo Ramos Pires, estudante do Mestrado em Ciências Sociais da PUCRS e autoriza sua realização, no que diz respeito à documentação da FASE, desde que preserve as identidades das pessoas a que se referem as informações, de acordo com a proposta apresentada.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2019

  
Antônio Carlos Rocha Almeida  
Presidente



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3513  
E-mail: [propesq@pucrs.br](mailto:propesq@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)